

Da invisibilidade à visibilidade:

Pesquisa de condições de vida
e pobreza em Franca/SP

REGINA CLAUDIA LAISNER
PATRICIA SORAYA MUSTAFA
PAULA REGINA DE JESUS PINSETTA PAVARINA

Da invisibilidade à visibilidade:

Pesquisa de condições de vida
e pobreza em Franca/SP

unesp 

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

CÂMPUS DE FRANCA
2011

Constata-se que ainda há muitos invisíveis nesses territórios que precisam se tornar visíveis. Precisamos de novas cartografias, que nos permitam ver dimensões e complexidades socioterritoriais ocultas. Trata-se de considerar os mapas reais em confronto com os mapas oficiais das regiões e cidades brasileiras. Um processo que se relaciona antes de tudo com a busca por padrões de civilidade nas próprias metodologias de medição das desigualdades sociais, para que todos os brasileiros possam ser incluídos nas estatísticas nacionais. KOGA e NAKANO (2006, p. 106).

Índice

Apresentação.....	9
Introdução.....	11
Capítulo 1	
A relevância dos estudos territorializados e o caso de Franca.....	15
Capítulo 2	
Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa: os caminhos percorridos	25
Capítulo 3	
Territórios invisíveis - estudo das condições de vida da população das regiões mais vulneráveis de Franca/SP.....	35
Considerações Finais	91
Referências.....	97

Apresentação

Este livro apresenta os resultados do projeto de pesquisa “Diagnóstico demográfico e socio-econômico dos bolsões de pobreza de Franca: subsídios para a implantação de programas de trabalho e renda”, que se desenvolveu, com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq¹, como parte de um trabalho de consolidação do NEPPs – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UNESP de Franca².

Este núcleo tem seu início em 2006, no âmbito da realização de Fóruns regionais organizados pela Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS, com o intuito de procurar mecanismos que promovessem a inclusão social, notadamente, por meio de instrumentos constituídos pelas ações das políticas públicas em educação, saúde e assistência social e ao mesmo tempo interligando-os aos Arranjos Produtivos Locais. Esta junção comporia a base estruturante das redes de cooperação a serem mobilizadas nas regiões envolvidas no projeto, para posteriormente apoiar a implementação de projetos de base em Inovação Tecnológica e Inclusão Social. Deste modo, ao final de cada Fórum foi proposto que se apresentasse um conjunto de propostas que seriam encaminhadas ao MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) e já efetivassem estes objetivos.

Ribeirão Preto e região compunham uma destas regiões e a concretização do Fórum, neste caso, ocorreu no município de Franca. Nesta ocasião, tal como nos demais fóruns, foi seguida a metodologia proposta pelo MCT. Entretanto, durante as discussões, antes mesmo de apontar propostas pontuais acerca de projetos de Inovação Tecnológica e Inclusão Social, considerou-se a necessidade da realização de um diagnóstico da região, sobretudo em Franca e arredores, que identificasse mais precisamente quais seriam, de fato, os projetos a serem propostos e implementados. A ausência deste diagnóstico, de acordo com seus proponentes, poderia incorrer em projetos que não necessariamente atendessem às necessidades da área ou que as atendessem somente em parte, o que poderia incidir na perda ou ineficácia da utilização de recursos públicos.

Foi com tal intuito que surgiu, no interior deste Fórum, o grupo de trabalho APLIS – Arranjos Produtivos Locais para Inclusão Social, atual NEPPs³, com a intenção imediata de

1 Por meio do Edital nº 50/2006 - Seleção pública de projetos de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

2 O grupo é composto por docentes e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento: Ciência Política, Sociologia, Serviço Social, Ciências Econômicas, Geografia, Demografia e Relações Internacionais.

3 Há que se dizer que no decorrer dos últimos anos com o adensamento das discussões teóricas no interior do (antigo) grupo APLIS e também a partir da experiência da realização da pesquisa que ora apresentamos, os participantes do grupo foram questionando a própria denominação do mesmo, uma vez que se percebeu que a real vocação do grupo seria contribuir no campo das políticas públicas – seja na realização de diagnósticos que as respaldem e/ou na avaliação das políticas públicas já existentes. Desta maneira, buscou-se uma denominação que melhor atendessem os anseios do grupo – chegando-se ao NEPPs.

elaborar um projeto de diagnóstico para Franca, de modo a verificar as potencialidades, carências e demandas – numa perspectiva ampla e multidisciplinar – que permitisse a compreensão dos aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos da região. E foi com este objetivo que se desenvolveu o projeto, cujos resultados aqui apresentamos.

Ao longo destes cinco anos, de 2006 até hoje, tivemos a oportunidade de refinar a discussão, para além mesmo deste projeto, sobre a importância da elaboração de diagnósticos sociais como instrumentos capazes de tornar as políticas públicas mais eficazes e mais condizentes com a realidade dos locais onde se pretende implantá-las. Com a intenção de apresentar ao leitor também o resultado da sistematização deste processo de reflexão, ancorado nesta pesquisa realizada, é que reafirmamos a importância de conhecer para intervir, de modo a compreender anseios e traduzi-los em propostas efetivas, como os principais benefícios da utilização de diagnósticos sociais para a proposição de políticas públicas.

Através dos diagnósticos sociais busca-se, e em específico, com o diagnóstico que se apresenta neste livro, buscou-se, dar visibilidade aos invisíveis, ou seja, àqueles que encontram-se ocultados nos territórios brasileiros e, em particular aqui, no município de Franca. Pesquisar suas condições reais de vida é tarefa de pesquisadores preocupados e comprometidos com o desocultamento da realidade social, marcada, via de regra no Brasil, por situações de pobreza e falta de acesso a direitos elementares para o atendimento das necessidades básicas.

Esta oportunidade nos foi dada pelo Conselho Nacional de Pesquisa, por meio do financiamento desta pesquisa, a quem agradecemos. Somos gratas ao apoio institucional da Diretoria da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Nos sentimos particularmente agradecidas também a todos os estudantes que tornaram possível o trabalho de campo, por nele terem trabalhado por mera dedicação à pesquisa e à situação dos entrevistados. A estes, então, somos demasiadamente gratas por terem cedido parte do seu tempo, de suas angústias e desejos. Sem eles, sobremaneira, nada neste projeto teria sido possível!

AS AUTORAS

Introdução

As reflexões iniciadas durante a elaboração do projeto “Diagnóstico demográfico e socioeconômico dos bolsões de pobreza de Franca: subsídios para a implantação de programas de trabalho e renda”, e depois em sua execução, conduziram as atividades do antigo APLIS – Arranjos Produtivos Locais para Inclusão Social, e atual NEPPs – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, para a discussão do desenvolvimento na região, articulado com temas como pobreza e proposição de políticas públicas.

Desde meados dos anos 1980, têm ganhado relevância os estudos e pesquisas voltados à temática do desenvolvimento, que já vinha sendo desenvolvida desde os anos de 1960, mas que ganha força, tanto nos estudos acadêmicos, como na agenda política, com a crise e a estagnação econômica da década considerada “perdida” do ponto de vista do crescimento e do desenvolvimento econômico. A partir daí desenham-se diferentes abordagens analíticas que vêm sendo empregadas para a análise das possibilidades do desenvolvimento. E o que é mais relevante para a discussão que ora se apresenta, abordagens que cada vez mais apontam para a forte articulação do desenvolvimento econômico a aspectos sociais, de modo a incorporar, neste debate, a relevância de indicadores sociais e de mensuração da pobreza e da exclusão social para se pensar o desenvolvimento.

Esta é a noção de desenvolvimento que orienta teoricamente este trabalho. De acordo com ela, a compreensão adequada do desenvolvimento deve sempre considerar o papel do crescimento econômico, mas não se restringir a ele, uma vez que, para além dos aspectos estritamente econômicos, há uma série de importantes aspectos vinculados ao desenvolvimento e que se referem a outras questões, sobretudo, sociais. Uma das discussões mais clássicas a respeito desta abordagem vincula o aumento no Produto Nacional, *coeteris paribus*, à melhora das condições de vida dos indivíduos, notadamente a esperança de vida. Esta simples relação, entretanto, encerra uma problemática substancial: a esperança de vida pode ser considerada uma medida de quantidade e não de qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que o crescimento do Produto Nacional é tomado como uma variável relacionada com aumento médio, não significando, portanto, apropriação homogênea por toda a população.

Este é um claro exemplo das diversas dimensões que devem ser abordadas quando se discute o desenvolvimento. E nesta direção cumpre destacar as indicações de Sen, referência neste debate, e que, sob um olhar crítico, se estabelece também como referência na reflexão que sustenta todo o projeto aqui apresentado.

Em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen (2000) nos coloca como uma de suas idéias centrais, a complementaridade existente entre as condições sociais e a “condição de

agente individual”, o que significa dizer que é preciso verificar o alcance da liberdade individual em um determinado contexto. Decorre daí sua noção de desenvolvimento: “[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. (SEN, 2000, p. 10).

Desta maneira, o desenvolvimento é tratado por Sen (2000) “[...] como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p. 17). Assim, conforme aponta o autor, a expansão do Produto Nacional ou da Renda *per capita* deve restringir-se a um “meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade” (SEN, 2000, p. 17), o que implica em que o desenvolvimento dependeria igualmente de direitos civis, políticos e sociais, incluindo capacidades elementares como, por exemplo, ter “condição de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão”. (SEN, 2000, p. 52)

A visão do “desenvolvimento como liberdade” sintetiza, portanto, um novo escopo do processo de desenvolvimento, onde além das condições materiais para tanto, incorpora elementos sociais, mas também pessoais e subjetivos. Ao fazê-lo relaciona, de um lado, necessidades a pessoas que se encontram, pelo menos temporariamente, passivas e, de outro, capacidades são abordadas a partir de uma perspectiva de liberdade positiva - o que as pessoas podem fazer” (SEN *apud* CROCKER, 1993, p.128).

Nesta perspectiva o que Sen (1992, *apud* MUSTAFA, 2007, p. 127) defende é que tão importante quanto ter suas necessidades básicas providas, é preciso dispor de condições – meios para fazê-las funcionar e um conjunto de habilidades para se obter a satisfação das necessidades humanas. Deste modo, para este autor, as necessidades básicas devem estar associadas à capacidade de efetivá-las, o que pode ser afetado por fatores como a idade, local de moradia, relações de gênero, entre outros.

Entretanto, para efetivá-las se faz necessário eliminar as privações de liberdade, lhes assegurando, desta maneira, a possibilidade de constituírem-se em agentes ativos, utilizando a própria terminologia de Sen⁴. Isto nos coloca como desafio tentar romper ou eliminar as barreiras que impedem os indivíduos de expandirem suas liberdades, sobretudo, em sociedades de tamanha desigualdade com a brasileira, situadas dentro da perversa lógica da sociedade capitalista que reforça estas barreiras. Neste tipo de sociedade mercadológica não só, mas antes de tudo, se depende da renda para viver, e esta se encontra atrelada ao trabalho. Portanto, a ausência ou a redução do trabalho coloca as pessoas em situações de não atendimento de suas necessidades básicas, o que se agrava ainda mais quando não se conta com os serviços públicos necessários ao atendimento de necessidades como a saúde, educação, moradia, lazer, dentre outros.

Deste modo, há que se destacar a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos e na satisfação de suas necessidades, assim como sua centralidade no próprio corpo desta pesquisa.

4 A questão central que se coloca neste debate, no nosso entender, é: como na sociedade do capital se consegue abolir as privações de liberdade? Como sem satisfazer as necessidades humanas é possível a expansão da liberdade? (MUSTAFA, 2011, no prelo)

Faz-se fundamental olhar para o universo do trabalho no mundo atual, e em especial para o universo de nossos entrevistados, detectando sua fragilidade, representada pela ausência e precarização do trabalho com contingentes cada vez maiores de trabalhadores sem trabalho, e/ou de trabalhadores informais, subjugados às regras do mercado, sem nenhuma proteção frente às intempéris da atividade produtiva e, conseqüentemente, da vida.

No intuito de capturar as necessidades satisfeitas e insatisfeitas da população pesquisada e de se analisar a possibilidade de se constituírem como agentes ativos no processo de desenvolvimento é que se estruturou a pesquisa que ora se apresenta, cujo objetivo foi compreender quais as reais condições de vida (tipo de moradia, caracterização do entorno, escolaridade, trabalho, etc.), de maneira a entender quais os direitos básicos que a população pesquisada usufrui, assim como quais os que não acessa e os que deseja, incorporando deste modo uma visão mais ampla do desenvolvimento, sem perder de vista a estrutura da sociedade, mas nas suas interconexões subjetivas com seus “agentes” ou como assim se deseja que o sejam.

O livro é organizado em três capítulos que buscam dar conta desta proposta, abordando os aspectos teórico-metodológicos que dão suporte a ela, assim como os resultados da pesquisa que serviram de base para toda esta construção. O primeiro capítulo aborda a importância dos estudos e diagnósticos feitos de maneira mais localizada, ou em uma nomenclatura mais atual, e inspirada no debate mais recente sobre políticas públicas, “territorializada”, o que justifica o *locus* da pesquisa ora apresentada, e se apresenta como base mais adequada para a construção de um olhar mais preciso sobre o espaço e o que se deseja nele transformar. Neste capítulo há também uma breve descrição ao leitor do município de Franca onde foi realizada a pesquisa. Em seguida, no segundo capítulo, aborda-se todo o instrumental teórico-metodológico utilizado na pesquisa descrevendo-o, assim como problematizando-o, buscando discutir seus aspectos diferenciados, assim como suas limitações. Finalmente, no terceiro capítulo, dedica-se à apresentação da pesquisa em si, com seus principais resultados e análises. Com o objetivo de tecer um breve fechamento do trabalho, constroem-se, ao final do livro, algumas considerações de modo a, não só amarrar melhor todo o esforço elaborado ao longo dele, como propor possíveis encaminhamentos e sugestões de outros trabalhos.

Capítulo 1

A relevância dos estudos territorializados e o caso de Franca

O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2006, p. 15, grifo do autor).

É de suma importância, na atualidade, a construção de dados socioterritoriais que possam subsidiar novas políticas sociais, principalmente, na área da Assistência Social. A exemplo disso a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, se respalda indubitavelmente na perspectiva socioterritorial, “[...] pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios.” (PNAS, 2004, p. 16).

Inspirados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que propõem aproximar a política de assistência social aos territórios, considerando estes como espaços dinâmicos, de vida vivida, de construção de práticas cotidianas, de expressão de vida de pessoas que o constituem, nos propomos a nos debruçar no território do município de Franca/SP, buscando conhecer e entender suas peculiaridades, com enfoque principal nas situações de pobreza, foco primordial da agenda pública na garantia de proteção social.

Nesta discussão, os autores Koga e Ramos (2004, p. 57) afirmam que a perspectiva territorial deve ser utilizada como “[...] fator integrante para consolidação da assistência social enquanto política pública, de direito, no sentido de considerar a dinâmica socioterritorial presente na cidade.”

A análise territorial não deve ser desvinculada da conjuntura macro e micro – econômica, política e social. Desta forma, nesta pesquisa a análise territorial considerará, ou melhor, se preocupará em não desvincular as particularidades (de cada território) destes determinantes acima referidos.

Como já dizia Santos (1997, p.94):

É a realidade do todo o que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo. Como, desse modo apreendê-lo?

Neste sentido o lugar (o espaço) não é um fragmento, ele se produz na articulação entre o universal e o particular. No lugar podemos identificar elementos globais, ou nos dizeres de Santos (1997, p.252), “Cada lugar é, a sua maneira, o mundo”.

Alguns autores foram fundamentais na elaboração da concepção de território ampliada e, sobretudo, como fato social e político, superando a forma de concebê-lo como fato natural, são eles: J. Gottmann, G. Dematteis, M. Quaini e C. Raffestin (*apud* Saquet, 2007). Os mesmos fizeram parte de um movimento (a partir de 1950 até a década de 1970) que buscou, dentro da geografia, a superação do pensamento positivista e neopositivista, em que se tenta questionar e superar a geografia concebida como ciência das paisagens, meios naturais, do espaço, “[...] centrada na dicotomização entre a sociedade e a natureza”. (SAQUET, 2007, p.38) Desta forma o território passa a ser compreendido como “produto das relações sociais” (SAQUET, 2007, p.40).

Esta maneira de pensar o território faz com que a geografia se encontre com o pensamento marxista: “Com isso, lentamente, passa-se a evidenciar as contradições sociais, as lutas de classe e as formas históricas das mudanças sociais, em razão, principalmente, de transformações que acontecem no real e no próprio pensamento geográfico”. (SAQUET, 2007, p.44).

Neste trabalho nos pautamos por esta concepção de território, que integra a perspectiva de que é neste espaço que se produzem e reproduzem relações sociais influenciadas pelo modelo econômico vigente. Até mesmo a própria formação dos territórios reflete a sociedade de classes em que vivemos, por isso a existência neles, de zonas de “inclusão”⁵ e outras, localizadas nas periferias das cidades, que configuram a zona de “exclusão” ou “inclusão excludente”, como defende José de Souza Martins.

Desta forma, Souza e Torres (2003, p. 36) afirmam que “[...] certas regiões agregam um conjunto significativo de problemas sociais, tais como baixos níveis de escolaridade, domicílios precários, baixa renda, exposição a riscos ambientais, etc.” Por isso é fundamental o reconheci-

5 Entendemos que todos (proprietários e trabalhadores) são partes constitutivas da sociedade, no entanto, nela se inserem, sob dadas condições, que obviamente não são iguais.

mento detalhado destes territórios para pensar as políticas sociais necessárias, condizentes à situação vivenciada pelos atores que constituem os mesmos.

Os territórios brasileiros são habitados em grande parte por pessoas que não podem ser consideradas cidadãs, devido às suas condições de vida e a escassez dos recursos existentes nos mesmos, o que dificulta ainda mais passar a um patamar de cidadania. A desigualdade social e a pobreza fazem parte da constituição de muitos destes territórios e estes por sua vez são relevantes no acirramento ou não destas desigualdades a partir de propostas locais no campo das políticas públicas, sugeridas e efetivadas pelos gestores públicos locais.

Importantes pensadores da realidade nacional afirmam que a desigualdade social brasileira atrela-se à maneira dependente como o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho. Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes apontam dois elementos fundamentais que segundo eles marcam o subdesenvolvimento brasileiro - a generalização do sistema de trabalho escravista⁶ e a não realização de reformas clássicas do capitalismo.

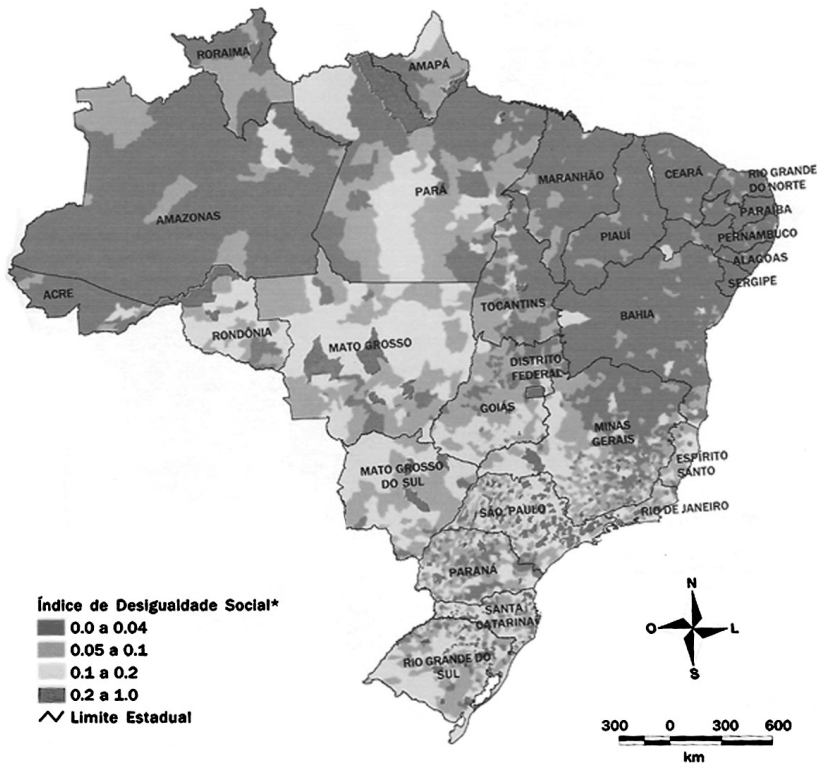
Caio Prado Júnior já apontava que esta situação se refere mesmo ao nosso passado colonial ao afirmar que a colônia já se estabelece como um organismo econômico primordialmente voltado ao fornecimento de produtos tropicais e de metais preciosos para o mercado europeu, baseado na escravidão. Destaca então este “sentido” da produção colonial, ou seja, seu direcionamento para o mercado externo, que conduzirá toda a obra da colonização e a sociedade colonial, assim como o que será este país a partir daí, marcado pela dependência e pela ausência de cidadania, desde os tempos da escravidão. (PRADO, 1963) Processo que, para Florestan Fernandes, manteve várias de suas características, ainda que sob algumas mudanças superficiais, mas sem a realização de reformas clássicas do capitalismo, a reforma agrária, tributária, social, que implicariam em mudanças de fato de alteração desta estrutura (FERNANDES, 2002).

Estes fatores permitem e contribuem, sobremaneira, para a consolidação da desigualdade social que marca e mancha o tecido nacional.

Esta desigualdade social, de acordo com os estudos organizados por Pochmann e Amorim (2003), em uma perspectiva mais atual, assola de maneira elevada 49% das cidades brasileiras. As regiões mais desiguais no Brasil compreendem a região nordeste e norte, o que não significa a ausência desta desigualdade nas demais regiões brasileiras. O mapa a seguir mostra o índice de desigualdade social no Brasil. Ressalta-se que este índice varia de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais próximo ao 1 (um) menor a desigualdade.

6 As heranças deixadas pela escravidão saltam à vista do observador mais incauto. Foram séculos de maus tratos, de tortura, de preconceitos, de anulação da pessoa como portadora de direitos, tratada como peça ou meramente como um animal, expressos nas palavras de Antonil: “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provocada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que não se usa nem com os brutos animais fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque o capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.” (ANTONIL, 1950, p. 312). Tal padrão de tratamento dedicado aos escravos no Brasil-colônia significou a mais bruta anulação da cidadania de vasto contingente da população brasileira. Anulação da cidadania que se transpôs para além do período da escravidão e permaneceu mesmo após a Abolição, deixando marcas até o presente.

Figura 1 – Mapa da desigualdade social brasileira



Fonte: Pochmann e Amorim (2003)

Como se pode observar o território brasileiro é extremamente desigual. Para os autores acima citados esta desigualdade manifesta-se nos níveis de instrução dos chefes de família “[...] 53,5% das cidades brasileiras exibem grande participação de chefes com pouca escolaridade [...]” (Pochmann e Amorim, 2003, p. 24); na perpetuação do analfabetismo “[...] em 2,12% das cidades do Brasil a maioria absoluta dos chefes de família não sabe ler ou escrever [...]” (Pochmann e Amorim, 2003, p. 23); no mercado de trabalho – apenas “[...] 10,3% dos municípios do país contam com uma estrutura ocupacional marcada pelo assalariamento formal [...]” (Pochmann e Amorim, 2003, p. 24); nos índices de violência “[...] 13,9% das cidades brasileiras apresentam um alto número de homicídios por cem mil habitantes [...]” (Pochmann e Amorim, 2003, p. 24); bem como na presença de altos índices de pobreza. Ressalta-se que os piores índices sempre se concentram nas regiões norte e nordeste e os melhores entre o centro-sul brasileiro.

Pudemos observar, brevemente, através dos dados anteriormente mostrados, a configuração social do território brasileiro a partir do estudo de seus municípios. A seguir, iniciaremos a exposição, a partir do estudo do município paulista de Franca, território específico estudado pela pesquisa em pauta.

1.1 A constituição do território de Franca/SP

O surgimento da região em que se encontra Franca ocorre no período de 1760-1780, no entanto se expande a partir de 1850, com a interiorização realizada pelos bandeirantes, devido à expansão do ciclo do ouro em Minas Gerais. Os primeiros núcleos populacionais vão surgir, então, para atender aos viajantes que por ali passavam. No início do século XIX, migrantes vindos de Minas Gerais fixaram-se na área, aproveitando suas terras para o cultivo e a criação de gado.

Franca é fundada em 1805, tornada vila em 1821 por D. João VI, com o nome de Vila Franca Del Rey; três anos depois passou a chamar-se Vila Franca do Imperador, em homenagem a D. Pedro I, e em 1856 foi elevada à condição de cidade.

O crescimento econômico da região ocorre na segunda metade do século XIX, motivado pelo café e a chegada da Estrada de Ferro Mogiana. Franca recebe nesta época, imigrantes italianos que vieram para trabalhar inicialmente na lavoura do café. Com o declínio do café, a região voltou-se para a indústria do couro, com a instalação de curtumes e fábricas de calçados. Iniciou uma produção artesanal até tornar-se um grande produtor de calçados, base do progresso local. Franca passa a ser conhecida como a “Capital do Calçado”. Alguns fatores contribuíram para que isso ocorresse como a abundante matéria-prima (couro), a farta mão de obra (havia na cidade, associações, principalmente familiares, onde se aprendia o ofício de fazer o sapato), às necessidades do mercado interno (ocasionada pela dificuldade de importar, e devido, ao aumento populacional de imigrantes e população oriunda do êxodo rural), à expansão das exportações, e ao incentivo nacional de desenvolvimento da indústria. Franca abriga o maior núcleo exportador de sapatos masculinos do País. Isso decorre e relaciona-se à presença de indústrias relacionadas a esta produção, como curtumes, fábricas de borracha, de processamento de couros e de colas. Assim a confecção de artefatos de couro torna-se a principal atividade industrial dessa região. O setor calçadista a partir da década de 90 sofre as conseqüências da reestruturação produtiva. Atualmente os demais setores industriais que se destacam são: metal-mecânico, moveleiro, alimentos e bebidas, produtos elétricos, têxtil e de fertilizantes. Além disso, Franca tornou-se uma referência nas atividades de lapidação e ourivesaria.

O comércio e o turismo ecológico – favorecido pelos rios e pela topografia da região – também se sobressaem.

Nas últimas décadas, a agricultura voltou a ganhar importância, especialmente com a cana-de-açúcar⁷ e a soja, que atraíram a instalação de usinas e indústrias relacionadas ao seu aproveitamento. A cana-de-açúcar é seu principal produto agrícola, seguida pela soja, pelo milho e pelo café. Segundo dados do PIB dos municípios de 2003, a região participa com 1,2% do total da economia no estado. A região seguiu a tendência do estado e cresceu 5% no item riqueza do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) entre 2002 e 2004 – não houve

7 Este setor de produção é polêmico devido a diversos fatores, como a exploração extrema dos trabalhadores, submetendo-os a condições de vida e de trabalho degradantes, com repercussões para sua saúde física e mental. Algumas pesquisas têm demonstrado as repercussões deste tipo de trabalho na vida dos trabalhadores. Ademais pode ameaçar outros setores agrícolas e produz um impacto sobre o meio ambiente.

nenhum município que registrasse queda nesse período. Mas ainda ocupa o 11º lugar nesse indicador. Em 2004, o valor adicionado fiscal per capita atinge R\$ 8.447, ante R\$ 10.161 da média estadual.

1.1.1 Desvendando sua demografia

A população de Franca, 318.640 mil habitantes, encontra-se prioritariamente nos espaços urbanos, 313.046 mil de sua população total (Dados extraídos do Senso do IBGE de 2010). A indústria calçadista é a grande responsável pela urbanização desta cidade, provocando um êxodo rural bem como a chegada de migrantes (principalmente, de Minas Gerais). O crescimento populacional de Franca em 2007 foi de 2,10. O auge do crescimento populacional desta região se deu na década de 1980 com uma taxa de 2,50. Mas, ainda assim, o seu crescimento supera a média do estado em 2007 que foi de 1,50.

O grau de envelhecimento é de 39,39% em 2007, menor que a média estadual de 41,90%, no entanto, numa curva ascendente se si compara com outros períodos. A população com 60 anos e mais é de 9,71%. Este dado precisa ser observado pelo campo das políticas públicas, visto que suscita intervenções específicas.

A população com menos de 15 anos vem diminuindo, acompanhando a tendência do estado, no entanto superando esta média em 2007 com uma taxa de 24,64% em detrimento de 23,97% para o estado.

Os dados demográficos são importantes e devem ser considerados no processo de gestão das políticas sociais. O Índice de Vulnerabilidade Social (IPVS), que apontaremos adiante considera estas informações em sua composição, com a novidade de serem dados territorializados por setores censitários, como já citamos.

1.2 As condições de vida da população de Franca

A partir de informações da Fundação SEADE (*online*), vamos apresentar alguns indicadores das condições de vida da população francana. Salientamos que as estatísticas, embora possam parecer dados “mortos”, nos falam e demonstram muito de como vivem, quais as dificuldades enfrentadas, necessidades reais da população de um determinado território e evoca atenção das políticas públicas.

As estatísticas de vida e saúde mostram que Franca apresenta em 2006 uma taxa de natalidade de 14,95 (por mil habitantes), similar a taxa estadual de 14,92. E apresenta taxa de fecundidade (por mil mulheres entre 15 e 49 anos) em 2006 de 53,28, um pouco acima da média estadual de 52,12. A taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) também em 2006 é de 11,50, melhor que a média estadual de 13,28. A taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos) é de 13,55 enquanto a estadual é de 15,59. Conectado a estes números temos

que 76,84% das mães tiveram sete e mais consultas de pré-natal em 2006. E, 7,6% destas mães eram adolescentes (menores de 18 anos). Dados estes relacionados e explicativos das taxas de mortalidade infantil. Estas taxas precisam ser observadas no intuito de melhorá-las e por que não dizer sanar a mortalidade infantil, que está relacionada a precárias condições de vida da população brasileira, associadas a precárias intervenções sociais.

A taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes) perfaz a casa de 91,15, sendo que a estadual constitui-se em 130,41. As principais causas de morte nesta faixa etária estão relacionadas à violência (acidentes de trânsito e homicídios), e os principais atingidos são as pessoas do sexo masculino. São taxas altíssimas que demandam intervenções públicas, não só na área de segurança como muitos crêem, mas também, e, principalmente ações preventivas combinando política econômica com políticas sociais.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), também concebido pela Fundação Seade nos apresenta mais dados acerca da realidade territorial, a partir de três dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade. Este sistema de indicadores foi criado em 2000, a partir de uma demanda da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo à Fundação Seade, no intuito de buscar conhecer e entender o grau de desenvolvimento econômico dos 645 municípios do estado. O IPRS parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), “[...] compartilha com o IDH a perspectiva de que o desenvolvimento é um processo que, além dos aspectos econômicos, necessita incorporar dimensões da vida social e da qualidade de vida dos indivíduos”. (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003, p. 88). No entanto, diferentemente do IDH, busca capturar as mudanças de curto prazo e o empenho dos municípios nas três dimensões estudadas. Ademais, elege variáveis distintas do cálculo do IDH, apesar de trabalharem com as mesmas dimensões. O IPRS contribui no sentido de apontar as diferenças existentes nos diferentes municípios, mas não aponta as desigualdades intra-municipais, ainda, não aprofunda as situações de vulnerabilidade intra-territoriais e tão pouco as localiza, o que é fundamental para compreendermos as desigualdades internas e a segregação socioespacial. Mais tarde, a fundação Seade cria o IPVS no sentido de atender a estas questões.

Franca tem um IPRS – dimensão riqueza em 2002 de 38 e em 2004 de 40, sendo o valor máximo 100. Na dimensão longevidade em 2002 sua população tem uma expectativa de vida de 71 anos, permanecendo igual em 2004. Quanto à escolaridade em 2002 é de 43, melhorando em 2004, chegando a 47, no entanto, ainda, falta muito para alcançar o patamar máximo de 100 e, com taxas de escolaridade menores que as estaduais que compreendem 52 e 54, respectivamente. Estas taxas colocam Franca no grupo 4 do IPRS, que se configura por municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade, tanto em 2002 como em 2004, não apresentando alterações. Vale salientar que foram traçados 5 perfis do conjunto dos 645 municípios pesquisados, que originaram 5 grupos. O grupo 1 compõe os municípios que apresentam os níveis mais elevados de riqueza e nos indicadores sociais. Estão neste grupo 81 municípios, dentre os quais podemos citar São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Santos, entre outros. O grupo 2 é constituído por 48 municípios que apresentam relativa riqueza municipal e precárias condições de longevidade e escolari-

dade. Encontram-se neste grupo municípios localizados no entorno das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista. O grupo 3 aglomera municípios com baixo nível de riqueza e elevadas condições de escolaridade e longevidade. São 211 municípios, a maioria de pequeno porte, localizados no norte e oeste do estado. Já o grupo 4 apresenta baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de escolaridade e longevidade, como já dissemos. Agrega 191 municípios localizados em quase todas as regiões do estado. Franca encontra-se neste grupo. E, finalmente o grupo 5 caracteriza-se por baixos níveis de riqueza, de escolaridade e longevidade. Estão neste grupo às regiões já sabidas como as mais pobres do estado, como Vale do Ribeira, por exemplo, agregando 2 milhões de habitantes.

A partir do IPRS, a fundação Seade, na tarefa de superar as limitações deste índice e, trazer a tona às desigualdades presentes dentro de um mesmo território, localizando as vulnerabilidades e expressando as segregações, portanto numa perspectiva territorial, cria o IPVS. Este índice, segundo a fundação Seade, baseou-se em dois pressupostos. O primeiro, parte da compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social. Desta forma, almeja-se “[...] a criação de uma tipologia de situações de exposição à vulnerabilidade que expressasse tais dimensões, agregando aos indicadores de renda outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar.” (SEADE, *online*). O segundo pressuposto parte da idéia de que os centros urbanos brasileiros foram se constituindo de forma a segregar parte de sua população, consolidando a desigualdade social, que os caracteriza. Por isso entendeu-se que precisávamos construir dados “[...] fortemente detalhados do ponto de vista espacial [...]”, contribuindo desta forma para a desocultação das diferentes realidades implícitas nos territórios. Como já demonstramos a cidade de São Paulo encontra-se no grupo 1 do IPRS, o que não explícita às diversidades intra-territoriais, todos sabemos que São Paulo contempla de um lado situações de vida que se aproximam ou até superam as de primeiro mundo e de outro lado condições de vida degradáveis e degradantes.

A seguir, apresentaremos o índice de vulnerabilidade social no município de Franca/SP, tendo por base o IPVS.

1.2.1 O IPVS em Franca

O IPVS utiliza os dados do censo demográfico de 2000 detalhados por setor censitário. Os tipos de áreas se reúnem em seis grupos, formados a partir de uma conjunção entre condições socioeconômicas e perfil demográfico. Os grupos são:

Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade: pertencem a este grupo os setores censitários que apresentam as melhores situações socioeconômicas, cujos chefes de família aportam os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Além disso, os responsáveis pelos domicílios tendem a ser mais velhos, há menos crianças pequenas e menos moradores nos municípios quando comparados aos demais setores.

Em Franca há 7.639 pessoas (2,7% do total) neste grupo. O rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.743. Os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,5 anos de estudo. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 18,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,4% do total da população desse grupo.

Grupo 2 – Vulnerabilidade muito baixa: encontram-se neste grupo os setores censitários que se classificam em segundo lugar quanto aos indicadores socioeconômicos. Predominam as famílias mais velhas.

Na cidade de Franca são 61.521 pessoas (21,4% do total) que correspondem a este grupo. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.176. No quesito escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,7 anos de estudo. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 29,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,9% do total da população desse grupo.

Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa: compreendem os setores que apresentam níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e no perfil demográfico predominam famílias adultas e jovens.

Encontram-se neste grupo 93.788 moradores de Franca (32,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$767. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,6 anos de estudo. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,3%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,9% do total da população desse grupo.

Grupo 4 – Vulnerabilidade Média: agrega os setores com níveis médios na dimensão socioeconômica, quarto lugar no que tange a renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Predominam famílias jovens, a maioria dos chefes de família possui menos de 30 anos e crianças pequenas.

Neste setor encontram-se 60.929 munícipes de Franca (21,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$568. No que se refere à escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,0 anos de estudo. Quanto aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,8%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 17,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,6% do total da população desse grupo.

Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta: compõem os setores que aportam as piores condições socioeconômicas, ficando entre os dois grupos em que os chefes de domicílio apresentam os piores níveis de renda e escolaridade. Predominam famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

Temos 46.142 pessoas (16,1% do total) da população de Franca neste setor censitário. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$517. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,1 anos de estudo. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,6%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 9,0% do total da população desse grupo.

Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta: corresponde ao segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica com concentração de famílias jovens. O que faz deste grupo o de maior vulnerabilidade à pobreza é a combinação de fatores como predominância de chefes jovens, com baixos níveis de renda e escolaridade e a presença significativa de crianças pequenas.

Em Franca temos 17.319 pessoas (6,0% do total), neste grupo. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$383. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,7 anos de estudo. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 12,3% do total da população desse grupo.

Como vimos a maioria da população de Franca encontra-se no grupo 3 (32,6%) o que significa muitas mulheres chefiando famílias, muitos chefes de domicílio com menos de 30 anos e crianças de 0 a 4 anos, além de baixa renda e baixa escolaridade. Todos estes fatores associados deixam estas famílias mais vulneráveis para atenderem suas necessidades e para a vida. Ademais se somarmos as pessoas que vivem nos setores de vulnerabilidade 4, 5 e 6, temos 43,3% do total da população.

Estes dados nos remetem às condições de vida da população do município e oferecem informações preciosas para pensar em políticas públicas que atendam às necessidades desta população territorialmente localizada. Desafio posto para os que defendem os direitos sociais.

Claro que estas informações podem e precisam ser aprofundadas por cada município. A construção de novas pesquisas acerca das distintas realidades territoriais é condição *sine qua non* para a implementação de políticas sociais específicas para as diversas situações. Não estamos defendendo um estudo da pobreza ou das situações de vulnerabilidade inócuos, ou seja, que não repercutam na melhoria das condições e possibilidades de vida da população, principalmente dos estratos mais vulneráveis.

Capítulo 2

Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa: os caminhos percorridos

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade específica. (ROCHA, 2003, p.10)

Entre as dificuldades de um estudo sobre condições de vida e pobreza, uma das tarefas mais delicadas está em definir pobreza e como operacionalizar este conceito.

Até hoje a pobreza como insuficiência de renda parece constituir a abordagem mais utilizada pelos organismos oficiais, na esfera internacional e nacional, para dimensionar a população nesta situação. Seguindo este raciocínio é considerada pobre uma família que tem renda menor que um dado normativamente estabelecido como a linha definidora de pobreza, a qual representaria o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer as necessidades de sobrevivência e consumo de todos os membros da família. (COSTA, 2003). Esta maneira de medir a pobreza não permite identificar outros fatores que, para além da renda, definem e expressam situações de pobreza. O olhar a partir deste enfoque é unidimensional, pois se centra apenas na dimensão renda, excluindo dados como o tipo de território em que se encontram as pessoas e quais suas condições. Além disso, esta concepção não questiona a proveniência da pobreza, seus determinantes, e, tampouco os recursos objetivos e subjetivos que as pessoas utilizam para sair de situações de pobreza. Nesta perspectiva, políticas de combate à pobreza são

elaboradas até hoje no Brasil, com relevância, atualmente, para as medidas de transferências monetárias. Diga-se brevemente, que são medidas extremamente restritivas – focalizadas na pobreza extrema – o que se nota pelos critérios estabelecidos para acesso a este tipo de política (principalmente o da renda) por parte das famílias beneficiadas.

2.1 A pobreza do ponto de vista das necessidades básicas

A abordagem da pobreza como resultado de um conjunto de necessidades básicas insatisfeitas surgiu durante a década de 1970 na Índia e na América Latina e foi incorporada em 1976 pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e representa uma concepção complementar à da pobreza como insuficiência de renda, uma vez que identifica as famílias sujeitas à privação absoluta de patamares normativos mínimos de bens e serviços necessários à sobrevivência. Há implícita, nessa discussão, uma escala de valores que permite distinguir o que é uma vida dignamente humana, visando o bem-estar em termos físicos (saúde, educação, vestuário, saneamento, habitação) e em termos de emprego e renda. Aqui é possível mirar para outras questões que não só a renda. A pobreza se apresenta na sua multidimensionalidade, ou seja, ser pobre não é sinônimo exclusivamente de baixa renda. Ser pobre é não ter atendido o direito à satisfação das necessidades como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, etc.

A questão fundamental que se coloca no debate desta abordagem da pobreza é a própria definição de necessidade. E nesta perspectiva, para sua própria sustentação, é necessário trabalhar-se com uma definição de necessidade que seja objetivamente posta.

Doyal e Gough (1994) são referências relevantes nesta definição sustentando que a saúde e a autonomia constituem as necessidades humanas básicas, iguais para todos, em todos os tipos de sociedade. Estes autores defendem que a economia do Bem-Estar necessita de critérios que estejam fora das preferências subjetivas do indivíduo. Argumentam que a saúde e autonomia são necessidades humanas universais e, portanto, todos, indistintamente precisam satisfazê-las. No entanto, para que se tenha saúde é preciso atender ao que chamam de necessidades intermediárias, que são:

- 1 – Alimentação adequada e água potável: sem alimentação em quantidade e qualidade adequadas uma pessoa não consegue manter-se saudável.
- 2 – Moradias que proporcionem proteção adequada em relação ao clima, ao risco de epidemias, à contaminação da água (importância do saneamento básico) e, outro fator importante, é evitar a aglomeração de pessoas em uma única moradia.
- 3 – Ambiente de trabalho seguro, fator fundamental para a integridade física e psicológica das pessoas.
- 4 – Entorno físico seguro, fundamental para a saúde física das pessoas.
- 5 – Atenção sanitária apropriada: a universalização dos serviços sanitários.
- 6 – Infância segura. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em um estudo realizado em 1982 (*apud* DOYAL; GOUGH, 1994), aponta quatro necessidades psicossó-

ciais das crianças: a primeira consiste na necessidade de carinho e segurança; em segundo lugar, as crianças precisam de experiências que fomentem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional; em terceiro, necessitam de reconhecimento, de elogios, de uma atenção positiva dentro de um marco de normas claras e justas; e, em quarto lugar é necessário estender de forma paulatina a responsabilidade das crianças, começando por coisas simples.

- 7 – Relações primárias significativas: todos necessitam de uma rede de apoio que ofereça um ambiente emocionalmente seguro.
- 8 – Seguridade física, ameaçada pela violência, pelas guerras, atentados, torturas.
- 9 – Segurança econômica, fator fundamental na garantia da autonomia e saúde das pessoas.
- 10 – Ensino adequado. Já se comprovou a relação direta existente entre escolaridade e cuidados com a saúde, por exemplo, na relação entre mortalidade infantil e escolaridade da mãe, se sabe que quanto maior a escolaridade da mãe, menor o risco de mortalidade infantil.

Para Doyal e Gough (1994), atender as necessidades básicas das pessoas significa transpô-las de uma condição de pobreza para uma condição cidadã, em que saúde e autonomia (com toda complexidade que isto implica) são respeitadas.

A limitação da perspectiva teórica destes autores é nenhuma referência a aspectos de diferenciação de caráter particular e subjetivo. O mais adequado seria a incorporação de aspectos subjetivos a este processo sem, contudo, incorrer-se a visões como a de Hayek e Nozick (*apud* PEREIRA et al, 2009) que, contrapondo-se a Doyal e Gough, afirmam que os próprios indivíduos devem decidir o que necessitam e o que deveriam gastar para suprir as suas necessidades. Diz Hayek: “Se um padrão de igualdade for introduzido nessa sociedade, haverá destruição da ordem espontânea do mercado [...]” (*apud* PEREIRA et al, 2009, p. 58).

Esta perspectiva abandona qualquer possibilidade de se pensar os aspectos objetivos do processo de determinação das necessidades e este é o principal problema dela. Inserida em uma forte tradição utilitária de estimação de bem-estar, esta visão equipara o bem-estar com a satisfação de desejos, ignorando todas as formas e mecanismos que estão por trás deste processo e que podem, tanto facilitá-lo, como dificultá-lo, a ponto dos indivíduos se conformarem, muitas vezes, ao “não desejo”. Desta forma, as pessoas muitas vezes não conseguem definir, devido às condições de precariedade em que se encontram o que realmente necessitam para atender suas necessidades fundamentais.

Reconhecendo as limitações desta abordagem das necessidades básicas Sen e Nussbaum (*apud* CROCKER, 1993) afirmam que ela é problemática, uma vez que quantifica a pobreza através de mínimos pré-estabelecidos e gerais que ignoram o fato de que cada país ou indivíduo possui diferentes graus e possibilidades de desenvolvimento econômico e social. Ademais, de acordo com eles, esta abordagem pode redundar em uma concepção passiva da população em relação às suas próprias condições, em especial a pobre, levando a soluções assistencialistas.

Com estas críticas Sen e Nussbaum não pretendem diminuir a importância da noção de necessidades básicas, posto que há um mínimo de satisfação abaixo do qual seria difícil chamar de digna

uma vida humana. Mas, para Sen (1993, p.315), em particular, a prosperidade é apenas “um dos meios para enriquecer a vida das pessoas; [...] e mesmo como um meio, o mero aumento da riqueza econômica pode ser ineficaz na consecução de fins realmente valiosos.” (SEN, 1993, p. 315) Deste modo, para este mesmo autor a perspectiva das necessidades básicas deve ser integrada à noção de capacidades básicas que, de acordo com Sen, deve substituir à primeira. Ao fazê-lo relaciona necessidades a capacidades que são abordadas a partir de uma perspectiva do que as pessoas são capazes de fazer.

2.2 A teoria das capacidades básicas e a orientação da pesquisa

Sen concebe a vida humana como um conjunto de “atividades” e de “modos de ser”, que denomina “efetivações”. Assim, a qualidade de vida se relaciona com a capacidade de fazer funcionar e desenvolver funções e a efetivação destas funções passa a ser entendida por ele como elemento constitutivo da vida, e são elas que devem ser avaliadas.

Uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer destas efetivações reflete, por assim dizer, uma parte do estado dessa pessoa. A capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de efetivações [...] que uma pessoa pode alcançar”. (SEN, 1993, p.136)

Nesta perspectiva, para Sen, as necessidades básicas devem estar associadas à capacidade de efetivá-las, o que pode ser afetado por vários fatores como a idade, local de moradia, relações de gênero, entre outros. Isto reforça a idéia de que, na visão de Sen, somente pela renda não se pode perceber as diferenças individuais que podem atuar como facilitadoras ou dificultadoras no desenvolvimento das capacidades. Sendo assim, a pobreza precisa ser vista não somente como sinônimo de baixa renda, mas ainda na sua relação com outros determinantes. Portanto, para este autor a pobreza está diretamente associada ao funcionamento das capacidades, sendo entendida como falta de habilidades e de meios para alcançar níveis minimamente aceitáveis de qualidade de vida.

Isso não significa, no entanto, que a renda não seja um condicionante importante, como o próprio autor nos diz:

[...] a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (SEN, 2000, p. 109).

Mas seguindo esta lógica, as políticas de combate à pobreza não devem ser restritas somente à garantia de renda e devem ser pensadas a partir também de investimentos em outras áreas específicas (saúde, educação, entre outras) em uma reconceptualização do conceito de pobreza que se amplia, não referido somente ao fator monetário e “serviços econômicos”, mas

vinculado, para além deste fatores, a aspectos que impossibilitam ou dificultam os indivíduos de desenvolverem as suas reais capacidades e potencialidades.

Sem incorrer em uma perspectiva utilitarista de subjetivação absoluta das necessidades e, ainda que introduza as condições sociais como elementos básicos na reflexão sobre as possibilidades do desenvolvimento, o autor parece não romper com a visão liberal que tem norteado as políticas de desenvolvimento defendidas pelos órgãos multilaterais, que colocam no agente a centralidade no processo de construção do desenvolvimento e que pode comprometer uma leitura das questões estruturais, de forma mais enfática, que afetam este processo.

De fato, a condição de agentes dos indivíduos é, em última análise, central para lidar com essas privações. Por outro lado, a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. (SEN, 2000, p. 10).

Neste sentido é que a partir deste referencial de pobreza, em atenção à sua riqueza, mas com uma leitura atenta e crítica, que desenhamos a pesquisa que ora se apresenta. Orientada pela Teoria das Capacidades Básicas de Amartya Sen.

2. 3 A realização da pesquisa e os caminhos percorridos

Nesta pesquisa nos dedicamos a traçar o perfil da população mais empobrecida de Franca, não somente com vistas a coletar e quantificar necessidades do ponto de vista dos seus pesquisadores, mas também de forma a apreender as próprias percepções dos pesquisados acerca destas informações, de modo a captar também suas potencialidades e desejos.

Com o referencial teórico anteriormente apresentado tratava-se agora de enfrentar o grande desafio de operacionalizá-lo, de forma a transpor todo o debate teórico para o campo instrumentalizado da pesquisa efetivamente realizada.

Desde logo, sabíamos que pelos dados secundários disponíveis sobre Franca não teríamos oportunidade de conhecer quais as necessidades satisfeitas e insatisfeitas da população francana, embora atualmente, haja uma quantidade significativa de estudos sobre os territórios municipais. Mas o caso é que, a despeito da riqueza destes dados, com eles dificilmente teríamos acesso a este tipo de informação. E por isso é que a pesquisa se encaminhou com a proposta de um trabalho de coleta de dados primários.

Decidida esta questão o desafio era então saber como encaminhar uma pesquisa deste formato delimitando o universo e a amostra da mesma. Para esta tarefa teríamos que definir, efetivamente, quem eram e onde se localizavam os pobres de Franca.

Tendo em vista esta tarefa resolvemos, diante das limitações do projeto, trabalhar com um indicador já pronto, qual seja, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, já indicado no capítulo 1. Tal como já apontado este índice foi desenvolvido através da Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados e disponibiliza informações acerca da caracterização da vulnerabilidade social nos vários municípios do Estado de São Paulo, a partir dos dados do Censo de 2000.

O IPVS baseou-se em dois pressupostos de acordo com a Fundação SEADE.

O primeiro foi a compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social. Nesse sentido, buscou-se a criação de uma tipologia de situações de exposição à vulnerabilidade que expressasse tais dimensões, agregando aos indicadores de renda outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar. O segundo pressuposto foi a consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e que contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracteriza. (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

Estes dois pressupostos tiveram como objetivo central criar um método de identificação específico de áreas, segundo graus de vulnerabilidade de sua população residente, que poderia direcionar melhor as políticas públicas, focando-as a partir de uma abordagem espacial.¹

O indicador resultante derivou de uma combinação de duas dimensões – socioeconômica e demográfica. A dimensão socioeconômica se apresenta a partir da renda apropriada pelas famílias e do poder de geração da mesma por seus membros. Neste aspecto considera-se que quanto mais baixos os níveis de renda maior a situação de pobreza, assim como a escassez de fontes de rendimentos seguros e regulares delimitam situações concretas de riscos à pobreza, com destaque para o problema do desemprego. O montante de renda auferido pela família foi expresso pela renda do chefe do domicílio. Já o poder de geração e manutenção regular de renda foi medido por meio do nível de escolaridade do chefe – anos de estudo e acesso à educação básica. A dimensão demográfica está relacionada ao ciclo de vida familiar. De acordo com a Fundação SEADE o ciclo de vida tende a atuar como um fator que potencializa o risco à pobreza, pois quanto mais jovem a família maior tendência à pobreza. Esta dimensão foi expressa pela idade do responsável e a presença de crianças com idade até quatro anos. (FUNDAÇÃO SEADE, 2011)

Os seis grupos ou tipos de áreas que constituem o IPVS são abaixo descritos²:

1 “As informações utilizadas nesse estudo são provenientes do Censo Demográfico 2000, detalhadas por setor censitário, sendo essa a única fonte de dados existente em escala intra-urbana para todo o Estado de São Paulo. Adotou-se um Sistema de Informação Geográfica (SIG), por meio do qual a maioria dos 48 mil setores censitários do Estado foram tratados e representados em cartografias temáticas.” (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

2 Cumpre salientar que além de descritos deste modo os grupos são representados cartograficamente, de modo a conter, disponíveis no site da Fundação SEADE contendo todas as informações necessárias para a sua localização espacial no perímetro dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade: engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa: abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa: formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

Grupo 4 – Vulnerabilidade Média: composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta: engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta: o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza. (FUNDAÇÃO SEADE, 2011)

A despeito das críticas que se possa fazer aos indicadores de vulnerabilidade, e em específico ao IPVS, deve-se considerar que a idéia de vulnerabilidade, em relação à abordagem de linhas de pobreza que, em geral, são definidas simplesmente pelo fator renda traduzido a partir de um padrão de consumo alimentar e o potencial para manter ou não este padrão, já representa um avanço,

uma vez que incorpora várias dimensões antes deixadas de lado no estabelecimento destas linhas. Desta feita, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, especialmente, dados referentes ao chefe de família, como idade, escolaridade, renda auferida, condições de saúde de saúde e trabalho. Além disso, considera a presença de crianças e idosos como componentes relevantes para caracterizar situações de maior vulnerabilidade. Ademais, no que diz respeito ao IPVS, além de tentar-se reunir alguns destes aspectos em um único índice, o objetivo foi fazê-lo espacialmente, classificando áreas geográficas tendo por base os setores censitários. A crítica aqui não é ao indicador, mas ao conceito de vulnerabilidade que expressa limitações nem sempre enfrentadas, inclusive pela própria Fundação SEADE, de acordo com pesquisa acerca de informações disponíveis acerca da metodologia empregada na formulação do IPVS. Não somenos a Fundação SEADE foi bastante exitosa na construção de um indicador de vulnerabilidade baseado em vários gradientes, neste sentido, superando a medida de pobreza referida somente à renda, ou mesmo a medidas de cunho mais econômico como o PIB, e até medidas que agregam componentes sociais como o IDH.

Uma das limitações do IPVS enquanto indicador se coloca na medida em que, dentro de cada setor censitário, que se caracteriza por um território contíguo com cerca de 300 domicílios, há diferenças³. Ademais, por não ser uma pesquisa realizada domicílio a domicílio, o IPVS não capta as diferenças intra-territoriais, ou seja, ainda que aponte as áreas de maior ou menor vulnerabilidade, há que se considerar que em um território menos vulnerável podem esconder-se situações de pobreza.

Mas nesta direção, de modo a amenizar estas limitações do indicador utilizado na pesquisa para a delimitação do universo da pesquisa, buscamos contar com o auxílio de outros estudos sobre pobreza em Franca, já realizados, e imagens dos próprios moradores acerca desta questão no município. Além disso, uma vez caracterizada e localizada a pobreza em Franca, partimos para o reconhecimento *in loco* desta pobreza, para a partir daí delimitar as regiões da cidade que comporiam o universo de pesquisa a ser trabalhado, de modo a alcançar o maior número possível dos indivíduos classificados como grupo 6, ou seja, de vulnerabilidade muito alta, de acordo com o IPVS.

A partir desta delimitação foi possível definir com mais precisão a amostra da pesquisa que foi elaborada com cerca de 10% da população de interesse da pesquisa, ou seja, a que encontrava-se no grupo 6 do IPVS. Considerando a existência de aproximadamente 17.000 indivíduos nesta situação e que cada domicílio abrigava, em média quatro habitantes, de acordo com informações do IBGE, pudemos considerar que o universo da pesquisa consistiria de aproximadamente 4250 domicílios, com uma amostra, portanto, de cerca de 425 domicílios do tipo aleatória no interior de cada um dos setores pré-selecionados.

Definidos o universo e a amostra da pesquisa partimos para a elaboração do questionário. O questionário para o levantamento de dados foi elaborado, tendo-se em consideração, além de outras fontes, o modelo básico da Pesquisa de Condições de Vida realizada pela Fundação SEADE,

3 A unidade de informação considerada foi o domicílio particular permanente definido como: "moradia de uma ou mais pessoas onde o relacionamento entre os seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência, e que foi construído para servir exclusivamente de habitação" (IBGE, 2002)

tendo em vista a possibilidade de posterior comparação. Basicamente o questionário compôs-se de:

- uma folha de rosto- onde foi feita a identificação do domicílio e o controle da entrevista, assim como a caracterização do domicílio e do seu entorno;
- uma folha rotulada como **BLOCO A** - onde foi feita a caracterização dos moradores, a partir de informações prestadas pelo chefe do domicílio ou, na ausência deste, pelo cônjuge ou outro morador de 18 anos ou mais;
- uma folha rotulada como **BLOCO B** – para o levantamento da escolaridade dos moradores e do interesse, daqueles com 15 anos ou mais de idade, em frequentar curso supletivo ou de formação profissional;
- um questionário individual rotulado como **BLOCO C**– para o levantamento de dados sobre as condições de emprego, os diferentes tipos de desemprego, rendimentos, potencialidades e interesses em áreas de trabalho, a ser preenchido com informações prestadas pelo próprio morador ou, na ausência deste, pelo chefe do domicílio ou seu cônjuge.

O que diferenciou o questionário deste diagnóstico e, de certo modo, o tornou mais difícil de ser elaborado, foram as perguntas que, de acordo com a perspectiva teórica em pauta, versavam sobre as capacidades e expectativas dos moradores com relação ao futuro e, especificamente, com relação a trabalho e formação profissional. Neste aspecto, cumpre salientar que há uma grande dificuldade em traduzir para a prática da pesquisa aquilo que se defende bem mais facilmente na teoria. Referimos-nos aqui às dificuldades de transpor para questões específicas, aspectos que, de fato, captassem subjetividades em torno do que os indivíduos sabem fazer e, principalmente, do que gostariam de aprender.

A entrada no campo é um dos momentos que mais exige da equipe de trabalho em uma pesquisa. Depois de realizado o treinamento de toda esta equipe e alguns pré-testes, entramos em campo em dois momentos: em uma primeira etapa, em novembro de 2008, e em uma segunda, em maio de 2009, de modo a efetivar a investigação em dois momentos distintos da dinâmica econômica do município estudado. O objetivo principal era apreender informações sobre mão-de-obra empregada não somente no setor formal como informal, assim como postos temporários ou permanentes.

No total foram alcançados 401 domicílios e 1472 moradores. Todas as informações coletadas nos questionários passaram por um processo de codificação e depois foram inseridas em planilhas do programa SSPS - *Statistical Package for the Social Sciences*, um *software* aplicativo voltado para o uso das Ciências Sociais para posterior elaboração de tabelas e gráficos. Depois da implantação dos dados foi realizada a análise dos mesmos a partir de suas variáveis e seus cruzamentos. A partir desta análise, foi elaborado o relatório final com os principais resultados do diagnóstico que serviram de base para a apresentação do próximo capítulo.

Capítulo 3

Territórios invisíveis - estudo das condições de vida da população das regiões mais vulneráveis de Franca/SP

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...

[...]

Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh!
Necessidade, vontade, eh!
Necessidade...¹

Neste capítulo serão descritos os resultados obtidos na pesquisa empírica realizada, com a aplicação dos questionários a uma amostra de cerca de 10% da população total de

¹ ANTUNES, A.; FROMER, M.; BRITTO, S. Comida. (Em: TITÁS. *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. São Paulo: WEA, 1987).

interesse da pesquisa no município de Franca.² Os 425 domicílios visitados pelos pesquisadores de campo abrigam 1.472 pessoas entrevistadas, presencialmente ou não.³

Procurou-se, entre a profusão de resultados quantitativos,⁴ sintetizar os resultados que possibilitassem apresentar um quadro característico dos domicílios pesquisados e de seu entorno, de atributos sócio-demográficos das pessoas e das condições de educação formal e de evasão escolar. Também são retratadas as condições de trabalho desta população no mercado de trabalho formal e informal e a caracterização daqueles que não trabalham ou que procuram nova colocação. Buscou-se compreender, por fim, quais as habilidades e conhecimentos práticos presentes dos entrevistados e almejados no futuro.

3.1 Onde pesquisamos? Os bairros do município de Franca

Os domicílios pesquisados são classificados pela Fundação Seade como locais de alta e muito alta vulnerabilidade socioeconômica e estão localizados em dez bairros do município de Franca, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição percentual dos domicílios pesquisados, de acordo com os bairros cobertos pela pesquisa.* Franca, 2011.

Bairros	Frequência	Percentual
Jardim Aeroporto III	105	26,3%
City Petrópolis	98	24,5%
Jardim Aeroporto II	45	11,3%
Miramontes	44	11,0%
Jardim Paineiras	34	8,5%
Jardim Brasil	31	7,8%
Jardim Centenário	25	6,3%
Jardim Santa Bárbara	9	2,3%
Jardim Aeroporto IV	6	1,5%
Jardim São Luiz	3	0,8%
Total	400	100 %

*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

2 Para tanto foram considerados: (1) a existência no município de Franca de aproximadamente 17.000 indivíduos, classificados pela Fundação Seade na situação de alta vulnerabilidade sócio-econômica; e (2) o fato de que cada domicílio abriga, em média, quatro moradores de acordo com informações do IBGE. Com este entendimento, o universo da pesquisa consistiria em cerca de 4.250 domicílios, com uma amostra correspondente de 425 escolhidos de maneira aleatória no interior de cada um dos setores residenciais pré-selecionados. Dos 425 questionários aplicados, 24 foram considerados inválidos para fins de compilação de resultados, por diferentes motivos: o entrevistado recusou-se a responder as perguntas, o imóvel estava vago ou fechado ou seu uso era ocasional.

3 Há de se ressaltar que quando são mencionados os “entrevistados” pela pesquisa, deve-se ter em mente que estão sendo considerados tanto aqueles indivíduos que responderam às perguntas, como os demais familiares presentes no domicílio. Todos os moradores pesquisados são abrangidos, indistintamente, na exposição dos resultados, entrevistados pessoalmente pelo pesquisador de campo ou não.

4 Deve-se ter em mente que os valores absolutos bem como os percentuais informados em todo este capítulo consideram somente os casos válidos. Desta feita, o número absoluto de respostas válidas varia de pergunta a pergunta.

Na zona sul da cidade estão concentrados cerca de 40% dos domicílios pesquisados, dado que esta região compreende os Jardim Santa Bárbara e Aeroporto II, III e IV. Na zona norte estão os bairros City Petrópolis, Jardim Paineiras e Miramontes, totalizando 44% dos entrevistados. Os demais, Jardim Brasil, Jardim Centenário e Jardim São Luiz, localizados na zona leste da cidade, concentram o restante.

A maior parte dos domicílios é de propriedade das famílias que neles residem (74,9% declararam que residem em moradias próprias) ou foram a elas cedidas (6,5% das respostas). Ainda que a propriedade seja importante para a caracterização desta população, é possível considerar que algumas destas residências, ditas “próprias”, podem não ter sido quitadas completamente no momento de realização da pesquisa e estarem sendo, portanto, objeto de financiamento.⁵

A participação de imóveis alugados também é destacável: 16,7% dos pesquisados declararam a residência em imóveis com tal característica⁶ e precisa despende mensalmente de recursos financeiros para suprir uma necessidade fundamental que deveria ser um direito já universalizado.

É relevante o fato de que grande parte das famílias reside em casas “próprias”, uma vez que a moradia é uma necessidade humana básica e que precisa ser atendida. Os bairros visitados são populares e muitos foram abrangidos pelas políticas habitacionais do passado. As políticas habitacionais brasileiras, em geral, atentam-se e consideram apenas o fato de que as pessoas precisam de um “teto” para viverem, não importando o local, o tamanho e as condições das mesmas.

Mas a população está sendo atendida de fato? Qual a qualidade destas residências? O tamanho das casas atende ao tamanho das famílias? Com relação ao território na qual estão inseridas: há infraestrutura e serviços básicos para atender às famílias? Essas moradias respeitam a identidade dos seus moradores e, desta forma, a construção da subjetividade?

Com relação a aspectos estruturais da moradia, cabem algumas considerações, sendo que todos os seus elementos compõem as condições básicas de infraestrutura de um território. 99,7% dos domicílios são construções de alvenaria, o que evidencia que os bairros pesquisados não são áreas de favelas.⁷ Os moradores têm acesso à rede pública de abastecimento de água (99,2% dos respondentes),⁸ ainda que com falhas, dado que 31,3% tenham mencionado a falta de água de maneira rotineira.⁹

5 Dentre as alternativas à pergunta sobre a situação do imóvel de residência havia a menção a “imóvel financiado”, que constitui 1,6% das respostas espontâneas. Entretanto, uma vez que o manual de orientação do entrevistador recomendava que não fossem lidas as alternativas e somente anotada a resposta dada pelo morador, não foram feitas perguntas adicionais sobre a quitação do imóvel, daí a constatação de que parte destes possa estar sendo objeto de financiamento. Esta hipótese encontra respaldo em constatações posteriores desta pesquisa.

6 Somente um entrevistado respondeu que ocupa imóvel invadido.

7 Este elevado percentual indica a quase ausência de construções de outros tipos: adobe, taipa, madeira ou material reaproveitado. Das 383 respostas válidas, somente um domicílio é de taipa não revestida.

8 Das 383 respostas válidas a esta questão, 380 domicílios são abastecidos pela rede pública, um utiliza-se de água de poço/nascente de água e um menciona outra fonte de abastecimento além destas.

9 Dentre aqueles que mencionam a “falta de água” de maneira recorrente, 112 a caracterizam como “de vez em quando”, quatro destacam que falta água todos os dias e outros quatro destacam que há desabastecimento na maior parte da semana.

O escoamento sanitário é feito por meio da rede pública de esgoto (situação de 98,7% das respostas).¹⁰ Os entrevistados destacam ainda que as ruas em que se localizam as residências têm acesso à rede pública de iluminação (97,1%),¹¹ assim como também ocorre com os domicílios (97,1%).¹² Por fim, quase a totalidade das ruas onde se localizam as residências é asfaltada (99,5%).¹³

A magnitude destes dados nos traz algumas reflexões possíveis. Não há maneira de negar que os dados ressaltam uma quase totalidade de cobertura para as condições essenciais de vida e sobrevivência desta parcela da população de Franca. Mas diante de tais números não é possível inferir nada além do que representam as informações em si, sobretudo, com relação à qualidade dos serviços prestados. Para tanto, os entrevistados foram solicitados a responder a respeito da satisfação com relação a aspectos estruturais do entorno do domicílio, manifestando-a espontaneamente e de acordo com a percepção pessoal e subjetiva.¹⁴

A grande diversidade de percepções e respostas está sintetizada no Gráfico 1. A universalidade da prestação de serviços públicos de maneira satisfatória é importante não só para os entrevistados, como para qualquer brasileiro. Destarte, há que se dizer que como se trata de uma população historicamente desprovida de direitos básicos, nem sempre este “satisfatório” de fato o é e também há que se levar em conta que um percentual representativo não o qualifica desta forma – algum tipo de melhoramento ainda seria possível.

10 Dois entrevistados mencionam o esgotamento sanitário por meio de fossa séptica, um por meio de fossa rudimentar e outros dois utilizam o escoamento em rio, riacho ou represa, considerando-se o total de 383 domicílios.

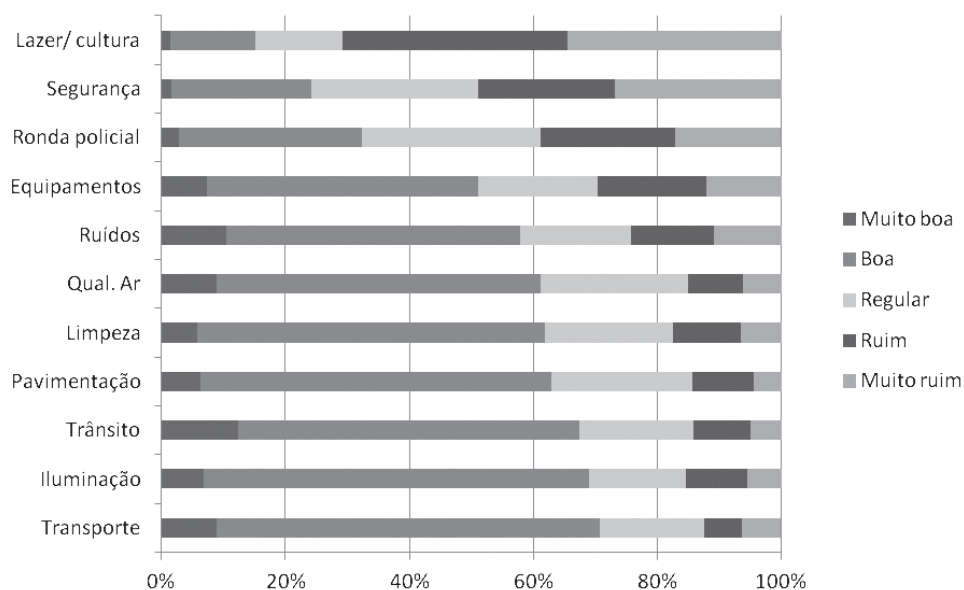
11 Onze das 381 entrevistas consideradas válidas mencionam que não há acesso à iluminação pública no domicílio.

12 Os entrevistados, predominantemente, mencionam a existência de “relógio próprio” para cômputo e quantificação do consumo de energia elétrica, por meio do abastecimento pela rede pública (370 das 381 respostas válidas para esta questão). Os demais mencionam que a iluminação no domicílio é feito com “relógio comunitário” – situação que ocorre quando um mesmo “relógio” é compartilhado por mais de uma residência (11 casos) – ou sem relógio – o chamado “gato” de energia elétrica, quando há furto diretamente da rede de abastecimento (duas respostas).

13 Uma menciona outra forma de pavimentação e outra, das 383 respostas válidas, menciona que o domicílio localiza-se em rua de terra batida.

14 A pergunta feita foi: “Numa escala de muito boa a muito ruim, como avaliar as condições deste bairro em relação a...”. Consideraram-se as seguintes alternativas para as respostas: muito ruim, ruim, regular, boa e muito boa.

Gráfico 1. Distribuição percentual dos domicílios pesquisados, de acordo com grau de satisfação a respeito de alguns aspectos estruturais do bairro.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

O transporte coletivo, que aparece em primeiro lugar em satisfação, é fundamental para a locomoção das pessoas que residem nestes bairros. Por estes distarem do centro da cidade e das áreas de distrito industrial, *locus* de trabalho de muitos de seus moradores, um sistema de transporte público satisfatório favorece as atividades extra-bairro e interbairros. As regiões pesquisadas, por serem periféricas e distantes do centro da cidade, local onde se concentram as atividades de comércio e prestação de serviço, e das demais áreas com concentração industrial, não são consideradas congestionadas para a grande maioria dos entrevistados. Quando questionados a este respeito, 67,4% têm a opinião de que as condições das vias públicas que não permitem congestionamentos são boas/ muito boas. Somente para 14,3% o trânsito nas vias públicas na região do entorno do domicílio é ruim ou muito ruim, impactando em congestionamentos. Importante para garantir a circulação rápida e segura da população é a qualidade da pavimentação das ruas. Os resultados mostram que 56,5% do total de pesquisados avaliam como boa a pavimentação das ruas dos bairros onde residem e a avaliação “regular” também é expressiva (22,8%).¹⁵

A iluminação pública também é um fator importante para garantir o direito de ir e vir em condições de segurança no período noturno, seja para fins educacionais, de trabalho ou mesmo

15 Em um percentual menor, porém não menos importante, ocorre a opinião de “ruim” para 9,9%, “muito boa” para 6,3% e “muito ruim” para 4,5%.

de lazer. Ainda que tivesse alcançado quase 70% de satisfação, segundo os entrevistados, ainda há insatisfação da população com este item. A iluminação pública do bairro é considerada boa para 62,1% dos respondentes – muito boa para 6,8%. Minoria tem a opinião de que este serviço é ruim (9,9%) ou muito ruim (5,5%).

A limpeza pública é considerada “boa” para a maioria dos entrevistados (56,0%). Embora seja maioria, há de se destacar a resposta “regular” para 20,7%, e o percentual que a considera ruim ou muito ruim (17,5%). A limpeza pública é um serviço essencial para proteção da saúde das pessoas e do meio-ambiente.

A respeito da qualidade do ar (ou da poluição atmosférica), os entrevistados avaliam ser boa/ muito boa, de maneira geral (61,1% das respostas). Já com relação à poluição sonora os residentes a avaliam, em geral, como boa (47,4% das menções) ou muito boa (10,5%). “Ruim” ou “muito ruim” é a opinião sobre os ruídos presentes no entorno do domicílio (ou barulho, de uma maneira geral), de parcela expressiva da população (23,4%).

Com avaliação intermediária estão os equipamentos públicos, para os quais quase metade dos entrevistados manifestou-se insatisfeita (49%). Os equipamentos públicos avaliados são creches, escolas municipais de educação infantil (EMEI) e unidades (postos) de saúde, que são direitos dos brasileiros e devem atender as necessidades básicas de educação e saúde imprescindíveis à vida humana. Sendo um direito, deveriam estar disponíveis a 100% da população – que por sua vez deveria estar 100% satisfeita com os serviços prestados! No entanto, o que se percebe é que apenas 43,7% dos moradores destas localidades qualificam estes serviços como bons e, somente 7,3% como muito bons. As demais considerações oscilam entre “regular” (19,4%), “ruim” (17,5%) e “muito ruim” (12,1%).

O que dizer destes dados?

Além de lamentá-los – não desconsiderando que um pouco mais da metade dos entrevistados avaliam os equipamentos públicos como “bom” ou “muito bom” – é preciso pensar por que para quase um terço das pessoas esta prestação de serviço é considerada ruim. Não está sendo prestado na quantidade considerada adequada? Há problemas na qualidade? Estão distantes do domicílio?

Do outro lado da balança há aqueles serviços públicos cuja avaliação pela população não é tão favorável, dado que a maioria dos entrevistados não os avalia, majoritariamente, como “bons” ou “muito bons”.

Há uma insatisfação generalizada quanto às opções de lazer e cultura – quase 85% das pessoas estão insatisfeitas com a disponibilidade destas atividades. Caminhando pelos bairros pesquisados é possível observar a falta de praças, áreas de esporte, espaços de convivência e lazer. O leitor poderá indagar: esta questão é tão relevante quanto as outras? É possível comparar a satisfação com lazer e cultura como a pavimentação das ruas, segurança, limpeza, iluminação pública?

Lazer e cultura são fundamentais e indispensáveis ao desenvolvimento humano, que “não quer só comida”, mas também “diversão e arte”, conforme enfatiza a epígrafe deste capítulo. Infelizmente, no Brasil as políticas públicas voltadas à cultura e arte ainda são quase inexistentes,

principalmente, no que tange ao acesso da população de baixa renda. O lazer e a cultura são dimensões da vida que precisam ser respeitadas pelas autoridades públicas. O maior investimento nestas áreas traz impactos na redução nas taxas de violência, menores taxas de depressão e demais enfermidades e maior possibilidade de expressão da subjetividade, para citar apenas alguns de seus benefícios.

Por fim, além da insatisfação manifesta com as oportunidades de lazer e cultura, há outros dois elementos que trazem descontentamento: as condições de segurança e o serviço de ronda policial/ policiamento são fatores que a maioria dos moradores julga de regular a muito ruim.

A segurança nos bairros não é bem avaliada para quase a maioria dos entrevistados: 22,0% responderam que a segurança é “ruim” e 27,0% a consideram como “muito ruim” – igual percentual que a toma como “regular”. Menos de um quarto consideram “boas” ou “muito boas” as condições de segurança.

Ainda que as condições de segurança sejam assim avaliadas, a interferência do poder público tem avaliação percentualmente melhor – ainda que não se avalie de maneira absoluta sua qualidade. 17% dos entrevistados têm a opinião de que a ronda policial é “muito ruim” e 21,8% a considera “ruim”. O policiamento que ocorre no bairro é muito bom somente para 2,9% e 29,5% das pessoas o consideram “bom”.

Comparando a percepção dos moradores com relação à sensação de segurança e a opinião quanto ao policiamento/ ronda policial nos bairros, percebe-se um paradoxo. Mesmo havendo relativamente um bom policiamento, o mesmo não se traduz no aumento da percepção ou sensação de segurança de seus moradores. É relevante a diferença de percepção quando se avalia a resposta “muito ruim”: há uma diferença de 10% entre a opinião quanto à segurança e a presença física de policiamento. Este dado suscita em nós pesquisadores uma reflexão acerca da questão da violência e sua forma preponderante de enfrentamento: a segurança. Até que ponto a segurança deve ser a principal medida no combate a violência? Não seria melhor entender este fenômeno como produção de uma determinada sociedade que não prioriza a educação de suas crianças e jovens, dentre outras questões fundamentais, e, como resultante disto os atira muitas vezes em situações de reprodutores da violência desta mesma sociedade?

Quando comparadas as situações reais encontradas nos bairros há similitudes e divergências entre as opiniões majoritárias de seus moradores, conforme Tabela 2.¹⁶ Alguns quesitos avaliados em bases qualitativas obtêm avaliações semelhantes, independente do local. Em outros aspectos, a comparação entre eles é reveladora!

16 A opinião majoritária nos domicílios pesquisados é considerada, em termos estatísticos, a ‘moda’ – valor que mais se repete nas respostas.

Tabela 2. Opinião majoritária e distribuição percentual dos domicílios pesquisados, de acordo com o bairro e opinião majoritária sobre a satisfação com relação aos quesitos. * Franca, 2011. (continua)

Bairro/quesito	Transporte		Iluminação		Trânsito		Pavimentação		Limpeza		Qual.Ar	
	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%
Jardim Paineiras	Boa	61,80%	Boa	61,80%	Boa	58,80%	Boa	76,50%	Boa	58,80%	Boa	38,00%
Jardim São Luiz	Boa	100,00%	Boa	100,00%	Ruim	66,60%	Regular	33,30%	Regular	33,30%	Regular	33,30%
City Petrópolis	Boa	56,50%	Boa	50,50%	Boa	57,60%	Boa	51,10%	Boa	63,40%	Regular	18,30%
Miramontes	Boa	68,30%	Boa	65,80%	Boa	46,10%	Boa	61,00%	Boa	46,30%	Boa	58,50%
Jardim Brasil	Boa	53,30%	Boa	77,40%	Boa	54,80%	Boa	41,90%	Boa	61,30%	Boa	67,70%
Jardim Centenário	Boa	65,20%	Boa	70,80%	Boa	50,00%	Boa	37,50%	Boa	62,50%	Boa	58,30%
Jardim Santa Bárbara	Boa	88,90%	Boa	100,00%	Boa	55,50%	Boa	88,90%	Boa	88,90%	Boa	77,80%
Jardim Aeroporto II	Boa	48,80%	Boa	43,90%	Boa	51,30%	Boa	53,60%	Boa	55,00%	Boa	53,60%
Jardim Aeroporto III	Boa	66,60%	Boa	66,60%	Boa	56,80%	Boa	59,80%	Boa	48,00%	Boa	52,90%
Jardim Aeroporto IV	Boa	80,00%	Boa	80,00%	Boa	80,00%	Boa	80,00%	Ruim	60,00%	Regular	40,00%

Tabela 2. Opinião majoritária e distribuição percentual dos domicílios pesquisados, de acordo com o bairro e opinião majoritária sobre a satisfação com relação aos quesitos. * Franca, 2011. (conclusão)

Bairro/quesito	Ruídos		Equipamentos		Ronda policial		Segurança		Lazer/cultura	
	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%	Op. Maj	%
Jardim Paineiras	Boa	41,20%	Boa	41,20%	Boa	41,20%	Boa	35,30%	Muito Ruim	43,70%
Jardim São Luiz	Ruim	66,60%	Ruim	33,30%	Ruim	66,60%	Regular	66,60%	Boa	66,60%
City Petrópolis	Boa	52,70%	Boa	46,10%	Boa	30,40%	Regular	30,40%	Muito Ruim	38,80%
Miramontes	Boa	34,10%	Boa	58,90%	Ruim	33,30%	Muito Ruim	34,10%	Ruim	37,10%
Jardim Brasil	Boa	45,20%	Boa	40,00%	Boa	33,30%	Regular	29,00%	Ruim	45,20%
Jardim Centenário	Boa	50,00%	Boa	40,00%	Regular	39,10%	Regular	36,40%	Ruim	47,60%
Jardim Santa Bárbara	Boa	66,60%	Boa	66,60%	Boa	44,40%	Muito Ruim	66,60%	Muito Ruim	55,50%
Jardim Aeroporto II	Boa	52,50%	Ruim	39,00%	Regular	35,00%	Muito Ruim	32,50%	Ruim	48,70%
Jardim Aeroporto III	Boa	45,10%	Boa	42,40%	Regular	34,60%	Muito Ruim	27,70%	Muito Ruim	33,30%
Jardim Aeroporto IV	Boa	80,00%	Regular	20,00%	Ruim	60,00%	Ruim	80,00%	Muito Ruim	40,00%

*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

Op. Maj = opinião majoritária.

Há somente dois serviços públicos que são unanimidade positiva entre os moradores de todos os bairros pesquisados: transporte e iluminação. Se isolarmos a opinião dos moradores do Jardim São Luiz – que representam 0,8% dos domicílios pesquisados – das demais, também as condições de trânsito, a pavimentação das vias públicas e a ausência de poluição sonora (‘ruídos’) são consideradas majoritariamente ‘boas’.

As condições de limpeza pública, apesar de serem consideradas ‘boas’ pela população pesquisada, não agradam aos residentes dos bairros Jardim Aeroporto IV e São Luiz. A qualidade do ar também é mal avaliada nestas localidades, assim como em City Petrópolis. Aliás, nos bairros São Luiz e Aeroporto II e IV também há avaliações negativas quanto à disponibilidade de creches, EMEIs e postos de saúde.

Avaliações majoritariamente negativas têm os bairros com relação às condições de segurança e policiamento público e também quanto à disponibilidade de locais ou equipamentos destinados ao lazer e à cultura. Além da avaliação como ‘ruins’ ou ‘muito ruins’, a situação presente nos bairros torna-se mais grave quando somadas às ‘regulares’.

Ou seja, de maneira geral, onde a prestação e disponibilidade de serviços públicos são consideradas ‘boas’, elas o são em todos os bairros pesquisados. E quando não são ‘boas’, não são para quase ninguém...

3.2 Quem pesquisamos? Os indivíduos e sua caracterização sócio-demográfica

Os 401 domicílios pesquisados abrigam 1.472 moradores. São 1.472 pessoas, indivíduos, pais, filhos, trabalhadores... São invisíveis à maior parte da população francana, paulista e brasileira. Não pintam, não bordam, não são destaque em noticiário – exceto em noticiários que retratam a violência, pois são considerados pela mídia, de maneira geral, como “criminosos” – herança da concepção da criminalização da pobreza; ademais são muito utilizados em épocas de campanhas eleitorais. Importa saber se usufruem do direito à educação, saúde, assistência social? Do direito ao trabalho, tão premente para a satisfação das necessidades mais essenciais? Quem são estes invisíveis?

Nos domicílios pesquisados os indivíduos foram identificados segundo a relação de parentesco em relação ao chefe da família, sintetizados na Tabela 3.¹⁷

17 O/a chefe da família, entendido(a) como o “responsável pelo domicílio,” foi identificado(a) espontaneamente pelo morador que foi entrevistado presencialmente quando da aplicação do questionário. Todos os demais moradores do domicílio foram sendo descritos a partir da relação de parentesco com este(a) chefe.

Tabela 3. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados, de acordo com o parentesco em comparação aos chefes de família. * Franca, 2011.

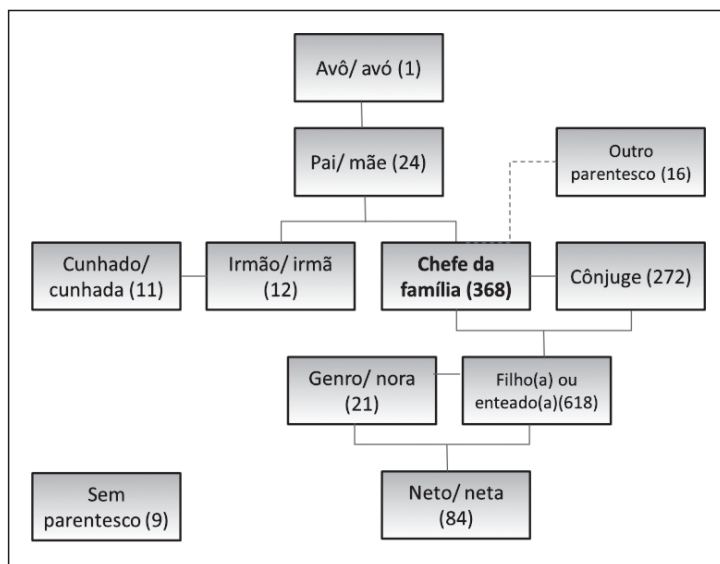
Posição	Frequência	Percentual
Chefe de família	368	32,3%
Cônjuge	272	23,9%
Filho (a)/ Enteadado (a)	618	54,2%
Neto (a)	84	7,4%
Mãe/ Pai	24	2,1%
Sogro (a)	4	0,4%
Irmão/Irmã	12	1,1%
Cunhado	11	1,0%
Genro/Nora	21	1,8%
Avô/ Avó	1	0,1%
Outro parentesco	16	1,4%
Sem parentesco	9	0,8%
Total	1.140	100 %

*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 1.140.

O universo pesquisado compreende um sem número de arranjos familiares – alguns até bastante complexos – composto por ascendentes, descendentes de até 2º grau e colaterais. Foram encontrados domicílios com um único morador e com até 14 pessoas, onde conviviam chefe de família e seu cônjuge, filhos e seus cônjuges, netos e colaterais. Representando estas relações, de maneira simplificada, em um diagrama, obtém-se a Figura 2.¹⁸

18 Os seguintes pressupostos simplificadores foram utilizados na composição desta Figura: (1) os descendentes são filhos do chefe de família com o cônjuge que reside no mesmo domicílio; (2) os enteados são considerados descendentes do chefe da família; (3) os netos são filhos das filhas ou dos filhos com o genro ou nora que reside no domicílio; (4) o cunhado ou cunhada é casado com a irmã ou irmão do chefe da família.

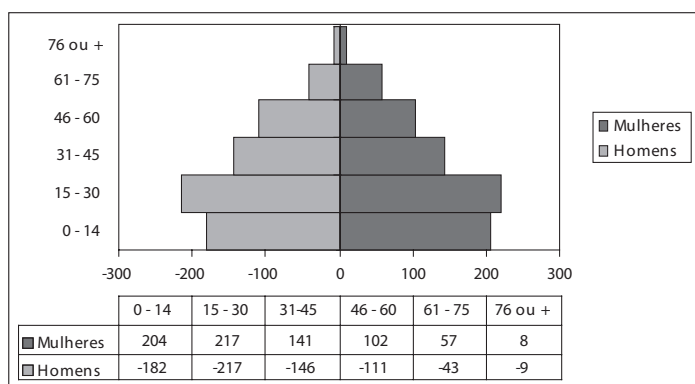
Figura 2. Representação simplificada, em termos quantitativos absolutos, das relações de parentesco existentes entre os moradores dos domicílios pesquisados com relação ao (a) chefe de família.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 1.140.

Avaliando os indivíduos pesquisados, 26,9% estão compreendidos na faixa etária de 0 a 14 anos, 30,2% entre 15 e 30 anos, seguidos de 20% de 31 a 45 anos, 14,8% de 46 a 60 anos, 7% de 61 a 75 anos e 1,2% com 76 anos ou mais. É uma população jovem, de modo absoluto. Dentre os entrevistados há 50,8% de mulheres e 49,2% homens. Aliando-se estas duas características, construiu-se a pirâmide etária, sintetizada na Figura 3.

Figura 3. Distribuição dos indivíduos pesquisados de acordo com o sexo e a faixa etária.* Franca, 2011.



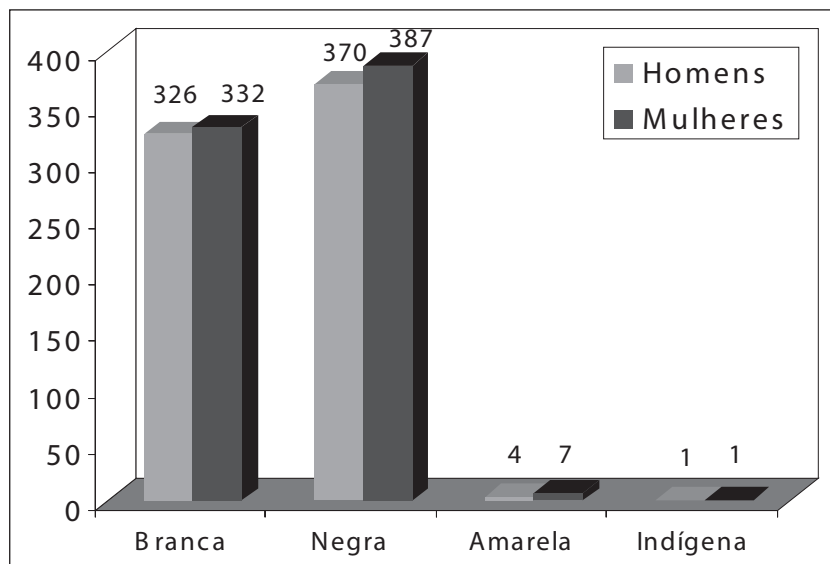
*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 1.437.

Não há diferenças consideráveis na pirâmide etária pesquisada. A relação entre homens/mulheres aparece estável, exceto no extrato de 0 a 14 anos, quando se observa a presença de 204 meninas para 182 meninos. Nas demais faixas etárias, esta diferença é residual.

Outra informação relevante para caracterizar a população é a cor/raça, tendo sido utilizada a mesma denominação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta qualificação. Foi solicitado ao entrevistado a auto-definição de sua cor/raça, bem como dos demais moradores da residência. A maioria se considera 'branco' (45,7%), seguido de 'pardos' – 39,8%, 'pretos' – 12,8%, 'amarelos' – 0,8% e 'indígenas' (0,1%). Esta característica é importante para detectar diferenças advindas das diferentes raças e para mapear eventuais discriminações ou discrepâncias no mercado de trabalho que possam advir da questão racial, dado que pesquisas nacionais mostram claramente o preconceito sofrido pelos negros no acesso e permanência no sistema educacional e no mercado de trabalho. Forma agrupadas as categorias 'preto' e 'pardo' em uma única denominada 'negros', o que é possível para fins desta análise, uma vez que os dois grupos apresentam caracterizações muito semelhantes no que diz respeito à educação, saúde, trabalho, moradia, entre outros aspectos.¹⁹

Agrupados há, então, 52,6% da população entrevistada composta por 'negros', percentual que passa a superar o daqueles que se autodenominam 'brancos'. Recompоста a distribuição percentual com esta nova classificação, obtém-se o Gráfico 2. Nele, observa-se o equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres, nas diferentes etnias.

Gráfico 2. Distribuição dos indivíduos pesquisados de acordo com o sexo e a cor/raça. * Franca, 2011.

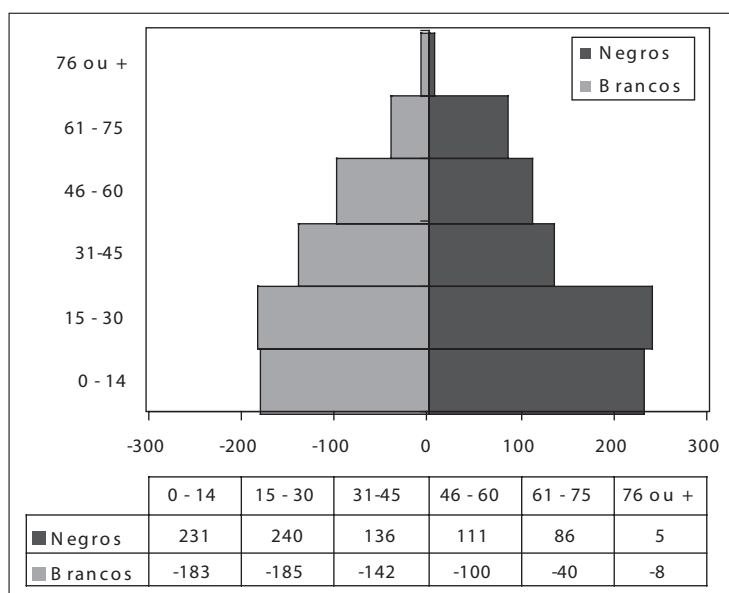


*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 1.428.

19 Este deve ser o entendimento quando de todas as menções existentes nesta pesquisa a "negros".

Recomposta a pirâmide etária considerando-se a caracterização de ‘pardos’ e ‘pretos’ em um único grupo denominado ‘negros’, percebe-se na Figura 4 que há predominância destes em quase todas as faixas etárias – com ligeiro predomínio de ‘brancos’ na faixa dos 31 a 45 anos e de pessoas com 76 anos ou mais.²⁰

Figura 4. Distribuição dos indivíduos pesquisados de acordo com a faixa etária e a cor/raça.*
Franca, 2011.

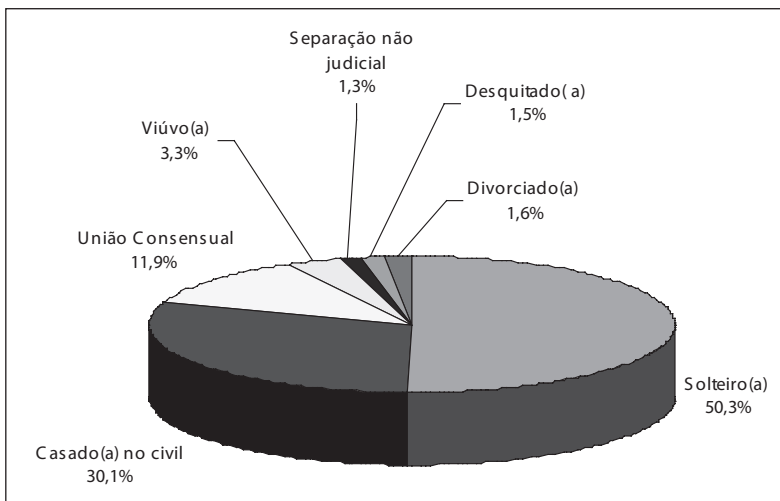


*Distribuição que considera apenas os casos válidos e apenas os indivíduos autodeclarados ‘brancos’, ‘pretos’ e ‘pardos’, dado que o percentual de ‘amarelos’ e ‘indígenas’ é bastante reduzido.

Avaliando a situação conjugal, observa-se no Gráfico 3 que um pouco mais da metade da população entrevistada é solteira – o que seria esperado dado o elevado percentual de crianças e jovens consideradas na pesquisa, seguida de pessoas casadas (42,0%, sendo 30,1% de indivíduos casados no civil e 11,9% em união consensual).

20 Nesta análise foram considerados somente os ‘brancos’ e ‘negros’, dado que na população pesquisada as autodenominações como ‘amarelos’ e ‘indígenas’ são pequenas – 0,8% e 0,1%, respectivamente.

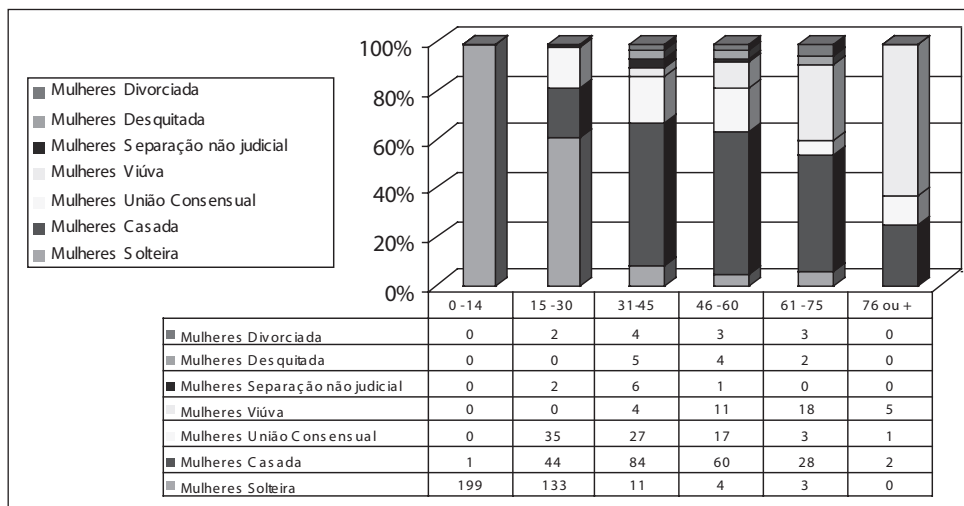
Gráfico 3. Distribuição percentual dos pesquisados, de acordo com a situação conjugal.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

Percebe-se, adicionalmente, que há uma tendência das mulheres casarem-se um pouco mais tarde. A maioria das mulheres casadas e/ou em união consensual encontra-se na faixa etária dos 31 a 60 anos, conforme Figura 5. Dentre as mulheres mais jovens, entre 15 e 30 anos, há predomínio de solteiras. Acima de 61 anos, destaca-se a viuvez, que é estado civil da maioria das entrevistadas acima de 76 anos.

Figura 5. Distribuição e distribuição percentual das mulheres pesquisadas, de acordo com a faixa etária e a situação conjugal.* Franca, 2011.

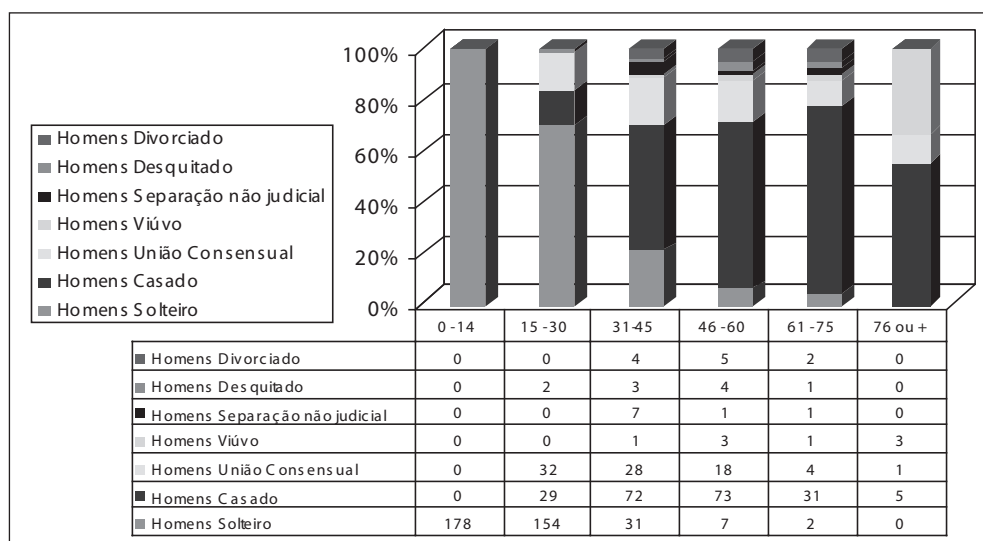


*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos. Total geral de mulheres pesquisadas: 732 mulheres.

A mesma tendência repete-se quando é avaliado o sexo masculino (Figura 6). Há preponderância de homens solteiros até os 30 anos, e de homens casados e/ou em união consensual a partir dos 31 anos. A mesma observação a respeito do casamento (ou união consensual) em idades mais avançadas pode ser feita com relação aos homens.

Ao observar as faixas etárias mais avançadas nota-se uma diferença com relação à viuvez entre homens e mulheres. Ainda que na população total representem apenas 1,2%, os entrevistados com mais de 76 anos são, em sua maioria, casados se homens e viúvas se mulheres – reproduzindo a situação que existe nas estatísticas nacionais, nas quais se percebe a morte mais precoce dos homens em relação às mulheres.

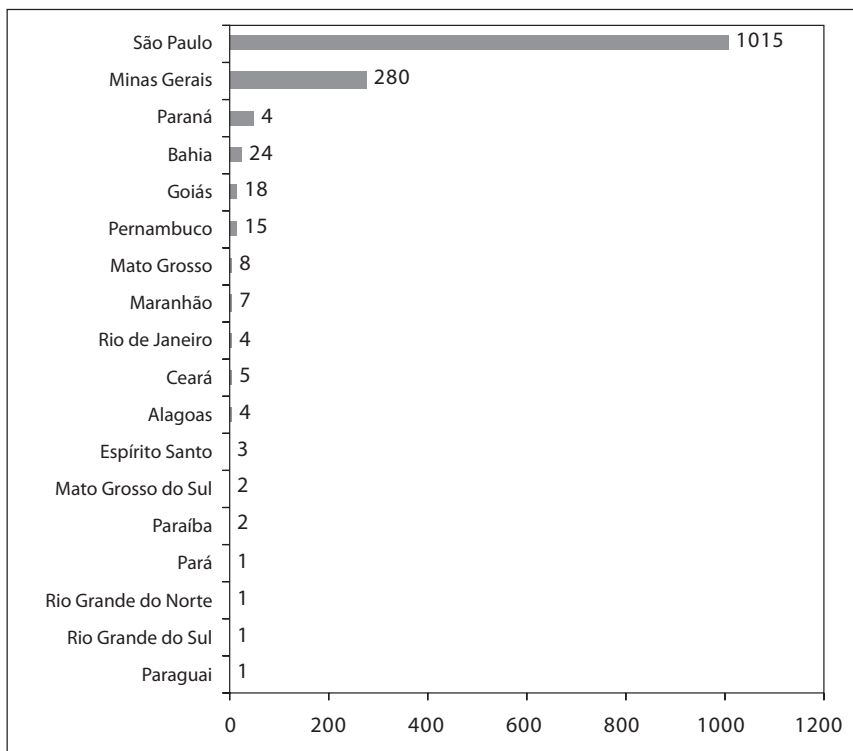
Figura 6. Distribuição e distribuição percentual dos homens pesquisados, de acordo com a faixa etária e a situação conjugal.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos. Total geral de homens pesquisados: 708 homens.

De maneira preponderante, os sujeitos da pesquisa são provenientes do próprio Estado de São Paulo, conforme se observa no Gráfico 4. Na sequência aparecem os estados limítrofes – Minas Gerais (de onde provêm 280 pessoas) e Paraná (49). Têm destaque também os estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. O município de Franca é fronteiro ao Estado de Minas Gerais, fato que talvez explique a relevante quantidade de entrevistados daí provenientes.

Gráfico 4. Distribuição dos indivíduos pesquisados, de acordo com o estado de nascimento.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 1.472.

No que se trata das condições de saúde da população pesquisada, problemas relacionados à visão acometem 2,3% dos entrevistados, seguidos por problemas ou deficiência mental – 1,3%, deficiência física (0,7%), de fala (0,4%) e de audição (0,1%).²¹ 95% desta população não possui nenhuma necessidade especial.

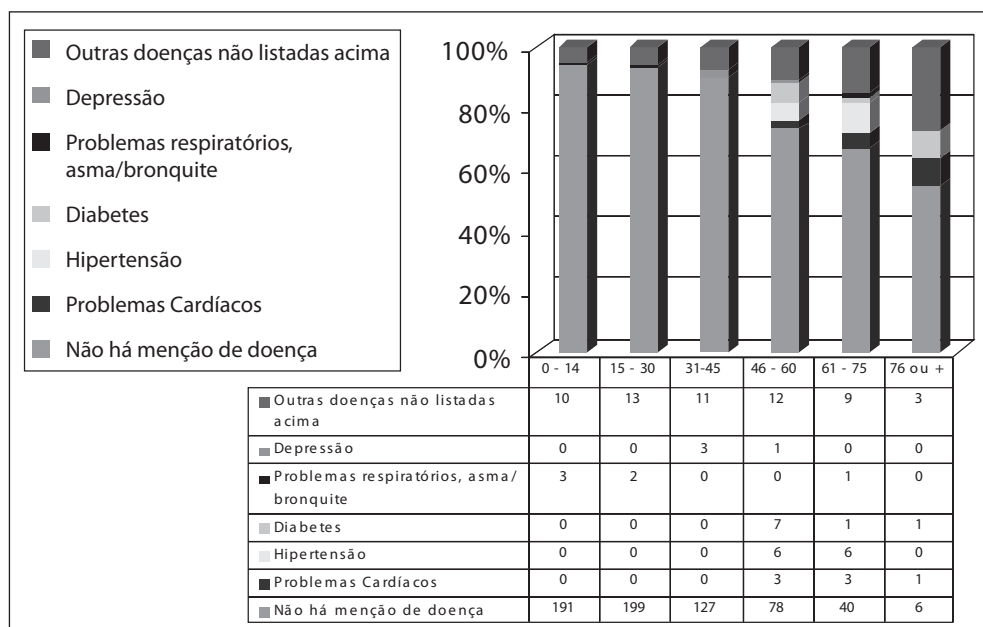
Pequena é a quantidade de grávidas: são somente quatro (uma com 22 anos, duas com 23 anos e uma com 53 anos) dentro do total de 732 mulheres pesquisadas. Há de se destacar, entretanto, que sete mulheres se recusaram a dar informação sobre gravidez.

Quando avaliadas as condições de saúde da população, também é evidenciada a baixa incidência de doenças.²² A grande maioria, em todas as faixas etárias pesquisadas e de ambos os sexos, não faz menção à ocorrência de doenças. Dentre aqueles que mencionaram terem estado doentes, agruparam-se as doenças em categorias amplas (p.ex. depressão, problemas respiratórios e cardíacos, diabetes e hipertensão/ pressão alta), tentando verificar a ocorrência de um eventual padrão. Mas a maioria dos acometidos por doenças não o foram por estas doenças – nem mulheres e nem homens, conforme consta nas Figuras 7 e 8.

21 Outra deficiência, não relacionada anteriormente, acomete 0,2% dos entrevistados.

22 Na entrevista perguntava-se a respeito da ocorrência de doenças nos 12 meses anteriores à realização do questionário.

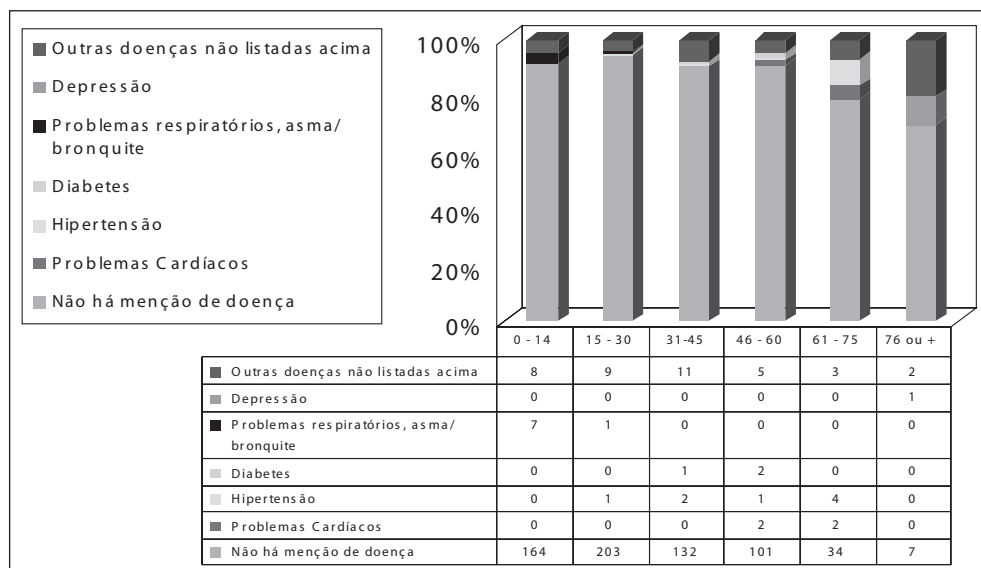
Figura 7. Distribuição e distribuição percentual das mulheres pesquisadas, de acordo com a presença ou não de doenças nos doze meses anteriores à pesquisa.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total geral de mulheres pesquisadas: 732.

Procurou-se averiguar se a incidência de problemas de saúde entre mulheres e homens poderia comprometer o desenvolvimento de seus papéis sociais. Em todas as faixas etárias predomina a ausência de doenças, mesmo nas idades mais avançadas. Dentre os problemas que aparecem (além das 68 menções de mulheres e 38 de homens a 'outras doenças'), o predomínio é de hipertensão (em doze mulheres e oito homens), seguida de problemas respiratórios (em catorze pessoas, sendo oito homens), diabetes (doze menções, sendo nove mulheres), problemas cardíacos (sete mulheres e quatro homens) e depressão (caso de quatro mulheres e somente um homem).

Figura 8. Distribuição e distribuição percentual dos homens pesquisados, de acordo com a presença ou não de doenças nos doze meses anteriores à pesquisa.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total geral de homens pesquisados: 708 homens.

Quando questionados acerca da participação em algum programa de transferência de renda, a grande maioria respondeu negativamente (situação que ocorre em 75,7% dos domicílios).²³ Este fato chama a atenção, uma vez que a população pesquisada é composta por indivíduos que, com base na classificação proposta pela Fundação Seade, são vulneráveis ou extremamente vulneráveis.

Por que, então, a grande maioria dos entrevistados não é atendida por programas de transferência de renda? Duas hipóteses podem ser levantadas: ou desconhecimento dos mesmos e do direito de serem beneficiados, ou pelo fato destes programas serem demasiado seletivos e focalizados na pobreza extrema e, desta maneira, insuficientes para atenderem a todas as famílias em situação de pobreza. Há de se lembrar de que no campo dos programas de transferência de renda brasileiros há uma diferença no que se considera por pobreza e pobreza extrema – ou seja, se uma família auferir renda *per capita* superior (ainda que este superior seja ínfimo) ao estabelecido pelo programa, ela já não é demandária do mesmo, ainda que suas condições socioeconômicas não lhes permitam a satisfação de necessidades elementares para a vida.

Os programas de transferência de renda predominam na política de assistência social brasileira desde a década de 1990, enquanto medidas de combate a pobreza. Dentre os entrevis-

23 A pergunta feita foi "O (a) senhor (a) ou alguém de sua família participa de algum programa de transferência de renda federal, estadual ou municipal? Qual?", sendo admitida a resposta 'Não' e se 'Sim', a menção a qual programa.

tados que são beneficiários, destaca-se o Bolsa Família (que corresponde a 64,8% das respostas afirmativas), o Benefício de Prestação Continuada – BPC (9,8%), Ação Jovem (recebido por 5,3% das famílias), Renda Cidadã (4,5% dos beneficiados) e Renda Mínima (1,2%). Outros programas de transferência de renda foram mencionados por 14,3% dos entrevistados.²⁴

O programa de maior destaque desde meados dos anos 2000 é o Bolsa Família – que atende a 15,8% do total de famílias pesquisadas. É um programa de transferência de renda federal que atende a famílias cuja renda mensal *per capita* (na época da pesquisa) não ultrapassava R\$ 140,00. Além disso, havia outra regra a se observar: as famílias que possuísem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 só ingressavam no Programa se tivessem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 *per capita* (na época), poderiam participar do Bolsa Família qualquer que fosse a idade dos membros da família.

Outro programa de grande alcance nacional é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – que atende a 2,4% das famílias pesquisadas. É um direito concedido a idosos de 65 anos ou mais e aos portadores de deficiência, cuja renda *per capita* familiar não ultrapasse ¼ do salário mínimo. Este programa faz parte da política de assistência social brasileira e está preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social de 1993.

O Programa Ação Jovem, que também aparece nas respostas da pesquisa beneficiando 1,3% das famílias entrevistadas, é um programa do governo do Estado de São Paulo, cujo objetivo é “promover a inclusão social de jovens, mediante a transferência de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica”.²⁵ Na época da pesquisa poderiam participar deste programa famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo, com jovens de 15 a 24 anos em sua composição que estivessem com ensino fundamental e/ou médio, incompletos; e era preciso que estivessem matriculados no ensino regular de educação básica ou Ensino de Jovens e Adultos – EJA presencial. Além disso, dentre as famílias inscritas elegia-se as famílias com menor renda *per capita* mensal e que residiam, prioritariamente, em regiões de alta e altíssima vulnerabilidade e concentração de pobreza.

Já o Programa Renda Cidadã, também do governo estadual, atende a 1,1% das famílias desta pesquisa e beneficiava, no momento da pesquisa, famílias com renda *per capita* de até R\$ 100,00, por meio do repasse de renda de R\$ 60,00 mensais, com o intuito de possibilitar uma “melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda”.²⁶

Há famílias atendidas pelo Programa Renda Mínima (0,3% do total de domicílios pesquisados), um programa próprio do município de Franca, que atende a famílias em situação de vulnerabilidade social e baixa renda, desde que tenham renda mensal *per capita* igual ou inferior a R\$ 175,77. Cada família beneficiada recebe R\$ 93,00 mensais por até dois anos, no momento

24 Excluindo-se desta resposta o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Programa ‘Agente Jovem’, que não foram mencionados. Estes dois Programas estão, atualmente, migrando à Bolsa Família e talvez por isto não tenham sido citados pelos entrevistados.

25 Conforme descrição da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

26 Também conforme informações da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

da pesquisa, e preconiza que as pessoas atendidas participem de ações socioeducativas e atividades alternativas de geração de renda.²⁷

Além da participação em programas governamentais de transferência de renda, houve o questionamento sobre o recebimento de algum tipo de ajuda ou atendimento regular em dinheiro ou espécie de outras pessoas ou instituições.²⁸ Como resposta, 96,3% das famílias pesquisadas não recebem nenhum tipo de auxílio não governamental. Apenas 1,6% mencionam o repasse de recursos de parentes e/ou amigos e 0,3% dos entrevistados o recebem de igrejas – mesmo percentual obtido pelos repasses recebidos de instituições filantrópicas e também de organizações não governamentais (ONGs). 1,3% dos entrevistados citaram outras fontes de ajuda, além destas instituições.

O questionário, documento que formaliza e materializa as idéias fundamentais da pesquisa, não perguntou a renda familiar, nem mesmo em extratos predefinidos, como é comum ocorrer em pesquisas desta natureza; da mesma maneira não houve menção à renda *per capita*. As condições de vida e trabalho da população, não se limitam à renda, são mais importantes do que um número que poderia estigmatizar a população pesquisada.

Ainda que a partir dos dados sobre o acesso a programas governamentais de transferência de renda possa-se inferir a renda *per capita*, a baixa adesão a estes programas já evidenciou um questionamento preliminar. Ou a população entrevistada não se reconhece como potencial beneficiária destes programas, desconhecendo um direito a que teria (não sabem que poderiam ter acesso, ainda que tenham as condições materiais objetivas para tanto), ou a renda *per capita* e as demais condições de acesso os inabilitam aos programas.

Desta feita, as reflexões anteriores colocam em risco qualquer inferência acerca da renda domiciliar e da renda *per capita* e a ausência de um questionamento específico sobre estes montantes possibilita somente considerações sobre a suficiência desta renda para as despesas cotidianas, sintetizadas na Tabela 4.²⁹

Em amplas linhas, os recursos percebidos pelas famílias pesquisadas são tomados como quantitativamente suficientes para cobrir as despesas mais comuns: alimentação, transporte e despesas para manutenção da residência.

27 Ressalta-se que estes valores correspondem à época de realização desta investigação.

28 A pergunta feita foi “A família recebe algum tipo de ajuda/atendimento regular (em dinheiro ou espécie)?”, sendo admitida a resposta ‘Não’ e se ‘Sim’, a menção a quem provê este auxílio.

29 A pergunta formulada foi “Os rendimentos recebidos (total) por sua família no mês passado foram suficientes para cobrir/pagar despesas com...”, mencionando-se na sequência uma série de alternativas de gasto comuns às famílias. As respostas possíveis eram ‘Sim’ e ‘Não’, além da alternativa ‘Não se aplica’, entendendo-se que a família não incorre naquele tipo de gasto.

Tabela 4. Distribuição percentual dos domicílios pesquisados, de acordo com a suficiência de recursos financeiros recebidos para cobrir/ pagar certas despesas.* Franca, 2011.

Despesas	Sim	Não	Não teve despesa com o item citado
Alimentação	79,7%	19,8%	0,5%
Medicamentos	61,5%	20,1%	18,4%
Transportes	74,1%	13,6%	12,3%
Prestações de carro/ eletrodomésticos ou outras compras feitas a prazo	53,1%	16,1%	30,8%
Aluguel ou prestação de moradia	23,2%	4,6%	72,2%
Água / Luz / Telefone / IPTU / Lixo / Condomínio	84,7%	14,2%	1,1%
Educação	44,4%	10,2%	45,5%
Lazer e cultura	32,9%	23,8%	43,3%

* Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

Cabe destacar que em 72,2% dos domicílios não há pagamento de aluguel ou prestação de financiamento da moradia. Este fato evidencia a condição destacada anteriormente, de que os moradores entrevistados – ainda que “vulneráveis” segundo a sistematização proposta pela Fundação Seade – têm residências próprias e quitadas, em sua maioria.³⁰ Também há 45,5% de pessoas que não possuem despesas com educação – dada a gratuidade das escolas públicas. Cabe igual destaque aos financiamentos – de carros, eletrodomésticos ou outras compras – que não são realidade para cerca de 30% dos entrevistados. Os recursos percebidos mostram-se suficientes para estas despesas em 53,1% dos casos, demonstrando que há compras a prazo, mas o vencimento destas é respeitado pelos moradores.

Lamentável é o fato de 2/3 dos entrevistados mencionarem ou não possuir gastos com atividades de cultura e lazer ou não ter recursos suficientes para tanto! Assim como também é lamentável o fato de cerca de 20% dos domicílios não possuírem recursos financeiros suficientes para aquisição de remédios!

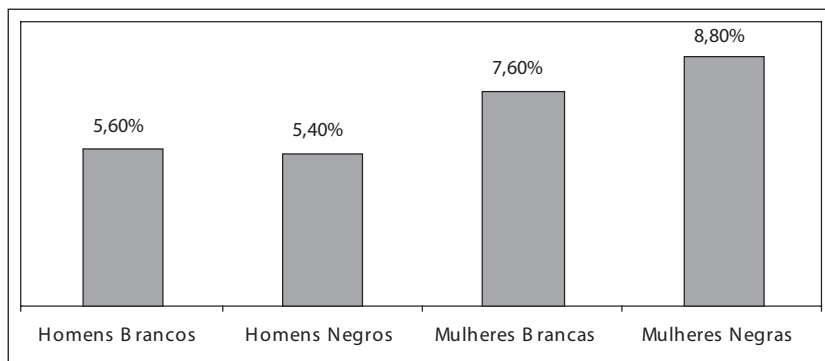
30 Somando os respondentes que mencionaram espontaneamente ter imóvel financiado (1,6% do total), aos que mencionaram residir em imóvel alugado (16,7%), totaliza-se 18,3% de domicílios com algum comprometimento dos recursos financeiros familiares para esta finalidade – e, portanto, 81,7% dos entrevistados estariam “desobrigados” a este tipo de gasto. Comparando este dado com a informação de que 72,2% dos domicílios não possuem este tipo de despesa, conforme consta na Tabela 4, há diferença de 9,5 pontos percentuais. Este valor pode corresponder a respostas equivocadas quando questionados a respeito da situação do imóvel em que residem – a alternativa mais adequada seria imóvel ‘financiado’ e não ‘imóvel próprio’. Ainda que haja a confirmação desta constatação, é relevante e importante o fato de que mesmo em regiões de alta ou muito alta vulnerabilidade social as famílias residem em imóveis fixos e próprios (quitados ou não).

3.3 Qual a escolaridade? Os indivíduos e as questões de educação

O direito à educação, garantido constitucionalmente, é ou foi usufruído pela maioria da população com sete anos de idade, dado que 93% dos entrevistados são alfabetizados.³¹ Os demais 7% representam a situação de 90 pessoas que não tiveram, no decorrer de suas vidas, o acesso à alfabetização. Esta condição se reflete diretamente no trabalho, na renda, nas capacidades e liberdades individuais e na construção da sociabilidade destes indivíduos, tornando-os ainda mais invisíveis.

Em que pese o analfabetismo ser aviltante, esta condição não é homogênea quando se compara gênero e cor/raça – sintetizada no Gráfico 5.³² O percentual de mulheres analfabetas é superior ao de homens – comprovando a triste constatação de que, historicamente, as mulheres ainda são mais atingidas no que se refere à falta de oportunidades para estudar. Esta questão de gênero se agrava quando associada à cor/raça, dado que o percentual mais elevado de analfabetos encontra-se na população feminina negra.

Gráfico 5. Distribuição do analfabetismo entre os indivíduos pesquisados, com sete anos ou mais, segundo sexo e cor/raça.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

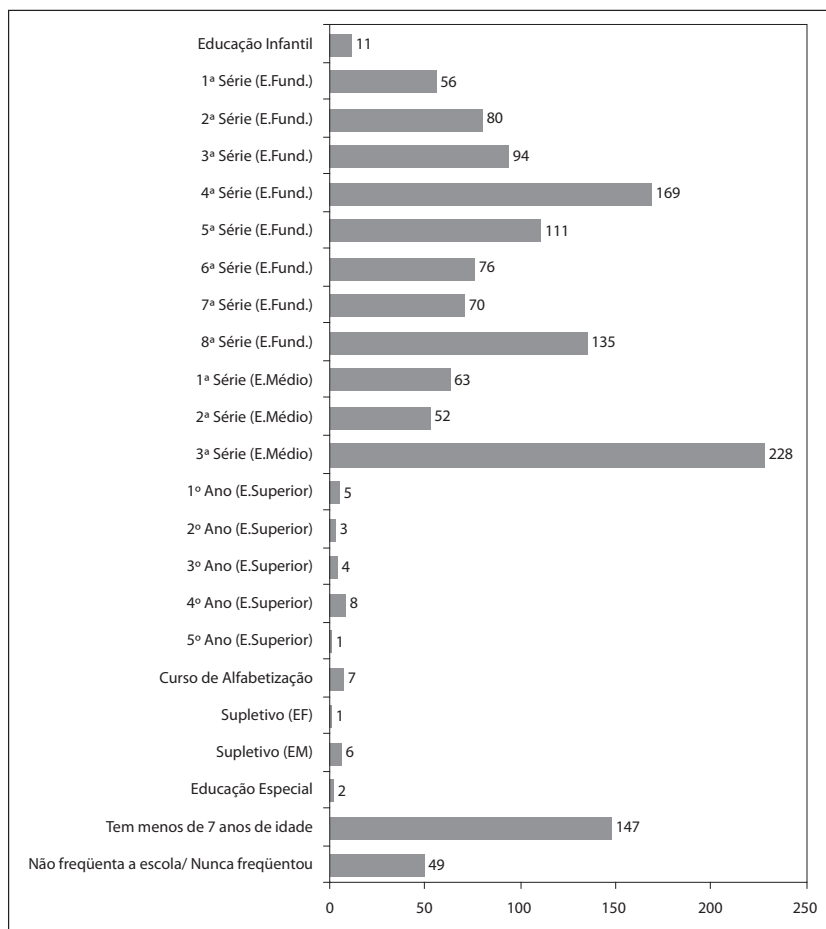
A escolaridade formal dos entrevistados é sintetizada no Gráfico 6, que apresenta a última série escolar completa. Das 1.182 respostas consideradas válidas, a maior parte dos entrevistados menciona a conclusão ou o cumprimento incompleto do ensino médio. Há menção ao ensino superior por uma pequena parcela desta população – irrisória, talvez (21 pessoas, ainda que não tenham completado o curso à época da aplicação do questionário). Há de se ressentir aquela parcela que nunca frequentou a escola (49 pessoas) e aqueles que mesmo tendo frequentado, manifestam-se como analfabetos.³³

31 Neste percentual foram considerados apenas os casos válidos e dentre estes os indivíduos com sete anos de idade ou mais, perfazendo um total de pesquisados igual a 1.472.

32 Dentre aqueles que nunca frequentaram a escola, 51,5% são negros, 47,5% consideram-se brancos e 1% é 'amarelo'.

33 O que é o caso de 21 indivíduos, que se manifestaram como analfabetos e, aparentemente, cumpriram alguma série da educação formal.

**Gráfico 6. Distribuição dos indivíduos pesquisados, segundo a última série escolar completa.*
Franca, 2011.**



*Distribuição que considera apenas os casos válidos.

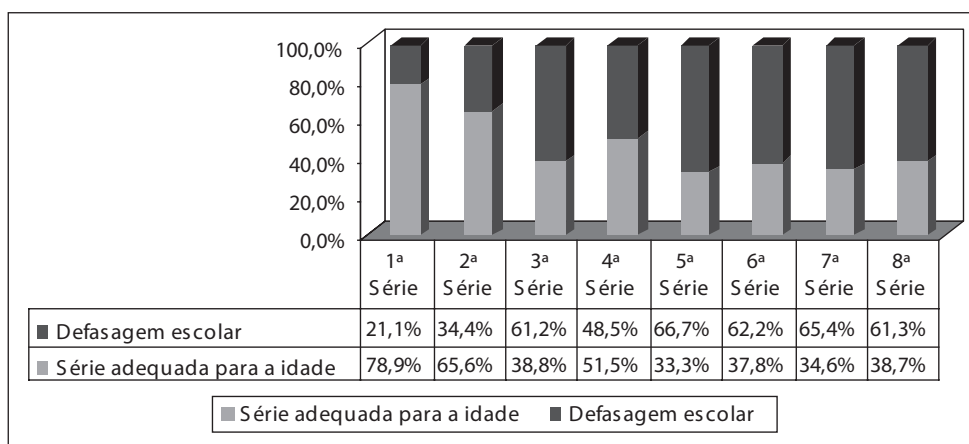
Embora haja o caráter aparentemente promissor destes números iniciais acerca da escolaridade (93% de população alfabetizada, com predominância de indivíduos com acesso ou permanência no ensino médio), há de se considerar outros indicadores acerca da qualidade da educação e o papel que ela desempenha para as condições de vida e cidadania.

Inicialmente, considera-se o grau de defasagem escolar. Na educação básica ele é considerado assustador,³⁴ principalmente, a partir da terceira série agravando-se a partir da quinta

34 Para calcular o grau de defasagem escolar foram cruzadas as informações sobre as séries escolares que as pessoas estão cursando e suas idades atuais. Parte-se do pressuposto de que aos sete anos de idade uma criança deveria estar cursando a 1ª série do ensino fundamental; aos oito anos cursando a 2ª série, e assim por diante. Do total de crianças matriculadas nas diversas séries, calculou-se o percentual daquelas que apresentam idade superior àquela que seria considerada 'ideal', sendo este considerado defasagem escolar.

série – conforme Figura 9. O estarecimento decorre do fato de que este percentual deveria estar próximo a zero, o que conduz a alguns questionamentos sobre as causas desta defasagem: qual a qualidade da educação que é oferecida? As condições de vida das famílias influenciam na escolaridade dos filhos? Ou ambos ocorrem simultaneamente?

Figura 9. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que frequentam o ensino fundamental, segundo o grau de defasagem escolar.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos. Total de indivíduos que estão cursando o ensino fundamental regular: 244.

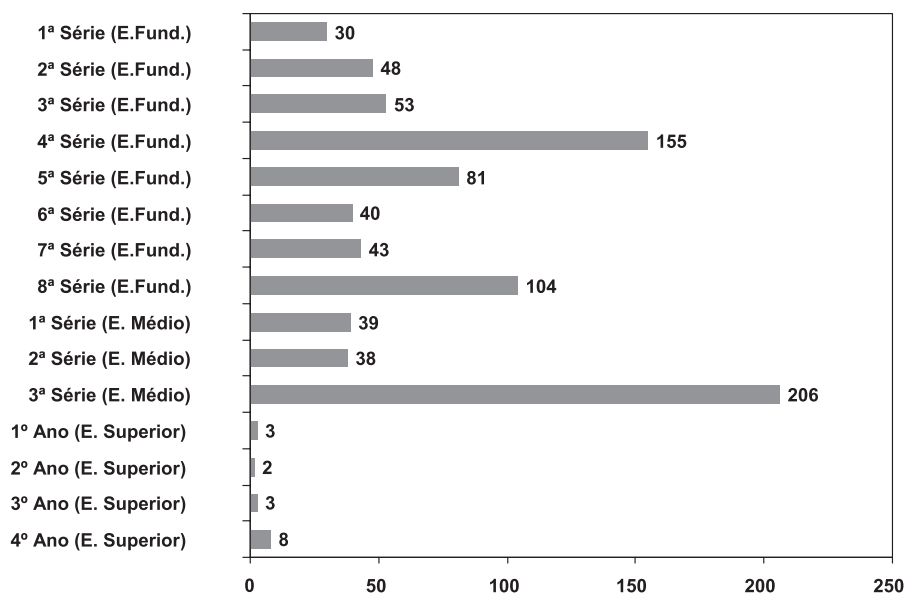
Relevante notar que a defasagem escolar continua no ensino médio,³⁵ representada por altas taxas (53,9% no primeiro ano, 57,2% no segundo e 59,1% no último).³⁶

Outro indicador acerca da percepção da educação advém do abandono dos estudos. Todo cidadão brasileiro deveria, em tese, ter condições objetivas de acesso e permanência na escola objetivando, talvez, o ingresso no ensino superior. Quando se analisa o abandono escolar percebe-se a real situação da população pesquisada. O Gráfico 7 apresenta os resultados sobre o abandono da escola, para aqueles indivíduos com sete anos ou mais, focando a última série completa.

35 Para calcular o grau de defasagem escolar foram cruzadas as informações sobre as séries escolares que as pessoas estão cursando e suas idades atuais. Parte-se do suposto de que aos 15 anos de idade um adolescente deveria estar cursando a 1ª série do ensino médio; aos 16 anos a 2ª e aos 17 a 3ª série. Do total de adolescentes regularmente matriculados nas diversas séries, calculou-se o percentual daquelas que apresentam idade superior àquela que seria considerada 'ideal', sendo este considerado defasagem escolar.

36 Percentuais obtidos considerando-se 62 pessoas regularmente matriculadas no ensino médio à época da pesquisa.

Gráfico 7. Distribuição dos indivíduos pesquisados, maiores de sete anos de idade, e que abandonaram os estudos, segundo a última série escolar que freqüentaram.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total de pessoas maiores de sete anos de idade que já estudaram, mas que atualmente não estudam mais: 853.

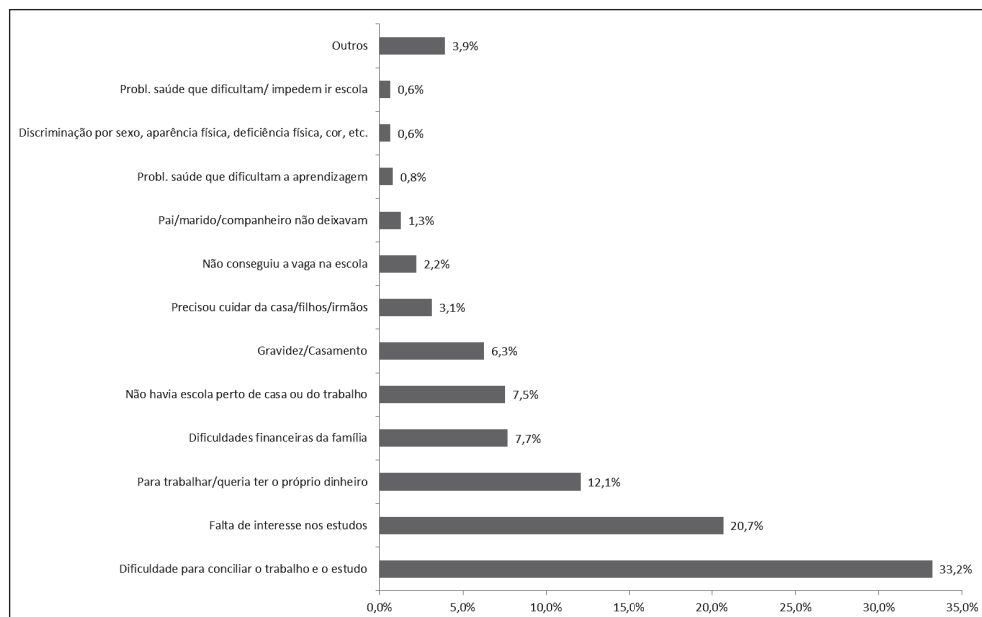
Dentre os entrevistados que abandonaram os estudos (853), observa-se que a maior parte o fez na 3ª série do ensino médio (206), o que demonstra a falta de oportunidade de freqüentarem uma universidade. Também aparece num número relevante (155) os que interromperam os estudos na 4ª série do ensino fundamental. E, em seguida, os que pararam na 8ª série (104). Posteriormente se observará os motivos que os levaram a deixarem os bancos escolares.

A ausência de condições de acesso da população ao ensino superior de maneira ampla pode explicar a enorme clivagem nos dados do Gráfico 8. Para os entrevistados, o acesso ao ensino superior – com condições limitadas de acesso, se público, com necessidade de dispêndio financeiro, se em instituições particulares – parece uma barreira de difícil transposição, limitando a qualificação dos indivíduos aos conhecimentos, competências e habilidades que são fornecidos até o ensino médio. A liberdade para atuação profissional e as consequências no âmbito pessoal que são oportunizadas no ensino superior são restritas – no presente e no futuro.

Mas, quais as causas do abandono dos estudos? Perguntados a este respeito, as respostas – explicitadas no Gráfico 8 – que predominam mencionam a dificuldade em conciliar estudo com trabalho (para 33,2% dos entrevistados), o desejo de trabalhar e ter o próprio dinheiro (12,1%) e dificuldades financeiras da família (7,7%). Ou seja, são condições objetivas, condições de vida des-

tes indivíduos que os levam a não terem a oportunidade de estudar.³⁷ Outros motivos como a falta de escola próxima à residência ou trabalho é mencionada como causa do abandono dos estudos para 7,5% dos pesquisados e a ausência de vaga na escola é motivador de 2,2% das desistências.

Gráfico 8. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados, maiores de sete anos de idade, segundo o motivo pelo qual abandonaram os estudos.*Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

É também necessário destacar a falta de interesse na continuidade dos estudos (resposta de 20,7% dos entrevistados). Esta resposta é paradoxal e curiosa, dado que pode representar a pouca atratividade que os estudos exercem na vida destas pessoas e o desalento para com o sistema educacional brasileiro. Podem as escolas incentivar o desejo da aprendizagem? Como o fazem ou podem fazer, conforme diz ser necessário Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros?

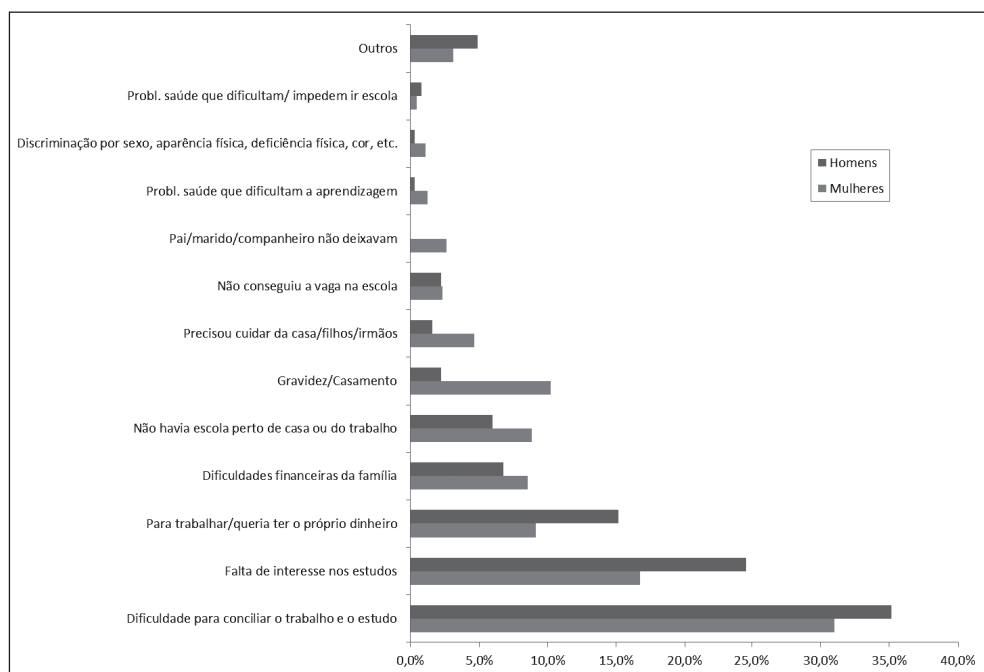
Buscando compreender os motivos pelos quais os indivíduos aqui reportados abandonaram a escola em função do sexo – explicitados no Gráfico 9 – percebe-se que as mulheres, ainda, são mais impedidas de estudar que os homens devido a motivos relacionados à família. Já entre os homens são predominantes os motivos vinculados ao desempenho de tarefas laborais.

Constata-se que os homens aparecem à frente das mulheres quando se trata da dificuldade de conciliar estudo com trabalho, do desejo de trabalhar e ter o próprio dinheiro e por falta de interesse nos estudos. Além das necessidades financeiras da família que podem ter cerceado

37 Ainda que haja referência a outros motivos pessoais (gravidez/casamento, problemas de saúde, necessidade de cuidar da casa, filhos ou irmãos), o grande responsável pelo abandono dos estudos é sem dúvida a necessidade de recursos financeiros.

a educação das mulheres, os demais fatores têm preponderância nas mulheres quando comparadas aos homens. Os motivadores de natureza estritamente pessoal são mais importantes para explicar a evasão escolar de mulheres do que a de homens (como é o caso da gravidez/ casamento). O fato de haver mulheres que não estudam porque o pai/ marido/ companheiro não permite – o que não acontece em absoluto com nenhum homem – chama a atenção e demarca evidências de patriarcalismo na população pesquisada. Também os fatores externos à família – estruturais, portanto – contribuem mais intensivamente para tirar as mulheres da escola (inexistência de escolas próximas à residência ou ao trabalho ou falta de vaga na escola).

Gráfico 9. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados, maiores de sete anos de idade, segundo o sexo e o motivo pelo qual abandonaram os estudos.*Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

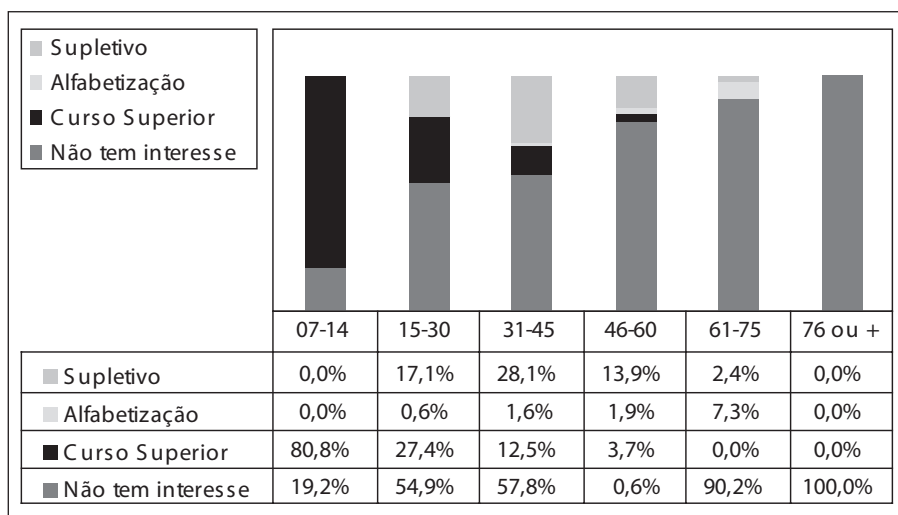
A raça/cor dos entrevistados não interfere em maiores ou menores taxas de abandono dos estudos, quando comparadas com a da população em geral. Avaliando os motivos da evasão escolar, não há diferença do comportamento observado no total de entrevistados, sendo os motivos os mesmos. Ressalta-se, somente, que a presença de ‘dificuldades financeiras na família’ são mais frequentes entre os negros (6,7% das respostas) do que entre os brancos (3,0%).

O grande desafio proposto pela pesquisa era tentar avaliar as capacidades que ainda podem ser obtidas pelos entrevistados, investigando-se quais as aspirações futuras em relação à continuidade dos estudos, concluindo-se implicitamente acerca da importância dedicada à educação.

Foi investigado o interesse em retornar à escola para complementação da educação ou em dar prosseguimento a ela, caso a pessoa ainda estivesse estudando. Infelizmente mais da metade dos pesquisados (57,1%) não apresenta interesse nos estudos!³⁸ Dentre aqueles que têm interesse, 21,6% manifestaram a aspiração de cursar o ensino superior, 18,8% em realizar supletivo e 2,5% o programa de alfabetização de adultos.

A distribuição do interesse manifesto em continuar aos estudos varia intensamente quando se consideram o sexo e diferentes faixas etárias, conforme exposto nas Figuras 10 e 11. É observado, em ambos os sexos, que conforme aumenta a idade, diminui o desejo de estudar, assim como diminui o desejo de cursar o ensino superior.³⁹

Figura 10. Distribuição percentual dos homens pesquisados com sete anos de idade ou mais, segundo a faixa etária e o interesse ou não de frequentar o curso supletivo, alfabetização ou ensino superior.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

A aspiração com relação ao estudo varia em função das faixas etárias. Entre os mais jovens (entre os sete e 14 anos de idade), 80,8% dos homens almeja cursar uma universidade, no entanto há 19,2% que não manifesta desejo de frequentar um curso superior! O percentual de meninas de 7 a 14 anos que almeja cursar uma universidade é ainda menor (67,9%) que o dos meninos! Este dado é preocupante, pois estão sendo consideradas aspirações de crianças e adolescentes que deveriam ter, dentre seus sonhos, aquele de cursar o ensino superior...

38 Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos, equivalente a 1.025 indivíduos. A pergunta feita foi: você ou o familiar "tem interesse em frequentar o curso supletivo, de alfabetização ou ensino superior"?

39 Interessante e relevante é destacar que não há diferença significativa quando comparadas as aspirações em cursar supletivo, alfabetização ou ensino superior em função da raça/cor (comparando-se brancos e negros). Entre os 'amarelos', destaca-se o interesse maior em complementar os estudos.

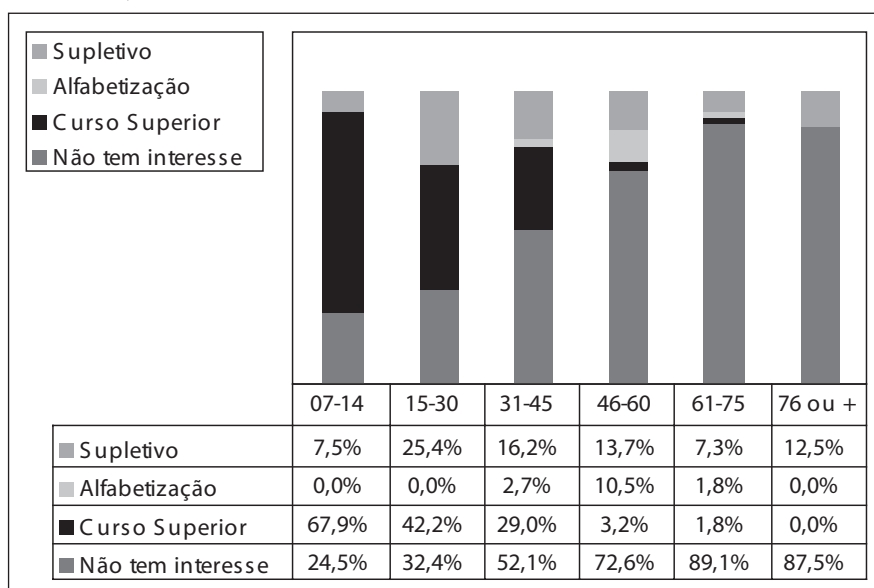
Infelizmente, no Brasil, a universidade ainda é um mundo desconhecido para muitos (devido a condições objetivas tão restritivas) e, portanto, não vêem nela uma possibilidade de melhoria nas condições de vida.

Na faixa-etária entre 15 e 30 anos impressiona o percentual dos homens que não possuem interesse em estudar – 54,9% dos casos. São poucos os que querem cursar uma universidade (27,4%) e o supletivo aparece em 17,1% dos casos. Este quadro se modifica quando se consideram as mulheres, dado que elas desejam mais que os homens cursarem o nível superior, e o nível de desinteresse nos estudos também é menor.

A vontade de frequentar o supletivo aparece com maior frequência (28,1%) entre os homens de 31 e 45 anos de idade e o atendimento a cursos de alfabetização predomina na faixa etária de 61 a 75 anos de idade. Já as mulheres entre 31 e 45 anos estão mais interessadas em cursar o ensino superior do que os homens e há um percentual menor de desinteresse pelos estudos, comparado aos homens da mesma idade. Nas faixas etárias mais elevadas observa-se que há mais mulheres interessadas em cursar supletivo do que os homens.

Fica evidente o baixo interesse pelo estudo, o que por suposto não se pode atribuir a “culpa” aos indivíduos entrevistados, mas se faz necessário olhar para o contexto em que se inserem de modo a entender qual a importância do estudo em contextos em que a sobrevivência imediata clama por soluções.

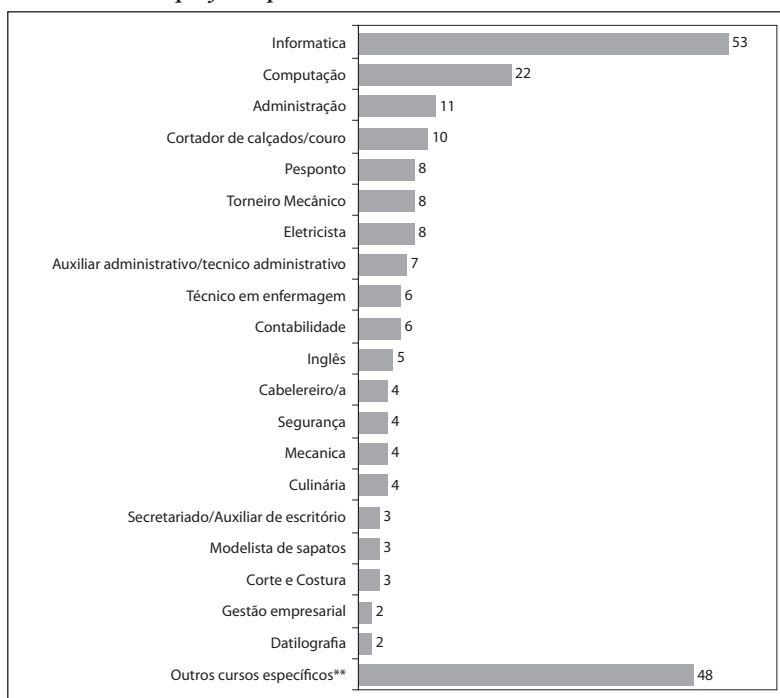
Figura 11. Distribuição percentual das mulheres pesquisadas com sete anos de idade ou mais, segundo a faixa etária e o interesse ou não de frequentar o curso supletivo, alfabetização ou ensino superior.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos.

Dada a importância de inserção desta população no mercado de trabalho, destaca-se a realização de cursos profissionalizantes como forma de preparação para este desafio laboral. A qualificação é, enquanto forma de sobrevivência, importante, tornando possível a obtenção de renda superior àquela dos indivíduos “sem qualificação” técnica. A síntese dos dados obtidos é apresentada no Gráfico 10.

Gráfico 10. Distribuição dos indivíduos pesquisados com sete anos de idade ou mais, segundo os cursos profissionalizantes que já frequentaram.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os casos válidos. Total de indivíduos que frequentaram cursos profissionalizantes: 221.

** Outros cursos específicos: cursos diversos, cada um frequentado por apenas um dos pesquisados.

Dentre os indivíduos entrevistados, apenas 221 já frequentaram cursos profissionalizantes. O curso que aparece com maior frequência envolve a área de informática (75 menções).⁴⁰ Na sequência aparecem os cursos na área administrativa (26 respostas).⁴¹ Os cursos voltados à prestação de serviços na área coureiro-calçadista, que caracteriza a economia francana, foram

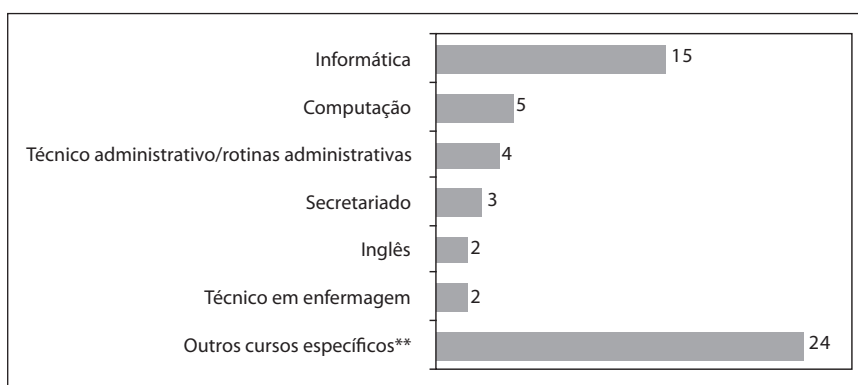
40 Dado que foi facultada a menção a qualquer curso que tenha sido realizado pelos entrevistados, o Gráfico 10 considera a resposta literal. Neste caso em específico, pode-se entender que curso de computação (resposta de 22 pessoas) e o de informática (citado por 53) sejam similares, dado que tratam da mesma temática.

41 Sob esta rubrica agrupam-se os cursos de administração, auxiliar administrativo/ técnico administrativo, contabilidade e gestão empresarial.

realizados por 21 pessoas.⁴² São relevantes os cursos de torneiro mecânico, eletricista, técnico de enfermagem, inglês (ainda que este não seja propriamente um curso técnico), cabeleireiro, segurança, mecânica e culinária, corte e costura e datilografia.⁴³

Ainda que a participação em cursos no passado tenha sido restrita a poucas pessoas, também houve questionamento sobre os cursos frequentados à época de realização da pesquisa, conforme apresentado no Gráfico 11. Os cursos com mais menções seguem o padrão dos cursos já realizados: predominam aqueles na área de informática (20 menções), seguidos pelos da área administrativa.⁴⁴

Gráfico 11. Distribuição dos indivíduos pesquisados com sete anos de idade ou mais, segundo os cursos profissionalizantes frequentados na época da pesquisa.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os casos válidos. Total de indivíduos que frequentavam cursos profissionalizantes na época da pesquisa: 55.

** Outros cursos específicos: cursos diversos, cada um frequentado por apenas um dos pesquisadas.

3.4 O que fazem? As condições de trabalho da população pesquisada

Dentre as características de parte da população está o trabalho à margem da formalidade, ou seja, o desempenho de atividades profissionais sem o amparo da legislação previdenciária e trabalhista. Esta condição aumenta ainda mais a vulnerabilidade presente, pois significa que direitos básicos e fundamentais relacionados à proteção ao trabalho não estão sendo obtidos, tais como o descanso semanal remunerado, licença-saúde, licença-maternidade, entre outros.

42 Considerando-se os cursos de cortador de calçados/ couro, pesponto e modelista de calçados.

43 Alguns cursos foram frequentados por apenas uma pessoa: azulejista, bijuterias, boleira, carpinteiro, auxiliar de departamento pessoal, depilação, desenho industrial, garçom, maquinista, marcenaria, montador, pedreiro, telemarketing, tratamento psiquiátrico, vendas, entre outros.

44 Alguns cursos são realizados por apenas um dos indivíduos pesquisados: administração, agropecuária, contabilidade, desenhista projetista, educação física, farmácia, ferramenteiro, lingerie, manutenção de computadores, marketing e televendas, técnico em celulares, entre outros.

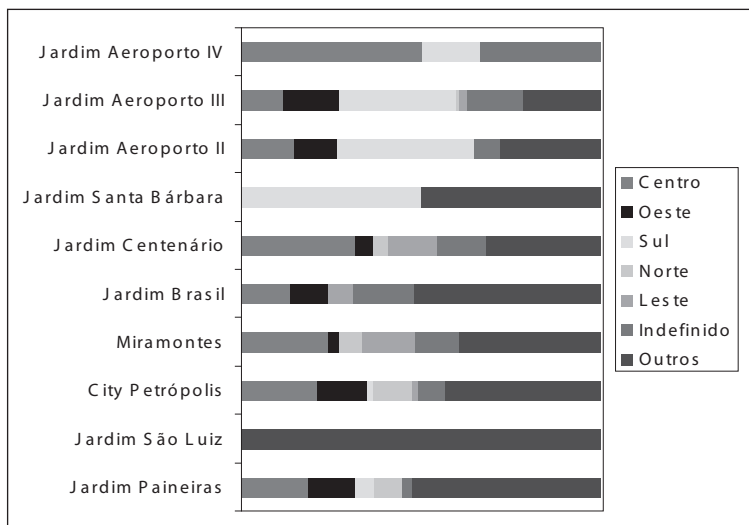
Futuramente, se persistida a informalidade, as pessoas terão sua sobrevivência comprometida dado que não tem direito ou acesso à aposentadoria.

Este item busca compreender as características daqueles que trabalham, quais atividades desempenham e se as características de gênero ou raça, bem como as condições de saúde ou existência de necessidades especiais determinam ou afetam a inserção desta população no mercado de trabalho. Da mesma maneira também são descritas as condições em que a informalidade é exercida – área, ramo ou atividade desempenhada. Na sequência são apresentadas algumas considerações sobre o “não trabalho”, diferenciando aqueles que não buscam trabalho, no momento – quaisquer que sejam os motivos – e aqueles que procuram uma nova colocação.

Do total de indivíduos pesquisados 67,2% realizaram algum tipo de trabalho nos sete dias anteriores à realização da entrevista,⁴⁵ evidenciando que a maioria estava trabalhando.

O desempenho da atividade profissional é geograficamente disperso por todo o município de Franca. Os trabalhadores deslocam-se dos bairros em que residem e encontram ocupação em outras regiões da cidade. Não há um padrão de distribuição do local de trabalho em função do bairro de residência, conforme pode ser inferido a partir do Gráfico 12. Ainda que o centro da cidade se destaque como local de desempenho das atividades laborais, não há uma área da cidade que concentre os trabalhadores pesquisados – embora se note uma ligeira tendência a trabalhar em localidades próximas à residência.⁴⁶

Gráfico 12. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam ou não nos sete dias anteriores à pesquisa, segundo o bairro em que residem e a região onde trabalham.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos.

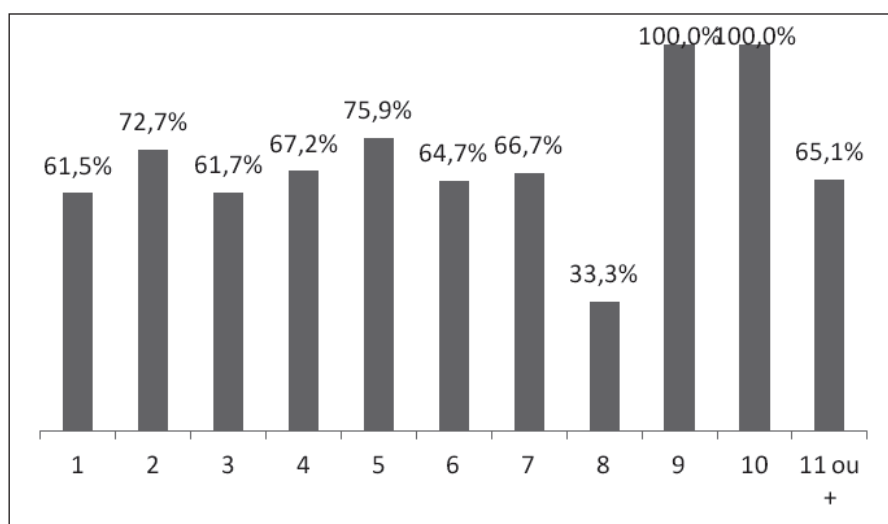
45 Foram consideradas as pessoas com 15 anos ou mais de idade e também os casos válidos (totalizando 615 indivíduos).

46 Lembrando que os bairros Jardim Santa Bárbara e Aeroporto II, III e IV estão na zona sul da cidade; City Petrópolis, Jardim Paineiras e Miramontes na zona norte; e Jardim Brasil, Jardim Centenário e Jardim São Luiz na zona leste.

O contingente de indivíduos que não estava trabalhando no momento de realização da pesquisa também é significativo, atestando a existência de desemprego nesta população.⁴⁷

Por fim, não pode ser confirmada a hipótese de que o número de moradores do domicílio infra em um padrão de comportamento quanto à inserção no mercado de trabalho. Cerca de dois terços dos moradores com mais de 15 anos trabalham, de maneira geral, independentemente da quantidade de moradores da residência, contrariando duas hipóteses que poderiam ser aventadas: “quanto mais gente na casa, mais gente necessária para trabalhar” ou o oposto. Tais constatações tomam por base os dados do Gráfico 13.

Gráfico 13. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa, em comparação com o número de moradores dos domicílios em que residem.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos.

3.4.1 O trabalhador formal e a ‘carteira de trabalho assinada’

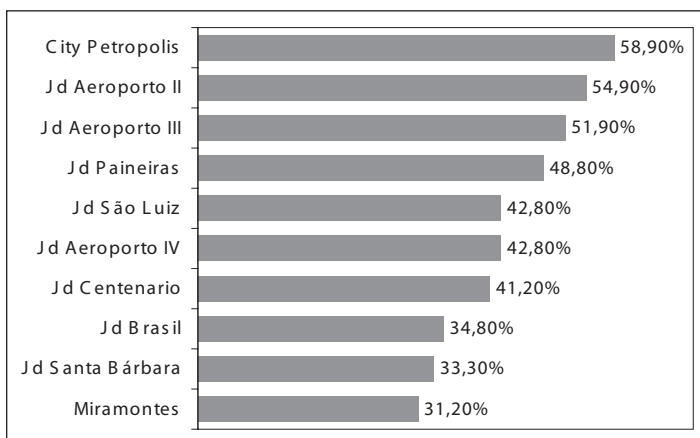
Considerando-se somente aqueles indivíduos que mencionaram ter desenvolvido atividade laboral nos setes dias anteriores à realização da pesquisa, $\frac{1}{3}$ não possuía ‘carteira de trabalho’ assinada. Apesar de este percentual ser relevante, há de se considerar que a situação vivenciada pelos entrevistados no município de Franca é comparativamente positiva, pois aquela observada

47 32,8% da população pesquisada mencionam não ter desenvolvido nenhum tipo de trabalho nos sete dias anteriores à realização da entrevista. Não necessariamente a totalidade destes está desempregada: este percentual pode abranger indivíduos em qualificação no ensino formal, aposentados, portadores de necessidades especiais considerados inaptos para o trabalho, etc. Mas em que pese esta constatação, há de se considerar a presença de algum percentual de desemprego.

pela população brasileira em geral – e especificamente no segmento de vulnerabilidade socioeconômico considerado – é de quase paridade entre trabalhadores formais e informais.

A distribuição do trabalho formal é diferente quando se considera os bairros pesquisados, conforme retratado no Gráfico 14. O mercado formal é predominante no Jardim Aeroporto II, Jardim Aeroporto III e City Petrópolis (acima de 50%). Os percentuais mais baixos – inferiores menos de 1/3 dos entrevistados – estão no Jardim Santa Bárbara e Miramontes.

Gráfico 14. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa com carteira de trabalho assinada, segundo o bairro em que residem.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 270.

Dentre os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, há a presença de 50,4% de mulheres (sendo destas, três grávidas) e de 49,6% de homens.⁴⁸ Já quanto à raça/ cor, os negros são maioria (55,2% dos trabalhadores formalmente inseridos no mercado), seguidos pelos ‘brancos’ (43% do total), ‘indígenas’ (1,1%) e ‘amarelos’ (0,7%).

São trabalhadores formais, predominantemente, os indivíduos da faixa etária de 15 a 30 anos (42,6% do total), portanto, pessoas jovens, seguidos por aqueles de 31 a 45 anos (25,2% do total), de 46 a 60 anos (21,5%). A partir dos 61 anos há uma diminuição acentuada no mercado formal.⁴⁹

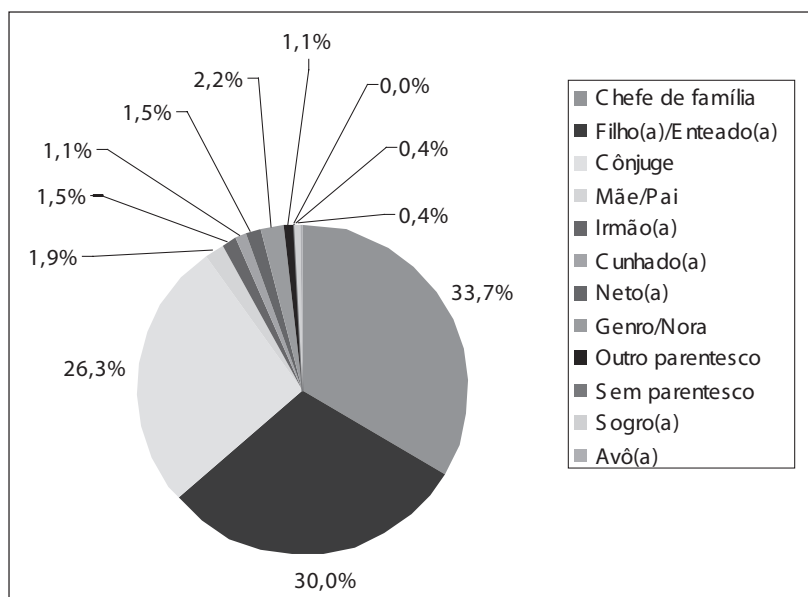
Dentre os trabalhadores formais, procurou-se saber qual a posição que os mesmos ocupam na família, conforme consta no Gráfico 15. Quase empatados estão os considerados ‘chefes de família’ (33,7%) com os filhos/ enteados (30%) que residem no domicílio. Na sequência constam os cônjuges dos/das chefes de família e os demais membros aparecem com percentuais

48 Sendo o total de casos considerados válidos igual a 270. Das 136 mulheres que trabalham com carteira de trabalho assinada, três estavam grávidas à época de realização da pesquisa.

49 Os indivíduos da faixa etária de 61 a 75 anos representam 8,1% dos trabalhadores com ‘carteira de trabalho assinada’ e aqueles com mais de 76 anos totalizam 2,6%.

menores. Curioso é o fato de que um percentual significativo de pessoas tidas como ‘não chefes’ de família são os trabalhadores formais da residência. Poder-se-ia esperar que quem tem acesso ao mercado de trabalho formal, em sua maioria, seriam também os chefes de família e os dados atestam que a formalidade das relações laborais não pode ser considerada critério relevante para designar quem é o ‘chefe’.

Gráfico 15. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa com carteira de trabalho assinada, segundo a posição na família.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. A posição é compreendida tendo como referência o chefe de família. Total de casos válidos: 270.

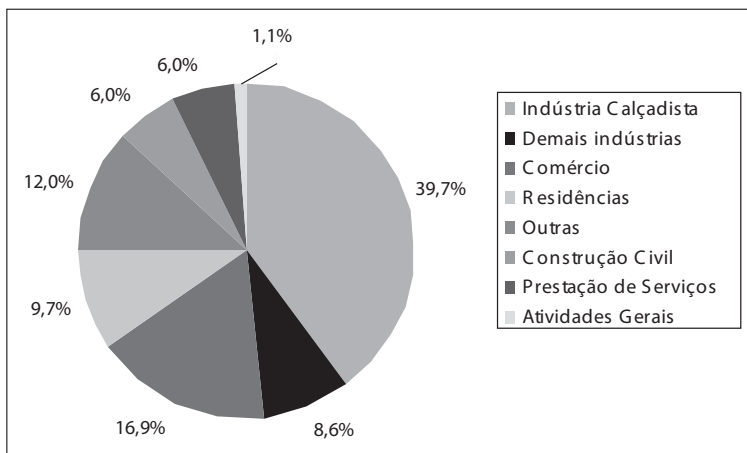
Detectou-se que grande parte dos trabalhadores formais encontra-se no atual emprego há pouco tempo: um ano ou menos (são 80 registrados há menos de um ano e 44 que mencionam o emprego há um ano).⁵⁰ É expressivo também o número daqueles que estão no mesmo emprego pelo período de dois a cinco anos (78 casos). O número absoluto de empregados decai consideravelmente quanto maior o tempo de permanência na atual atividade profissional: são 39 os que estão no mesmo emprego pelo período de seis a dez anos; vinte estão trabalhando entre onze e vinte anos no mesmo emprego; sete, entre 21 e 30 anos e dois têm carteira de trabalho assinada pelo mesmo empregador há mais de 30 anos! Percebe-se, assim, que salvo exceções é elevado o *turnover* da população pesquisada.

50 Os casos válidos considerados nesta pesquisa e que correspondem ao número total de trabalhadores com carteira de trabalho são 270.

Esta rotatividade pode estar relacionada à baixa qualificação dos empregados, à falta de perspectiva profissional na atual ocupação e às transformações ocorridas no mundo do trabalho, que exige um trabalhador cada vez mais qualificado, que terceiriza mão-de-obra precarizando desta forma, sobremaneira, as condições de trabalho postas ao trabalhador.

Observando o tipo de atividade exercida pelos trabalhadores formais (conforme síntese no Gráfico 16), percebe-se que a maior parte está na indústria calçadista, que caracteriza, fundamentalmente, a economia do município de Franca. Tomado conjuntamente com os trabalhadores das demais indústrias, quase metade dos empregados formais (48,3% dos entrevistados) estão no setor secundário, dedicando-se a atividades industriais. Ainda que a indústria seja relevante na absorção destes trabalhadores, há de se destacar o setor de prestação de serviços, cuja importância tem crescido nos últimos anos. Excluindo-se as chamadas 'outras atividades', sobre as quais se desconhece o setor de atuação, as demais atividades no setor terciário – prestação de serviços e serviços de comércio – abarcam 38,6% do mercado formal de trabalho.⁵¹

Gráfico 16. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa com carteira de trabalho assinada, segundo o ramo da ocupação exercida.* Franca, 2011.

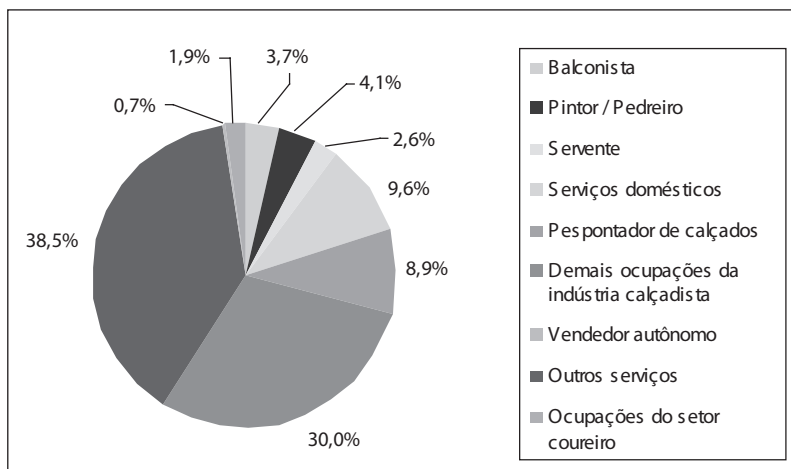


*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 270.

Há consonância do ramo de ocupação com as atividades laborais desempenhadas pelos trabalhadores formais. Observando-se o Gráfico 17, percebe-se que a maioria das ocupações exercidas (40,8%) relaciona-se com o setor calçadista – consideramos as atividades de pespon-tador de calçados, demais ocupações da indústria calçadista e ocupações do setor coureiro – evidenciando a importância deste setor na economia francana.

51 O percentual de 9,7% de trabalhadores que desenvolvem ocupação profissional em residências é compreendido enquanto prestadores de serviço, ou seja, empregados domésticos.

Gráfico 17. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa com carteira de trabalho assinada, segundo ocupação exercida.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 270.

O setor coureiro-calçadista também absorve os portadores de necessidades especiais. Dos onze trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho, cinco dedicam-se às demais ocupações do setor calçadista – três mencionam trabalhar na construção civil e este mesmo número dedica-se a outros serviços.⁵²

Quando perguntados sobre a quantidade de horas trabalhadas nos sete dias anteriores à realização da pesquisa chamam a atenção dois dados: somente 6,7% trabalham menos de 40 horas e 17,8% mencionaram trabalhar mais de 48 horas. A jornada de trabalho predominante é de 40 horas (47,4%), sendo que os demais destinaram de 41 a 48 à atividade profissional. Com jornadas de trabalho extensivas – não se pode esquecer que são atividades para as quais se exige esforço físico, em sua maioria – o trabalho adquire centralidade na vida dessas pessoas, absorvendo energia e tempo de vida, o que se reflete na ausência de tempo para o lazer e outras atividades essenciais para a vida humana.

Uma vez que estes trabalhadores estão no mercado formal, quais são os benefícios extra-salariais que usufruem?⁵³ A atenção à alimentação aparece como benefício mais usual, 38,5% dos casos, em diferentes modalidades: cesta básica (recebido por 14,1% dos entrevistados), alimentação na empresa/ trabalho (resposta de 13,3%), vale-refeição (6,3%) e vale-supermercado (4,8%).

Há também o atendimento às necessidades de deslocamento, representado pelo vale-transporte (12,2% dos benefícios), auxílio em dinheiro para condução (5,9%), fornecimento de

52 Dentre os portadores de necessidades visuais, três dedicam-se à indústria calçadista, um a 'outros serviços' e outro à atividade de pintor/ pedreiro, sendo esta desempenhada por outros dois portadores de outras necessidades físicas. Um portador de necessidade física e outra mental também trabalham na indústria calçadista e um portador de necessidade mental dedica-se a outros serviços.

53 Quando da aplicação do questionário, aos entrevistados foi perguntado se recebiam os seguintes benefícios, para os quais foi computado 'Sim' ou 'Não'. Assim, um mesmo trabalhador pode receber mais de um incentivo extra-salarial.

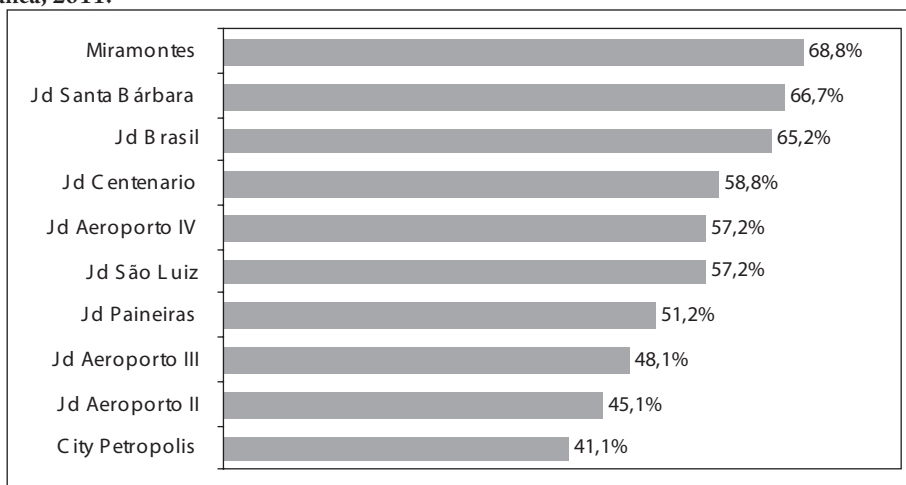
transporte da empresa (3,3%) e vale-combustível (1,10%). Menor atenção é dada ao seguro de vida, percebido por 11,1% dos trabalhadores e ao incentivo à educação, dado que somente 5,2% dos entrevistados mencionam receber auxílio para creche/escola/material escolar.

3.4.2 O trabalho e o trabalhador informal

À época da entrevista, responderam que estiveram trabalhando sem portar registro formal em carteira de trabalho 67 pessoas, em um total de 403 que declararam estar trabalhando nos sete dias anteriores à pesquisa.

O trabalho informal é recorrente e alguns bairros, conforme pode ser visualizado no Gráfico 18, possuem cerca de dois terços dos entrevistados nesta situação: Miramontes, Jardim Santa Bárbara e Jardim Brasil. Outros cinco possuem a maioria dos indivíduos nesta condição e, de modo amplo, somente os Jardins Aeroporto II e III e City Petrópolis têm mais trabalhadores formais do que informais. Tomados isoladamente, estes dados já refletem o que foi exposto: o trabalho informal, e não somente o formal, caracteriza as condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida da população vulnerável de Franca.

Gráfico 18. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa sem carteira de trabalho assinada, segundo o bairro em que residem.* Franca, 2011.



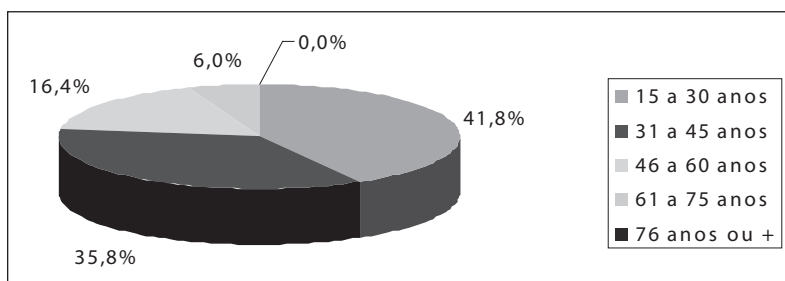
*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos.

Os indivíduos 'sem carteira assinada' são homens em sua maioria (53,74% do total) e jovens (conforme análise do Gráfico 19). Um dado preocupante: das 31 mulheres entrevistadas que desenvolvem trabalho informal, quatro estavam grávidas. Estas mulheres não podem contar com licença remunerada para cuidar dos recém-nascidos, nem a estabilidade no emprego após o

parto, garantida legalmente. Estas mulheres terão que retornar ao mercado de trabalho, se for o caso, mais cedo do que aquelas que estão no mercado formal.

Avaliando a distribuição percentual em função da idade daqueles que trabalham informalmente, percebe-se que a maior parte concentra-se no grupo de 15 a 30 anos. Sem a formalidade, as garantias trabalhistas já tratadas são inacessíveis; sobretudo para a mulher jovem que pode vir a ser mãe. Outro grupo que trabalha à margem da estrutura formal é composto por pessoas entre 31 e 45 anos. Somados, estes dois grupos compõem parte importante da população economicamente ativa e o cenário de informalidade traz consequências nefastas como a não proteção em uma situação de doença, invalidez ou acidente de trabalho, etc., além de comprometer um futuro direito à aposentadoria.

Gráfico 19. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa sem carteira de trabalho assinada, segundo a faixa etária.* Franca, 2011.

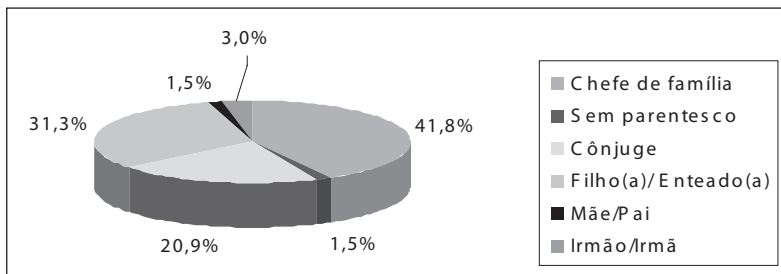


*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 67.

Estas famílias, aqui evidenciadas, muitas vezes possuem como única forma de garantir a sobrevivência inserir-se desta maneira no mercado de trabalho. As relações de trabalho frágeis que ocorrem podem ser a única opção para o chefe de família (conforme Gráfico 20), ou seu cônjuge que, conjuntamente, respondem por dois terços dos trabalhos informais.⁵⁴ Preocupante situação, ainda mais quando se retoma a definição de chefe da família – aquele (a) responsável pela provisão da renda de maior volume na casa (ou conforme era explicado na pesquisa de campo: ‘aquele que paga a maior parte das contas da casa’). Em torno de 40% daqueles que manifestaram a ocorrência de trabalho informal são responsáveis pelo sustento de suas casas! Esta inserção precária no mundo do trabalho traduz-se em condições de vida precárias para estas famílias!

54 É necessário destacar que não houve menção de trabalho informal para avó/avó, neto (a), sogro (a), cunhado (a), genro/nora e indivíduos de outro parentesco.

Gráfico 20. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa sem carteira de trabalho assinada, segundo a posição na família.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. A posição é compreendida tendo como referência o chefe de família. Total de casos válidos: 67.

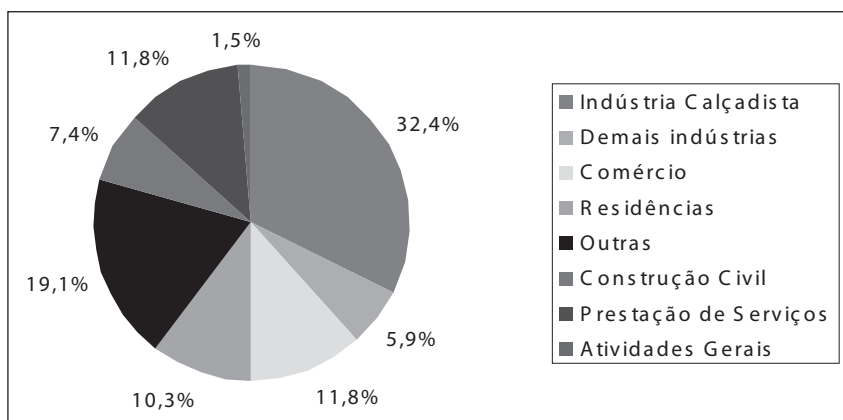
A característica de informalidade presente na amostra não apresenta nenhum tipo de diferenciação quando se considera a raça/cor do entrevistado: quase metade é branca (50,7% do total) e a outra metade é constituída por negros. Não há concentração da informalidade em pessoas provenientes de um ou outro estado da Federação, assim como também não ocorre diante da presença de necessidades especiais. Os resultados observados reproduzem as características existentes na população pesquisada em geral, conforme já descrito.

E, por fim, as condições de saúde daqueles que não mantêm vínculo formal de trabalho não se apresentam como característica desta situação. A distribuição de frequência quando se considera a informalidade e as condições de saúde são semelhantes àquelas encontradas na população em geral, pesquisada e informada anteriormente.

Conhecido o trabalhador informal, cabe retratar as condições laborais em que este trabalho é desempenhado.

Símbolo da economia francana, a indústria calçadista é responsável, individualmente, por quase um terço dos indivíduos que relataram que nos sete dias antes da entrevista haviam trabalhado sem 'carteira assinada' (Gráfico 21). E que pese este fato, outros setores têm destaque quando analisados isoladamente: o comércio, a prestação de serviços, a construção civil e o trabalho em residências concentram parte relevante dos entrevistados.

Gráfico 21. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa sem carteira de trabalho assinada, segundo o ramo da ocupação exercida.* Franca, 2011.



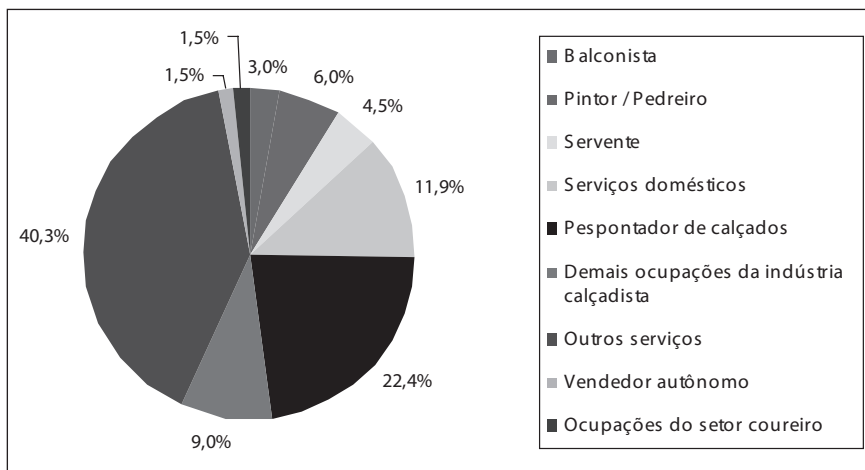
*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 67.

Dentre as ocupações exercidas, encontra-se com destaque o ‘pespontador de calçado’, que corresponde a quase $\frac{1}{4}$ das respostas, conforme Gráfico 22.⁵⁵ Esta ocupação, exercida geralmente por laços informais estabelecidos entre as pessoas e a indústria de calçados, pode ser considerada símbolo do trabalho informal francano. Na maioria dos casos esta atividade de ‘acabamento’ do processo de produção, que é intensivo no uso da mão de obra, estabelece-se entre conhecidos, ex-funcionários ou ‘amigo do amigo’ do funcionário. É uma informalidade em cadeia, que expõe a fragilidade da economia do município. Durante a realização da pesquisa de campo era comum encontrar pessoas sentadas na calçada ou nas garagens pespontando sapatos, mesmo entre aqueles que não foram selecionados para entrevista. Além do pesponto de sapatos, as outras ocupações do setor coureiro-calçadista totalizam mais de 10% do trabalho informal.

O Gráfico 22 destaca como ocupações informais a construção civil (ocupações de pintor, pedreiro ou servente) e a prestação de serviço em residências que corresponde, cada um, a cerca de 10% da informalidade relatado pelos entrevistados.

55 Um dado que comprova a informalidade desta atividade profissional é o percentual obtido quando se considera o emprego formal de ‘pespontador’ (responsável por 8,9% do mercado formal) com o trabalho informal de ‘pespontador’ (22% do mercado informal).

Gráfico 22. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa sem carteira de trabalho assinada, segundo a ocupação exercida.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 67.

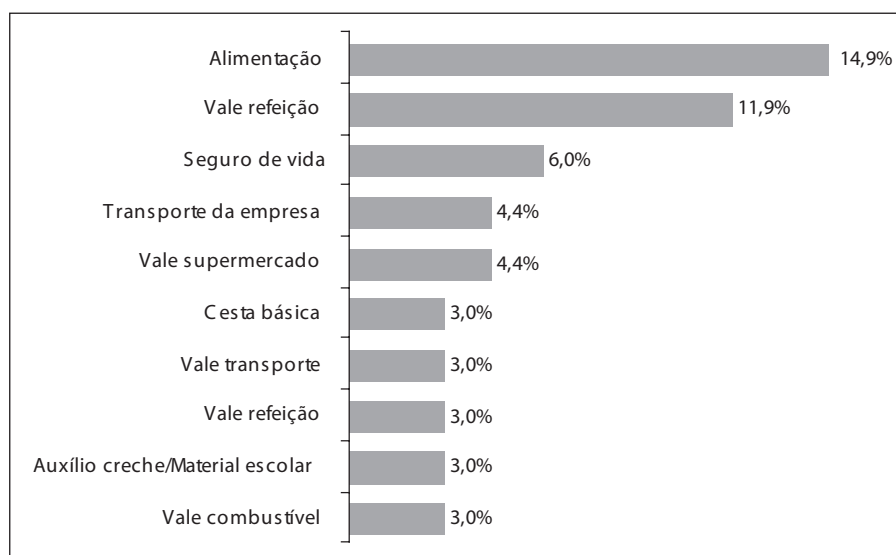
O indivíduo 'sem carteira assinada' trabalha tanto ou mais do que o empregado registrado. Quase metade dos entrevistados relatou que trabalha 40 horas ou menos na semana (40,3% disseram trabalhar 40 horas semanais e 11,9% menos que isto). Em que pese este percentual ser semelhante ao dos trabalhadores formais, é a outra 'metade' que mais preocupa.

Mais de um terço dos trabalhadores informais (37,3% do total) dedica-se além de 48 horas semanais à atividade laboral, enquanto os 'com carteira de trabalho' são metade disto (17,8%), dada as restrições legais – e consequências financeiras – para a expansão da jornada semanal além do previsto na legislação trabalhista.⁵⁶ Isto comprova mais uma vez a precariedade que assola o trabalhador informal.

Estes indivíduos também ficam à margem dos benefícios trabalhistas que podem ser concedidos aos empregados formais. Ainda que o esperado fosse a ausência de qualquer benefício, o Gráfico 23 explicita uma série de itens que são recebidos pelos 'trabalhadores sem carteira assinada'. O mais comum é o recebimento de alimentação no local de trabalho ou de algum tipo de 'vale-refeição', obtido por cerca de um quarto dos entrevistados. São relatados também o recebimento de transporte da empresa, 'vale-transporte' ou 'vale-combustível'. Esta última modalidade é típica de vendedores autônomos, que não possuem um vínculo trabalhista formal com a empresa, mas recebem ressarcimento dos gastos com transporte – na maioria dos casos, feito em veículo da própria pessoa.

⁵⁶ Além dos percentuais já informados, ressalta-se que 10,4% dos entrevistados disseram trabalhar de 41 a 48 horas semanais.

Gráfico 23. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que trabalharam nos sete dias anteriores à pesquisa sem carteira de trabalho assinada, segundo o recebimento de benefícios trabalhistas.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 67.

Também foi pesquisado o período de tempo que o trabalhador está à margem da formalidade trabalhista. Os dados são bem esparsos, mais apresenta dois comportamentos mais recorrentes: quase um terço estava há menos de um ano na informalidade, à época da entrevista (30,3%), e este mesmo percentual estava nesta condição entre dois e cinco anos. É um dado preocupante: o outro terço (mais exatamente 28,9% do total de indivíduos 'sem carteira assinada') relatou a informalidade há mais de seis anos.⁵⁷ Nestes casos, ao contrário dos anteriores, não se pode supor uma condição paliativa ao trabalho formal ou um caso fortuito ou passageiro de informalidade. O indivíduo é, e tende a continuar sendo, um trabalhador 'sem carteira' e sem os direitos trabalhistas assegurados.

Por fim, este estudo também procurou observar se alguma região do município concentra a atividade informal, mas de acordo com os resultados da pesquisa não há prevalência de um bairro ou região que concentre o trabalho 'sem carteira assinada'. Cabe destacar somente a área central da cidade, que é mencionada como local em que são desempenhadas estas atividades profissionais.

⁵⁷ 15,2% dos entrevistados mencionaram estar na informalidade de 6 a 10 anos; 6,1% pelo período de 11 a 20 anos – igual percentual dos que estão de 21 a 30 anos. Um caso causa espanto: um (que corresponde a 1,5% da amostra de 67 pesquisados) mencionou a informalidade há mais de 30 anos!

3.5 O que farão ou não? As pessoas que não trabalham e as pessoas que procuram trabalho

Após descrever os empregados ‘com carteira de trabalho assinada’ e os trabalhadores informais, cabe apresentar as condições socioeconômicas daqueles que não desempenham atividade produtiva. São apresentadas as características dos indivíduos que, à época da entrevista, mencionaram que não estavam trabalhando. É interessante esta diferenciação porque parte da amostra considerada mencionou que nos sete dias anteriores à pesquisa não desempenhavam atividade laboral. A amostra considerada compreende 212 indivíduos, de um total de 1.472 pesquisados. As características das pessoas que não estavam trabalhando no momento em que responderam à pesquisa, mas procuravam trabalho serão relatadas na sequência. Por enquanto cabe descrever aqueles que não estão trabalhando e os motivos para tanto.

Dentre todos os entrevistados com quinze anos ou mais, a pesquisa considera as condições de trabalho, ou de sua ausência. Interessa saber, especificamente, porque as pessoas trabalham ou não e se as condições sociais ou educacionais têm influência nas condições de empregabilidade.

Uma das hipóteses investigadas contemplava justificativas vinculadas a restrições no ambiente profissional para o fato das pessoas não estarem trabalhando. Entretanto, esta foi a resposta de cerca de 10% dos entrevistados, somente: nos sete dias anteriores à realização da pesquisa, menos de 1% estava de férias, menos de 3% estava cumprindo licença-maternidade ou licença-paternidade e cerca de 5% estava em licença-saúde. Para 90% dos pesquisados, são outros os motivos para não desempenhar atividade produtiva nos sete dias anteriores à realização da pesquisa.

Dos 212 respondentes que responderam que não estavam trabalhando, 53,3% está procurando trabalho, conformando um total de 113 pessoas. Assim, 36,9% dos entrevistados têm, de fato, outros motivos para não trabalhar – o fato de já estarem aposentados, inclusive.

Dentre aqueles que estão à procura de trabalho, o grande desafio é compreender as suas características. Também há o objetivo de verificar se atributos de gênero ou raça podem ser determinantes para o desemprego, bem como as condições de saúde ou existência de necessidades especiais.

Além desta caracterização, faz-se importante descrever a relação entre as condições de trabalho passadas e as que se pretende desempenhar no futuro. O que sabe ou o que pode fazer o francano que procura trabalho? Seu passado determinará o seu futuro?

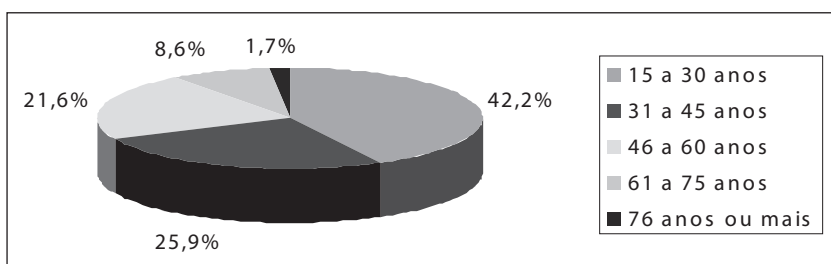
A amostra de indivíduos que respondeu que estava procurando trabalho à época da entrevista é diferente do número total de desempregados/ desocupados; isto porque das 212 pessoas que não estavam trabalhando, somente 113 manifestaram que o procuravam. Além destas, do total de 403 pessoas que estão trabalhando no momento, cinco delas buscavam uma nova colocação.

A maioria daqueles que manifestaram, à época da entrevista, que procuravam trabalho, é de indivíduos jovens – entre 15 e 30 anos – conforme pode ser constatado no Gráfico 24. Na sequência está o grupo de pessoas entre 31 e 45 anos, que representa um quarto de todos aqueles que estavam procurando colocação no mercado. Aqueles entre 46 e 60 anos representam cerca de 20% daqueles que procuram trabalho e aqueles acima de 60 anos totalizam cerca de 10% da amostra.

Comparativamente às informações sobre a distribuição percentual dos indivíduos pesquisados, de acordo com a faixa etária – o grupo populacional mais relevante é composto, justamente, por pessoas na faixa de idade entre 15 e 30 anos.

Somadas as duas informações ‘indivíduos que estão procurando trabalho’ e o ‘número de indivíduos pesquisados’, as conclusões são preocupantes! Isto porque o grupo demográfico mais numeroso é também aquele que mais sofre em busca de colocação no mercado de trabalho. Ao se desconsiderar do total da população a parcela entre zero e 14 anos a comparação fica mais evidente; o grupo entre 15 e 30 anos representa 41,2% da população e 42,2% daqueles que procuram trabalho.

Gráfico 24. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo a faixa etária.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 113.

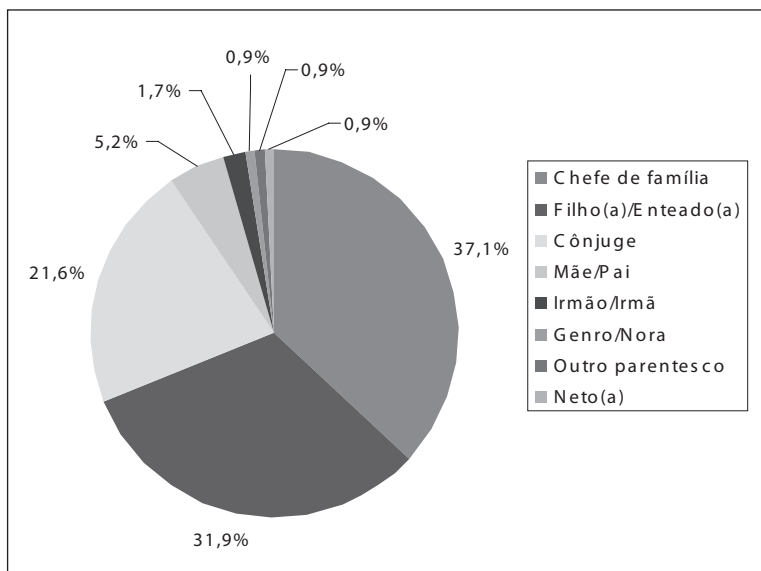
Os homens representam a maioria daqueles que procuravam trabalho nos trinta dias anteriores à realização da pesquisa (54,3%, contra 45,7% das mulheres).⁵⁸ Também os negros são maioria: 56% contra 42,2% de brancos.⁵⁹

A maioria daqueles que procuram trabalho é o/a chefe da família pesquisada ou seu cônjuge, representando, respectivamente, em torno de 37% e 21% do total de respondentes, com base nas informações do Gráfico 25. Compreendendo o/a ‘chefe de família’ como o responsável pelo provimento de recursos financeiros para a casa, é natural que se esperasse este comportamento. Os filhos dos entrevistados representam cerca de um terço daqueles que estão à procura de uma nova colocação no mercado de trabalho.

58 Entre as 53 mulheres que procuram trabalho, duas delas estavam grávidas quando da realização da pesquisa.

59 Estranhamente não há resposta para a cor/raça de 1,8% dos que procuravam trabalho.

Gráfico 25. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo a posição na família.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. A posição é compreendida tendo como referência o chefe de família. Total de casos válidos: 113.

Quando se considera a localização do domicílio daqueles que procuram trabalho, também há diferenças. Em termos absolutos, mais da metade das pessoas concentram-se em três bairros da cidade: City Petrópolis e Jardins Aeroporto III e Aeroporto II. Apesar de concentrarem grande parte daqueles indivíduos que procuram colocação no mercado de trabalho, os bairros City Petrópolis e Jardim Aeroporto III também são locais de residência de percentual semelhante de entrevistados. Ou seja, City Petrópolis representa 24,5% dos domicílios entrevistados e 21,6% daqueles que procuram emprego; Aeroporto III apresenta percentuais de 26,3% e 21,6%, respectivamente. O Jardim Aeroporto II, por sua vez, apresenta cenário mais preocupante: 11,3% dos domicílios pesquisados e concentra 19% dos desempregados. Miramontes e Jardim Paineiras têm perfil semelhante.

Não há elementos relevantes que vinculem a procura por trabalho ao local de nascimento. Os dados obtidos ressaltam que o estado de nascimento do entrevistado que está à procura de uma nova colocação é, em sua maioria, São Paulo que, por sua vez, também é aquele de origem da maior parte dos indivíduos analisados. Ou seja, não há diferenciação entre os desempregados baseada na sua origem.

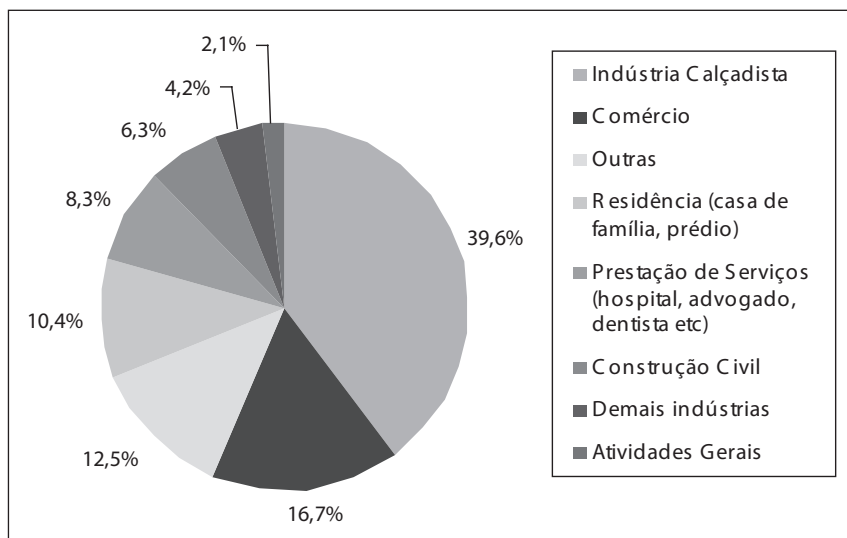
Não há indícios de que as condições de saúde ou a existência de necessidades especiais sejam fundamentais para explicar o perfil daqueles que estão procurando trabalho. Também se destaca que aqueles que procuram emprego não possuem necessidades especiais, sendo esta característica de menos de 10% dos respondentes.

Igualmente não se pode vincular a procura de trabalho à presença de problemas de saúde. Relataram que nos 30 dias anteriores à aplicação da pesquisa, menos de 10% dos entrevistados apresentavam condições de saúde debilitadas. Também não pode ser observada a ocorrência de um tipo específico de doença: há menção a hipertensão, problemas cardíacos e/ou respiratórios, assim como ‘demais doenças’, genericamente.

Dentre aqueles que procuram trabalho nos 30 dias anteriores à aplicação do questionário, representando um total de 98 indivíduos, a maioria absoluta havia sido empregada anteriormente – com ou sem carteira, perfazendo 88,8% dos casos.⁶⁰ Uma minoria, que representa somente cerca de 10% do total de entrevistados desempenhava atividade como empregado doméstico diarista (2,0% das respostas), empregado que ‘ganha por produção’ (2,0%) ou era trabalhador por ‘conta própria’ (5,1%). Neste percentual estão os trabalhadores familiares que não possuíam remuneração (2,0% do total de respostas). Em síntese: procuram trabalho aqueles que já estavam trabalhando.

Dos indivíduos que procuram trabalho, o Gráfico 26 nos diz que são, em sua maioria, vinculados anteriormente à indústria calçadista. Na sequência aparece o comércio e o trabalho desempenhado em residências e condomínios (além de outros ramos, de maneira genérica).

Gráfico 26. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo o ramo da ocupação que exerciam.* Franca, 2011.

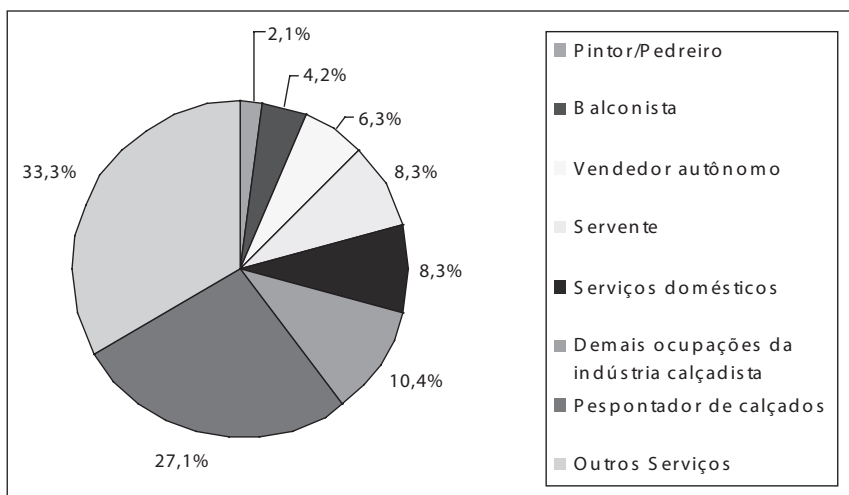


*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 48.

60 A pergunta feita foi “Qual foi a última atividade que o (a) sr.(a) realizou?”, após ter respondido que não havia desempenhado atividade laboral nos sete dias antes da realização da entrevista e responder ‘Sim’ à questão “O (a) sr.(a) trabalhou anteriormente?”.

Dentre estes, destaca-se no Gráfico 27, a ocupação de ‘pespontador’ de calçados, que corresponde a cerca de ¼ dos antigos ocupados. As demais ocupações da indústria calçadista também são relevantes (cerca de 10%). Nota-se com grande destaque que as ocupações anteriores daqueles que estão à busca de novas oportunidades requerem baixo nível de qualificação e capacitação; são ocupações da construção civil, serviços de limpeza ou domésticos, comércio e outros serviços.

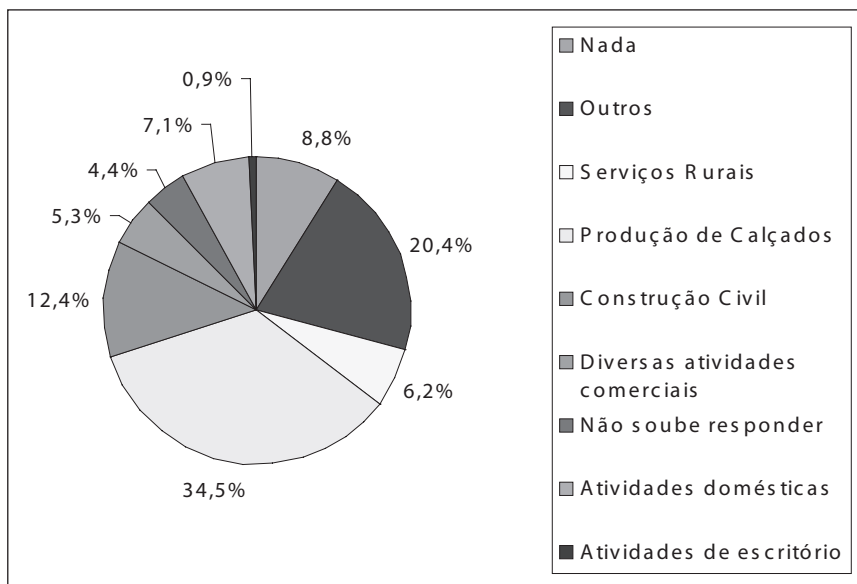
Gráfico 27. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo a ocupação que exercem.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 48.

Além dos conhecimentos e habilidades advindos da ocupação anterior, os entrevistados também responderam sobre o que mais sabiam fazer. Uma vez mais, segundo dados do Gráfico 28, aparece a indústria calçadista, que responde por um terço das respostas. São mencionadas qualificações vinculadas ao trabalho na construção civil (por cerca de 12% dos respondentes), em atividades rurais (cerca de 6%) e comerciais (cerca de 5%). Cabe destacar que cerca de 10% dos entrevistados relutaram em responder sobre o que sabem fazer. Uns mencionaram que ‘não sabem fazer nada’ e outros simplesmente não souberam responder. Esta característica pode significar duas coisas: ou o predomínio de uma única atividade na vida profissional do pesquisado, o que o faz ‘não saber mais nada’ além do que já faz, ou uma baixa auto-estima, que se traduz para o indivíduo em não saber fazer nada de relevante ou importante profissionalmente, ou ainda, que de fato não possui nenhuma outra qualificação profissional.

Gráfico 28. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo o que sabem fazer para além do trabalho realizado.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 98.

A maior parte daqueles que procuram trabalho acredita que as ocupações ou as experiências de trabalho anteriores os auxiliariam a conseguir um novo emprego, dado que esta é a resposta de 79,8% dos entrevistados. Ou seja, o perfil já descrito das ocupações desempenhadas pelos trabalhadores tenderia a se perpetuar, porque as habilidades obtidas são consideradas úteis para aqueles que estão procurando um novo trabalho.

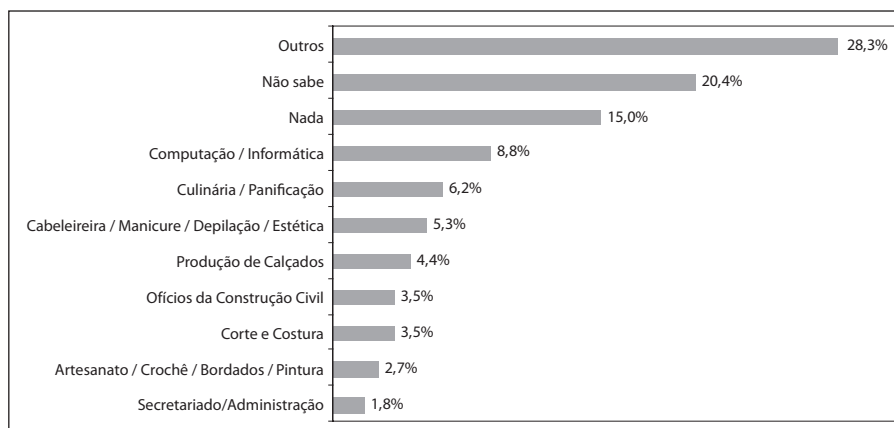
Entretanto 20% dos respondentes acreditam que os conhecimentos anteriores não seriam adequados para habilitá-los a obter um novo trabalho. Pode-se pensar o porquê desta negativa e apresentar algumas inferências a partir da análise conjunta com o que se segue. Fica evidente a baixa qualificação requerida para o desempenho das atividades desenvolvidas no passado ou os conhecimentos ou habilidades adquiridas (ou 'o que sabem fazer'). Talvez para estes 20% o trabalho procurado ou almejado seja diferente do anterior, ou os conhecimentos internalizados podem ser considerados específicos demais para respaldar uma mudança de ramo ou ocupação. Outras alternativas que podem ser aventadas como responsáveis por esta negação, a respeito da importância da qualificação, são a procura por trabalho com qualificação requerida diferente da atual/passada ou a mudança da área rural para urbana. Ou ainda o caráter extremamente repetitivo e mecânico das atividades laborais desenvolvidas anteriormente que não permitiu a este trabalhador aportar nenhuma outra habilidade.

Dentre os entrevistados também foi mencionado o tempo de procura. O prazo – à época em que o questionário foi respondido – era, para a maioria (cerca de 65%), superior a um mês.

Entretanto, quase um quarto dos respondentes manifestou estar procurando trabalho há menos de um mês (22,9%, exatamente). É longa a espera por uma nova ocupação – prazo descrito como superior a um ano – para 11,6% da amostra.

Por fim, objetivo geral desta pesquisa, foi solicitado aos entrevistados que relatassem o que gostariam de aprender, sintetizado no Gráfico 29. Foram citados cursos das mais diferentes naturezas; alguns vinculados a atividades de mão-de-obra intensivas⁶¹ como cursos de cabeleireiro/estética/manicure e ofícios da construção civil e outros que exigem conhecimentos mais profundos, como computação/ informática e secretariado. Em que pese a menção a esta oportunidade de expansão de conhecimento ser relevante e interessante, para cerca de um terço da população o acréscimo de conhecimento não é desejado. Isto porque 15% dos entrevistados mencionou que não quer aprender a fazer nada! E mais de 20% não sabe o que quer aprender – talvez porque não veja relevância em nada ou pouco acredite que a qualificação fará diferença no seu futuro pessoal ou profissional.

Gráfico 29. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo o que gostariam de aprender a fazer.* Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos. Total de casos válidos: 113.

3.6 O que sabem ou querem fazer? O saber fazer para além das atividades já exercidas

Dentre os objetivos desta pesquisa, um deles era analisar os conhecimentos e as habilidades possuídas por parte da população francana em condições de vulnerabilidade. Para tan-

61 Considera-se atividades de mão-de-obra intensivas aquelas que utilizam este fator de produção em maior quantidade, quando comparado relativamente aos demais como, por exemplo, equipamentos ou demais bens de capital.

to, avaliadas as atividades profissionais que os indivíduos teriam condições de desempenhar e os conhecimentos que gostariam de obter. A idéia por detrás destas questões e base para este diagnóstico é conhecer e reconhecer as condições profissionais que podem ou não conduzir à perpetuação da vulnerabilidade sócio-econômica.⁶²

Ainda que a maioria dos entrevistados relatasse possuir habilidades profissionais das mais diferentes naturezas, parte dos pesquisados mencionou que 'não sabe fazer nada' ou não soube responder ao que sabe fazer! O Gráfico 30 apresenta a qualificação possuída pelos entrevistados, em função da idade. Quanto mais velhos os indivíduos que compõem o grupo, menos mencionam que 'sabem' fazer algo – o número de pessoas que relatam 'não saber nada' tem predomínio daqueles mais idosos, que muito já fizeram. O 'nada' é resposta para cerca de 15% dos entrevistados em cada grupo, e para o dos mais idosos (acima de 76 anos), é citado por quase o dobro. Ressalta-se o fato dos mais jovens mencionarem que não possuem habilidade alguma!

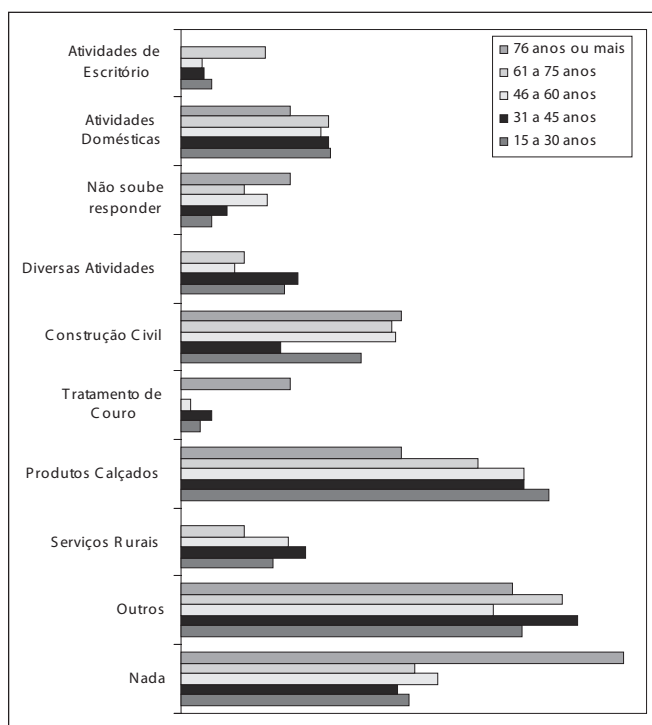
Uma vez mais se destaca a importância da indústria coureiro-calçadista. A resposta mais comum – excetuando-se aquelas que não puderam ser classificadas, sendo genericamente chamadas de 'outras' – é composta por habilidades para trabalhar na indústria do calçado e/ou no tratamento do couro. Na sequência deste ramo de atividade, segue o trabalho na construção civil e em atividades domésticas. Estes setores são intensivos no uso de mão-de-obra, empregando geralmente trabalhadores com pouca qualificação formal, o que pode reforçar as condições de vulnerabilidade desta população. Os serviços rurais igualmente são mencionados como habilidades, que também possuem o atributo de concentrarem mão de obra não qualificada.

Deve ser mencionado que parte dos entrevistados citou possuir habilidades profissionais que o permitem desempenhar atividades de escritório, geralmente, mais bem remuneradas e qualificadas que aquelas já relatadas.

A resposta mais comum mencionada por aqueles com idade entre 15 e 30 anos foi a habilidade para o trabalho na indústria calçadista (23,7% das respostas), seguida de 'outras atividades' (22,1%). Este padrão é o mesmo para o grupo de indivíduos entre 46 e 60 anos (22,2 e 20,1%, respectivamente). O grupo intermediário a estes dois, que compreende aqueles de 31 a 45 anos apresenta resultado inverso; 'outras' habilidades aparecem como a resposta mais comum (25,6%) seguida pela indústria do calçado (22,1%), que também ocorre no grupo de pessoas entre 61 e 75 anos (24,7 e 19,2%).

62 Relatam-se as atividades que os entrevistados com 15 anos ou mais mencionaram, à época da entrevista, sabiam desempenhar. Os casos válidos totalizam 1.472 indivíduos.

Gráfico 30. Distribuição dos indivíduos pesquisados com 15 ou mais anos de idade, segundo o que sabem fazer e faixas etárias.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos.

Quando são analisadas as respostas em função do gênero, não há discrepância relevante dos resultados. Considerando-se as habilidades possuídas pelos entrevistados em razão da cor/raça, não é possível destacar uma tendência de discrepância. Os negros são maior número quando mencionadas as habilidades para trabalho em escritório, na construção civil e na produção de calçados. Estes números, entretanto, não são estatisticamente significativos.

Possuir necessidades especiais não impossibilita a presença de habilidades para desempenho profissional, para a maioria dos entrevistados. Dentre os portadores de necessidades, que corresponde a cerca de 6% da população, são reportadas habilidades para a construção civil e na produção de calçados e conhecimentos voltados aos serviços domésticos.

O Gráfico 31 apresenta os resultados que sintetizam as aspirações pessoais quanto à qualificação, de uma maneira geral, englobando trabalhadores, empregados, indivíduos procurando trabalho ou não. Enquanto população vulnerável cabe a esta pesquisa tentar conhecer quais os desejos de capacitação ou melhoria na educação formal.

Causa estranheza, em um primeiro momento, a grande quantidade de pessoas que não revelaram nenhuma intenção em adquirir novos conhecimentos. Este percentual é uniforme para todos os extratos etários, presentes no Gráfico 31, e preocupante, principalmente, quando analisados os

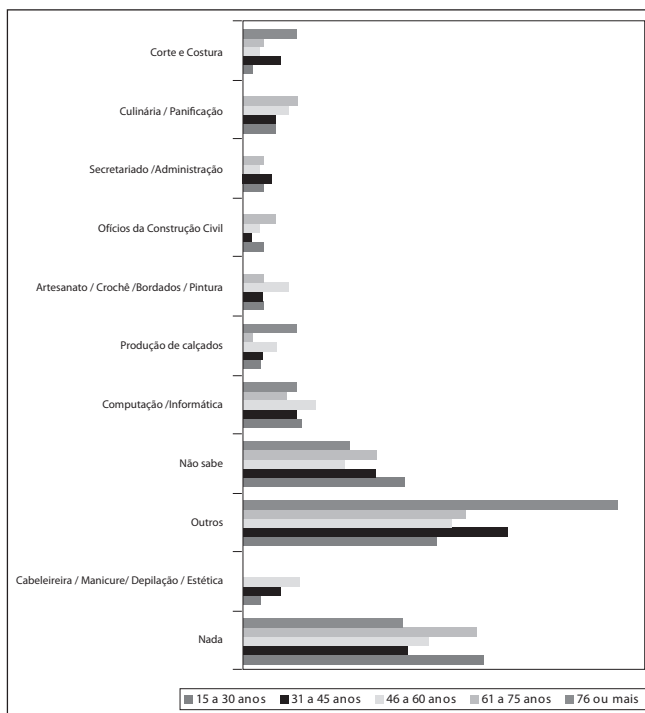
mais jovens. Para 30% dos entrevistados de 15 a 30 anos, a resposta à questão foi 'não quero aprender nada' – percentual mais elevado de todos os subgrupos pesquisados (no grupo de pessoas entre 31 a 45 anos o percentual foi 20,6%; de 46 a 60 anos, 23,2%; 61 a 75, 29,2%; e acima de 76 anos, 20%).

Também é assustador o 'não saber o que quer fazer', resposta de 20,2% dos entrevistados entre 15 e 30 anos. Este percentual, à semelhança do anterior, é o maior entre os grupos pesquisados (o percentual é 16,5% no grupo de pessoas entre 31 a 45 anos; 12,7% para aqueles entre 46 e 60 anos; 16,7% para o grupo entre 61 e 75; e para aqueles acima de 76 anos, 13,3%).

Estes dados mostram o desalento dos pesquisados em relação ao futuro – supõe-se que este desalento deriva dos poucos acessos a que estas pessoas usufruíram e usufruem em suas vidas, ou seja, condições materiais restritivas acabam por restringir sonhos e novos desejos.

Apesar destas constatações que preocupam, grande parte dos entrevistados mencionou conhecimentos que gostariam de obter, das mais diferentes naturezas: cursos de estética, computação/ informática, artesanato em geral, secretariado/ administração e corte e costura. Outros cursos foram mencionados, que perfazem a maioria das respostas dos mais idosos (acima de 76 anos), que são aprendizados desvinculados da atividade laboral. Mesmo entre este grupo seletivo, há menção ao desejo de conhecimento na área de informática, corte/ costura e construção civil.

Gráfico 31. Distribuição dos indivíduos pesquisados com 15 ou mais anos de idade, segundo o que gostariam de aprender e as faixas etárias.* Franca, 2011.



*Distribuição que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos.

As respostas não apresentam tendências, quando analisadas em função do gênero. Não pode ser concluído que homens ou mulheres tenham aspirações quanto à qualificação mais intensas que o sexo oposto, pois os percentuais obtidos são relativamente similares. Somente os conhecimentos na área de secretariado/ administração e informática/ computação despertam interesse mais pronunciado em homens do que em mulheres.

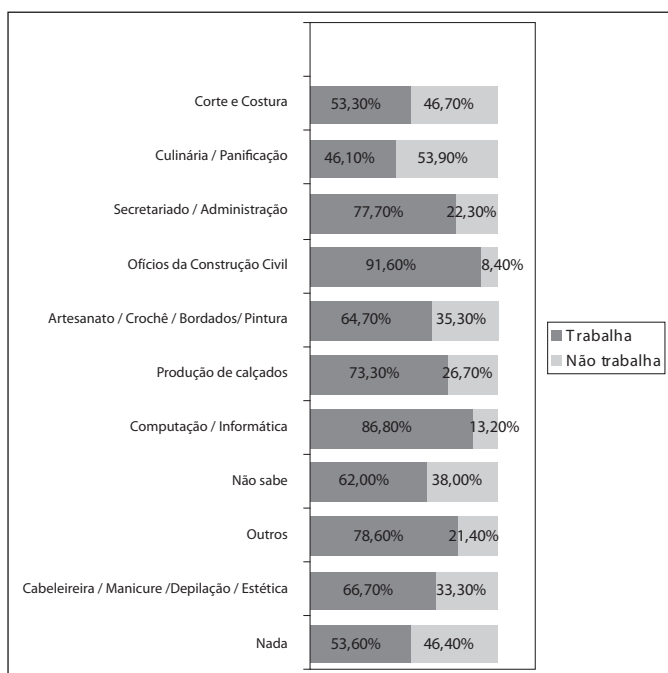
Já para os portadores de necessidades especiais também não é possível apresentar uma tendência, tendo em vista o número reduzido de indivíduos nesta condição. De um modo amplo, há manifestação de algumas pessoas em qualificar-se, mas sem que este fato possa ser uma constatação de amplo espectro.

Cabe investigar a aspiração pela qualificação, condicionada ao fato dos entrevistados estarem ou não trabalhando. Apesar da resposta ser apenas uma manifestação com relação ao 'desejo' de expandir os conhecimentos, poder-se-ia supor duas hipóteses: quer expandir o conhecimento quem trabalha ou quer expandir seus conhecimentos aquela pessoa que busca uma nova colocação.

Da análise do Gráfico 32, depreende-se que não há maneira de comprovar uma ou outra alternativa. Os cursos ou conhecimentos mencionados parecem refletir muito mais aspirações de cunho pessoal do que uma necessidade ou vontade relacionada ao mercado de trabalho. Algumas qualificações são preferidas ou são as que são acessíveis aos indivíduos que, à época da realização da pesquisa, estavam trabalhando; caso da construção civil, secretariado/ administração, computação/ informática e qualificações relacionadas à produção de calçados.

Não há como inferir se o fato de estar ou não trabalhando traz consequências em termos de aspirações de qualificação. Dentre os indivíduos que responderam que não querem aprender nada, 53,6% estão trabalhando e dentre aqueles que não sabem o que querem aprender (ou mesmo se querem aprender), 62% também desempenham atividades laborais.

Gráfico 32. Distribuição percentual dos indivíduos pesquisados com 15 ou mais anos de idade, segundo o que gostariam de aprender e se trabalharam ou não sete dias anteriores à realização da pesquisa. * Franca, 2011.



*Distribuição percentual que considera apenas os indivíduos com 15 anos ou mais de idade e também apenas os casos válidos.

A amostra pesquisada encontra-se, segundo definição do Seade, em condições de vulnerabilidade econômica e social. A caracterização do entorno domiciliar, das condições de vida e sobrevivência e de trabalho é descrita ao longo desta pesquisa. O que foi reportado é presente e existe de fato, fruto de condições passadas. Importa também a este diagnóstico a análise das condições futuras, compreendendo que superar a pobreza e a vulnerabilidade no Brasil é algo extremamente complexo e que remonta a estruturas seculares, inerentes à formação sócio-econômica, cultural e política brasileira, atualizadas e ressignificadas na contemporaneidade. Ainda assim, cabe espaço para a discussão sobre as perspectivas futuras dos indivíduos pesquisados, o que desejam, o que almejam e mesmo o que sonham. “Um hálito de música ou de sonho [...]” (PESSOA, 2006, p. 60)

Considerações Finais

Cabe-nos neste momento apontar as considerações finais deste trabalho. Tarefa não muito fácil, sobretudo pela dimensão desta investigação, no entanto necessária.

Como todo fim nos remete ao começo, recuperamos no projeto de pesquisa apresentado em 2006, os resultados que almejávamos alcançar com esta investigação:

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é compor um diagnóstico da população maior de 15 anos residente nas áreas de maior pobreza do município de Franca de modo a caracterizá-la em termos demográficos, socioeconômicos, educacionais e, principalmente, de inserção no mercado de trabalho.

Os objetivos específicos são os seguintes: 1) mapear a pobreza em Franca, 2) caracterizar as condições de habitação das famílias de bolsões de pobreza da cidade; 3) identificar o perfil demográfico e educacional dos moradores; 4) levantar as condições de inserção no mercado de trabalho; 5) levantar as capacidades e expectativas dos moradores com relação ao futuro e, especificamente, com relação a trabalho e formação profissional. (LAISNER, 2006, p.8-9)

Tendo como referência estes objetivos buscou-se aprofundar o debate teórico que permitisse a consecução dos trabalhos. Neste sentido, duas dimensões foram levantadas como fundamentais, cujas resultantes podem ser assim destacadas:

-
- 1 – Por meio do estudo da pobreza e de suas diversas abordagens pode-se afirmar que este fenômeno não pode ser considerado um fato natural. Trata-se, antes de tudo, de uma marca da sociedade que está diretamente relacionada ao modelo econômico vigente, sendo intrínseca, a este modelo de sociedade, portanto, tendo que ser compreendida a partir do movimento do real. A pobreza é manifestação mais evidente da questão social, advinda da relação conflituosa do mundo do trabalho com o mundo do capital. A pobreza, portanto, relaciona-se diretamente com o mundo do trabalho, uma vez que permeia a vida de grande parte dos trabalhadores – os necessários à produção (por obterem salários que não os permitem satisfazer as suas necessidades), e os desnecessários à produção, ou excedentes (por nem sequer conseguirem aceder a um posto de trabalho, membros do que Marx chamou de *exército de reserva*. Ainda, a pobreza deve ser entendida como um fenômeno multidimensional, ultrapassando a abordagem da mesma a partir de uma única dimensão – a da renda, e que deve ser apreendida a partir da teoria das necessidades insatisfeitas. Neste sentido, situações de pobreza delatam situações de necessidades básicas insatisfeitas. Ademais, para além da apreensão das necessidades insatisfeitas, um leitura apropriada da pobreza deve levar em conta também as potencialidades ocultas, entendidas em termos de capacidades.
 - 2 – No campo das políticas públicas é imprescindível considerar a perspectiva territorial no conhecimento da realidade social, e, por conseguinte, da pobreza. São necessários dados territorialmente localizados, que permitam visualizar o invisível, desocultar o oculto, capturar as particularidades de cada solo que, simultaneamente, são expressões e expressam as contradições do modelo de sociedade vigente.

A compreensão aprofundada destes aspectos orientou a pesquisa e tornou possível a concretização dos objetivos propostos inicialmente, desde uma perspectiva territorial, com vistas a conhecer as condições de vida, as necessidades e potencialidades de uma parte da população de Franca, territorialmente localizada e considerada pobre.

Com esta perspectiva é que foi construído o instrumento de pesquisa que possibilitou coletar dados das condições de vida da população mais vulnerável do município de Franca. Nele foram priorizadas informações do entorno, ou seja, do território em que vivem estas pessoas – quais são suas condições de moradia? Quais os serviços existentes nestes territórios? Como os moradores dos mesmos os avaliam? Posteriormente, buscou-se informações acerca da escolaridade dos membros da família, por se entender que a educação é um direito dos cidadãos brasileiros (a Constituição Federal de 1988 a preconiza), que se traduz como uma necessidade básica, e que, portanto, precisa ser satisfeita, até como potencializadora de novas habilidades, as quais também se buscou capturar nesta investigação. Ainda, buscou-se apreender, pela pesquisa, e a partir do instrumento de coleta de dados utilizado, informações das condições de saúde da população pesquisada, no intuito de compreender como se encontra a saúde desta mesma população, e perceber-se se e até que ponto exerce alguma influência ou é influenciada pelo trabalho desenvolvido por estes indivíduos. Ademais, buscou-se investigar o tipo de trabalho, as condições de trabalho em que estão

inseridos os sujeitos entrevistados, se formal ou informal, jornada de trabalho, se temporário ou permanente, além de tentar evidenciar aqueles que não se encontram trabalhando, procurando entender os motivos do não trabalho, há quanto tempo não trabalham, se estão buscando trabalho, etc. E, por fim, procurou-se coletar dados acerca das habilidades presentes nos indivíduos pesquisados e desejos de aquisição de novas habilidades e talentos.

Aclaradas estas questões conclui-se dos dados que obtivemos por meio das inserções nos 10 (dez) bairros pesquisados, totalizando 401 domicílios e 1468 moradores:

. Descrição geral dos domicílios pesquisados

Em síntese detectamos que a maioria dos domicílios pesquisados são próprios, de alvenaria, com serviço de abastecimento de água predominantemente (99,2%) da rede pública, o que significa quase 100% de cobertura deste serviço para os territórios pesquisados. Quase 100% dos domicílios estão localizados em ruas asfaltadas, o saneamento básico público provê cerca de 98,7% dos domicílios. Detectou-se que 97,1% dos domicílios usufruem de iluminação pública. Os moradores apresentam em relação a aspectos estruturais do bairro, maior satisfação com transporte público e menor com lazer e cultura, seguido da segurança. No que se refere à avaliação que realizaram dos equipamentos públicos: creches, EMEIS e unidades de saúde, o que vemos é que apenas 43,7% dos moradores destas localidades qualificam estes serviços como bons e, somente 7,3% como muito bons. As demais considerações oscilam entre regular (19,4%), ruim (17,5%) e muito ruim (12,1%).

. Caracterização dos moradores

Dentre os 1468 indivíduos pesquisados, a maioria possuía na época da pesquisa de 15 a 30 anos, dentre estes 50,8% eram mulheres e 49,2% homens. A maioria se considerava “branco” – 45,7%, seguido de “pardo” – 39,8%, em relação ao estado civil um pouco mais da metade (50,3%) eram solteiros. A proveniência predominante dos entrevistados era do Estado de São Paulo (1015) do total de 1468, seguido de Minas Gerais (280) pessoas. Do total de entrevistados 95%, não era portador de nenhuma necessidade especial. No que tange a escolaridade a maioria dos indivíduos entrevistados (228) concluiu o ensino médio, seguidos dos que terminaram apenas a quarta série do ensino fundamental (169), e dos que finalizaram o oitavo ano do ensino fundamental (135). A porcentagem de defasagem escolar nesta população é relevante atingindo 61,2% a partir da terceira série e agravando-se, ainda mais, na quinta série (66,7%). Associado a este dado temos que dentre os 1468 indivíduos pesquisados, 853 abandonaram os estudos, o motivo mais freqüente apresentado por eles relaciona-se a dificuldade de conciliar estudo com trabalho e a dificuldades financeiras da família. Evidenciou-se que as mulheres são as mais atingidas, no que concerne à falta de oportunidades para estudar (questão de gênero), agravando-se ainda mais se esta mulher for

negra (gênero associado à etnia). Dentre os que interromperam os estudos mais da metade dos entrevistados (57,1%) não apresenta interesse em voltar a estudar. Dentre os que demonstraram este interesse a maioria almeja cursar o ensino superior;

. Condições sócio-econômicas

No que tange a satisfação das necessidades básicas das famílias pesquisadas, avaliadas por elas mesmas, em síntese, detectamos, sobre:

- a) Alimentação – temos que 79,7% responderam que conseguem sanar a necessidade de alimentar-se. Já, 19,8% relatam que não conseguem suprir esta necessidade.
- b) Aquisição de medicamentos – observamos que 61,5% afirmam que os seus recursos são suficientes para atender a esta necessidade que está relacionada à saúde ou à falta desta. No entanto, 20,1% dizem não conseguir satisfazê-la.
- c) Transporte - percebemos que 74,1% das pessoas conseguiram no último mês sanar este tipo de despesa, 13,6% - relataram não terem tido recurso suficiente para sua locomoção. E, 12,3% dizem não terem tido gastos com transporte.
- d) Despesas com compras realizadas a prazo (carro, eletrodomésticos...) – constatamos que 53,1% das pessoas conseguiram assumir estas despesas no último mês. Já, 30,8% não tiveram este tipo de despesa no período, e 16,1% afirma não possuir recursos suficientes para estas despesas.
- e) Moradia – a maioria (72,2%) diz não ter este tipo de gasto, o que confirma a aquisição da casa própria por esta população. No entanto, temos 22,3% de pessoas que afirmaram ter este tipo de gasto, e conseguirem supri-lo, e 4,6% que responderam que não puderam arcar com esta despesa no último mês.
- f) Serviços básicos (Água / Luz / Telefone / IPTU / Lixo / Condomínio) - é majoritária a opinião de que podem arcar com estas despesas (84,7%), contudo temos 14,2% que afirmaram não terem conseguido arcar com as mesmas no último mês.
- g) Educação - detectamos que 45,5% dos entrevistados expressam que não tiveram este tipo de despesa no último mês. Já, 44,4% afirmaram terem conseguido suprir as despesas referentes à educação, e, 10,2% que não o tem conseguido.
- h) Lazer e cultura - a maioria 43,3% não possui gastos com estas atividades, no entanto, 32,9% estão podendo ter gastos nesta área, E, 23,8% reconheceram que não possuem recursos financeiros para este tipo de atividade.

Algumas dessas famílias contam com o acesso a alguns programas sociais para conseguirem “atender” ou “complementar” o atendimento às suas necessidades básicas. Dentre estes programas predomina os de transferência de renda, e, dentre as famílias pesquisadas verificamos que a maioria 75,7% não era atendida por nenhum programa de transferência de renda, na época da pesquisa. O equivalente a 15,8% destas estavam inseridas no Programa Bolsa Família, o que revela a renda

e a necessidade das mesmas. Outro programa que atendia a 2,4% destas famílias é o Benefício de Prestação, seguido pelo Programa Ação Jovem, o qual beneficia a 1,3% de nossas famílias. Ainda, o Programa Renda Cidadã, atendia a 1,1% das famílias desta pesquisa. E, por fim o Programa Renda Mínima, no qual estão inseridas (0,3%) das famílias. Aparece, ainda, em nossa pesquisa 3,5% de famílias vinculadas a outros programas (não sabemos precisar quais) e nenhuma delas são atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, e nem pelo Agente Jovem.

Também, há aquelas famílias, apenas 1,6%, que possuem a renda complementada por parentes e/ou amigos, 1,3% cita outras fontes de ajuda, e 0,3% de igrejas, instituições filantrópicas e ONGS. No entanto, a maioria das famílias 96,3% não recebia nenhum tipo de auxílio não governamental.

. Condições de Trabalho

No que concerne às condições de trabalho dos indivíduos entrevistados, considerados casos válidos para este caso, temos que 67,2% estavam realizando algum tipo de trabalho nos últimos 7 dias, e, em contrapartida 32,8% que não realizavam na data da pesquisa nenhum tipo de trabalho. Dentre os que estavam trabalhando nos últimos 7 dias, a maioria 67% disse ter um trabalho formal, em detrimento de 33% que estão no mercado de trabalho informal.

Observamos que dos trabalhadores formais 39,7% estão na indústria calçadista, em segundo lugar aparecem atividades de comércio 16,9%, seguida de outras atividades 12%, e 9,7% atividades exercidas em residências, as demais indústrias empregam formalmente 8,6% destes trabalhadores. Já a construção civil e prestação de serviços estão empatadas em 6% cada uma, E, por último com 1,1% aparecem às atividades gerais. Buscamos comprovar quais os direitos trabalhistas que os trabalhadores formais usufruem, e descobrimos que a cesta básica aparece em primeiro lugar (14,1%) dos casos; em segundo, auxílio alimentação (13,3%), em terceiro, vale transporte (12,2%); após, seguro de vida (11,1%); vale-refeição (6,3%); vale condução (5,9%); auxílio creche/material escolar (5,2%); vale supermercado (4,8%); transporte da empresa (3,3%); e por fim vale combustível (1,10%).

Dentre os que trabalham informalmente, verificamos que a maioria é do sexo masculino e jovens. Quase um terço dos trabalhadores informais encontram-se exercendo sua atividade produtiva na indústria calçadista, os demais dividem-se entre: comércio, prestação de serviços, construção civil e o trabalho em residências. No que se refere às ocupações exercidas, encontra-se com destaque o pespontador de calçado, as outras ocupações do setor coureiro-calçadista totalizam mais de 10% do trabalho informal. E, a construção civil (ocupações de pintor, pedreiro ou servente) e o trabalho em residências (serviços domésticos) correspondem, cada uma, a cerca de 10% do trabalho informal relatado pelos entrevistados. Quanto ao período em que se encontram na informalidade 28,9% do total de indivíduos afirmaram que trabalham informalmente há mais de seis anos.

Sobre os trabalhadores que não estavam trabalhando na época da pesquisa temos que 53,3% estavam procurando emprego, dentre estes a maioria trabalhava anteriormente na indús-

tria calçadista, na seqüência aparece o comércio e o trabalho desempenhado em residências e condomínios. Sendo que um quarto destes que trabalhavam na indústria calçadista eram pespontadores de calçados. A respeito das habilidades que possuem – do que sabem fazer – para além das habilidades advindas do trabalho anterior, a resposta predominante foi a produção de calçados (um terço dos entrevistados), as demais são habilidades referentes à construção civil (12%), atividades rurais (cerca de 6%) e comerciais (cerca de 5%). E, cerca de 10% relutaram em responder sobre o que sabem fazer. Observamos ainda que 20% destes entrevistados acreditam que os conhecimentos advindos dos trabalhos anteriores não os ajudariam a obter um novo emprego. Concluímos também que a maioria (65%) estava à procura de trabalho a um tempo superior a um mês. Cerca de 10% a mais de um ano! Detectamos quais eram suas aspirações no sentido de entender o que teriam vontade de aprender, foram apontados cursos de cabeleireiro/estética/manicure e ofícios da construção civil e outros como computação/ informática e secretariado. No entanto, mais de 20% dizem não saber o que querem aprender e 15% afirmaram não querer aprender nada!

Agora sim caminhando para a conclusão, há que se destacar, ao final deste trabalho, que a principal intenção desta pesquisa é, antes de tudo, contribuir para o debate sobre a pobreza no Brasil, as suas possibilidades de mensuração, assim como de sua superação. Neste último aspecto, em particular, a intenção é que estudos como este se transmutem em ações – que os dados levantados possam subsidiar novas propostas de políticas públicas em Franca. Apresentamos dados reais e atuais da realidade sócio-econômica-educacional, das condições de trabalho, do entorno de uma parte da população mais vulnerabilizada de Franca, portanto, esperamos que os mesmos suscitem ações, no sentido de buscar um enfrentamento aos principais problemas apontados.

Para além do caso de Franca, em específico, a idéia é que este estudo possa estimular profissionais, pensadores e executores das políticas sociais de modo a utilizarem o diagnóstico territorializado como base relevante e imprescindível para subsidiar suas intervenções. Vários estudos têm destacado políticas públicas caracterizadas por superposições de objetivos, descontinuidade dos programas sociais; ineficiência e desperdício de recursos; distanciamento entre formuladores de políticas e beneficiários, assim como ausência de controle. Neste sentido, é que buscamos mostrar nesta pesquisa, pragmaticamente, como os diagnósticos territorializados podem tornar as políticas públicas mais eficazes e mais condizentes com a realidade dos locais onde se pretende implantá-las.

Por suposto que o objetivo final é poder através da pesquisa que realizamos na universidade pública poder contribuir com a melhoria de vida da população local, como responsabilidade de nós pesquisadores nela atuantes. Neste aspecto, cumpre destacar a importância do envolvimento dos estudantes na sua execução, o que contribuiu com o aprendizado do manejo de todo instrumental e técnica que envolve uma pesquisa desta dimensão mas, sobretudo, foi exitosa na sensibilização para o tema e para a mesma responsabilidade que os envolve, como futuros pesquisadores e pensadores da realidade social.

Referências

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. Coleção de Estudos Brasileiros, Bahia: Livraria Progresso, 1950.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. _____. **Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas>>. Acesso em: 19 fev. 2010.
- COSTA, Olavo Viana. Pesquisa de Condições de Vida. **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, vol. 17/nº 3-4/Jul-Dez/2003.
- CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova**, São Paulo, n.31, p.99-131, 1993.
- DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Teoría de las necesidades humanas**. Barcelona: Içaria: Fuhem, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de Interpretação Sociológica. Coleção: "Intérpretes do Brasil", vol.3. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2002.
- FERREIRA, Maria P.; DINI, Nádia P.; FERREIRA, Sinésio P. Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do estado de São Paulo: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 20, n.1, p. 5-17, jan./mar. 2006.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: 2002.
- _____.; NAKANO, Anderson Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 85, p. 98-108, 2006.
- MUSTAFA, Patrícia Soraya. Como mensurar a pobreza? Um estudo de indicadores para a construção de um diagnóstico social, 2007, *mimeo*.
- MUSTAFA, P.S. O Ecletismo da Política de Assistência Social brasileira: alguns apontamentos. 2011 (no prelo).

-
-
- _____.; LAISNER, Regina. Una propuesta de desarrollo regional inclusivo: un estudio de la realidad brasileña a partir del caso de la región de Franca SP. In: SIMPÓSIO, 8. y CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN EN EL ÁMBITO REGIONAL Y GLOBAL, 1., 2008, Buenos Aires. Una mirada desde la perspectiva de los tres continentes (América, Asia y Europa). Análisis históricos y coyunturales. **Annales....** Buenos Aires – Argentina, 2008.
- _____.; _____.; PAVARINA, Paula Regina de J. P. **Relatório final de pesquisa – APLIS.** Franca, 2010.
- PEREIRA, Potyara A. P *et al.* Polêmica entre direita e esquerda sobre necessidades, políticas e direitos sociais: um confronto das idéias de Friedrich Von Hayek e Raymond Plant. **Textos e Contextos**, Porto Alegre v. 8, n. 1, p. 49-67, jan./jun. 2009.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.
- PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo.** SP. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index_ipvs.htm>. Acesso em: 17 fev. 2010.
- SEADE, 2011. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/>>. Acesso em 06 de agosto de 2011.
- SEN, Amartya Kumar. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n.28/29, p. 313-333, 1992.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Nuevo examen de la desigualdad.** Barcelona, Editorial, 2003.
- SOTO, Silvia Fernández. **El concepto de pobreza en la teoría marxista.** In: Serviço Social e Sociedade, nº 73, ano XXIV, 2003.
- SOUZA, Gustavo de O. Coelho de; TORRES, Haroldo da Gama. O estudo da metrópole e o uso de informações georreferenciadas. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.
- TORRES, Haroldo da G.; FERREIRA, Maria P.; DINI, Nádia P. Indicadores Sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

